

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE
MERITOCRACIA: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA
EDUCACIONAL NACIONAL E SUA CONVERGÊNCIA NA
FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL DE DOIS
VIZINHOS-PR**

Tatiane Mateus

Francisco Beltrão - PR

2018

TATIANE MATEUS

**FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE MERITOCRACIA:
REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL NACIONAL E SUA
CONVERGÊNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL
DE DOIS VIZINHOS-PR**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – nível de Mestrado – Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Zanella

Coorientador: Prof. Dr. Gilmar Fiorese

Francisco Beltrão - PR

2018

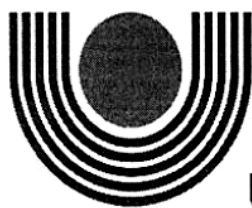
Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Mateus, Tatiane

Formação e trabalho docente em tempos de meritocracia : Reflexões sobre a política educacional nacional e sua convergência na formação continuada da rede municipal de Dois Vizinhos-PR / Tatiane Mateus; orientador(a), José Luiz Zanella; coorientador(a), Gilmar Fiorese, 2018. 119 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. Meritocracia. 2. ONG Parceiros da Educação. 3. Plano Nacional de Educação. 4. Formação e Trabalho Docente. I. Zanella, José Luiz . II. Fiorese, Gilmar . III. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Francisco Beltrão



FOLHA DE APROVAÇÃO

TATIANE MATEUS

TÍTULO DO TRABALHO: FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS
DE MERITOCRACIA: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL
NACIONAL E SUA CONVERGÊNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE
MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado,
Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão
final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

COMISSÃO EXAMINADORA

José Luiz Zanella (orientador)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Leandro Turmena

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Dois Vizinhos
(UTFPR)

Sueli Ribeiro Comar

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão
(UNIOESTE)

Francisco Beltrão, 06 de julho de 2018

Aos professores do nosso país, que diariamente em sala de aula, enfrentam os reflexos das consequências do sistema capitalista e são responsabilizados pelo fracasso da educação, e ainda assim, não desistem dessa luta.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor José Luiz Zanella, por ter acreditado em mim, pela paciência, pelos ensinamentos e por ser um dos meus maiores exemplos de sabedoria e humildade.

Ao professor Gilmar Fiorese, que aceitou co-orientar essa pesquisa, realizando contribuições importantes para a dissertação e para o meu amadurecimento científico e crescimento profissional.

Aos professores Leandro Turmena e Sueli Ribeiro Comar que aceitaram participar da minha banca e fizeram contribuições importantes para a realização dessa pesquisa.

À minha família, por me apoiar e entender minhas constantes ausências nessa trajetória e, principalmente, a cada um de um jeito particular e especial por acreditar em mim.

Ao meu marido, Mário Celso Cordazzo, por ser um grande companheiro, não só ao longo desse período, mas em todas as etapas que estamos vivendo juntos.

À minha colega e coordenadora pedagógica da instituição que trabalho, professora Maria de Lourdes Teixeira Guareski, por me apoiar nessa trajetória, assim como, minhas colegas de trabalho que entenderam minhas ausências.

A todos os meus amigos, em especial, a Simone Borsatto, Liliane Martinazzo, Jaqueline Biezus Dartora e Chirleane Zilio que, com suas amizades, fizeram desse processo, mais leve e proveitoso.

À equipe da Secretaria de Educação do município de Dois Vizinhos, pelo apoio na realização do Mestrado.

Às professoras Juliana Guzzo, Silvana Cristina Perin, Chirleane Zilio e Juliana Cristina Ruaro, que como profissionais organizadas e dedicadas forneceram as próprias anotações das formações continuadas oferecidas pelo município.

À Zelinda Bedenaroski Correa, assistente do Programa de Pós-graduação, por seu comprometimento, disposição, paciência e sensibilidade.

A todos os professores que participaram da minha formação.

Aos meus colegas do mestrado pelo compartilhamento de conhecimentos, pelas amizades realizadas e pelo convívio fraterno.

Os Ninguéns

*As pulgas sonham em comprar um cão,
e os ninguéns com deixar a pobreza,
que em algum dia mágico de sorte
chova a boa sorte a cântaros;
mas a boa sorte não chova ontem,
nem hoje, nem amanhã, nem nunca,
nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte,
por mais que os ninguéns a chamem
e mesmo que a mão esquerda coce,
ou se levantem com o pé direito,
ou comecem o ano mudando de vassoura.*

*Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos,
morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões,
praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos,
são recursos humanos.
Que não tem cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal,
aparecem
nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns,
que custam menos do que a bala que os mata.*

Eduardo Galeano

RESUMO

MATEUS, Tatiane. **Formação e trabalho docente em tempos de meritocracia:** reflexões sobre a política educacional nacional e sua convergência na formação continuada da rede municipal de Dois Vizinhos-PR. 2018. 119 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

Essa pesquisa, mostra como a ideologia da meritocracia no pensamento liberal e neoliberal se manifesta nas concepções e propostas para o trabalho docente na educação brasileira e, em específico, na rede municipal de Dois Vizinhos-PR no período de 2013 até o mês de fevereiro de 2018. A escola, inserida em uma sociedade capitalista, por influência dessa vertente política e econômica, passa a ser considerada como mercadoria. Assim posto, a natureza do problema da referida pesquisa parte desse contexto, para analisar como se manifesta a política da meritocracia na formação e no trabalho docente. Para tal, tomou-se como objeto de investigação o Movimento “Parceiros da Educação” que, é designada como entidade da sociedade civil, e é criadora de referências para elaboração de políticas educacionais hegemônicas. O objetivo dessa investigação consiste em compreender a concepção de meritocracia na formação e no trabalho docente no “Parceiros da Educação”, identificando a presença desta concepção no atual Plano Nacional de Educação bem como na formação de professores, em especial na proposta de formação desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Dois Vizinhos, Estado do Paraná. A metodologia da pesquisa foi desenvolvida na perspectiva de investigação qualitativa, através do uso da pesquisa documental e bibliográfica. Utilizou-se os seguintes autores de referência das análises: Luiz Carlos de Freitas (2011, 2012), Gaudêncio Frigotto (2006, 2015), Dermeval Saviani (1987, 2001, 2005, 2007, 2010) Luiz Antônio Cunha (1980), Karel Kosik (1976). São apresentados, sucintamente, os princípios do liberalismo e como estes justificam a meritocracia, a qual está na gênese dessa doutrina. Através dos fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos desse conceito, a meritocracia será contextualizada em tempos de Estado neoliberal e o estabelecimento de novas atribuições ao trabalho docente. Posteriormente, analisa a ONG (Organização Não Governamental) “Parceiros da Educação” e investiga a tendência sobre a ideologia da meritocracia, em um de seus documentos: “A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil”, publicado no ano de 2010, evidenciando como a ideologia da meritocracia e as propostas do “Parceiros da Educação” se materializam no Plano Nacional de Educação (2014-2024) no que diz respeito ao trabalho docente. Por último, realiza-se uma análise da formação continuada de professores na rede municipal de Dois Vizinhos-PR, revelando como a ideologia da meritocracia se reproduz nesse contexto. Conclui-se que a ideologia da meritocracia é uma tendência que vem se consolidando na formação continuada de professores, desde a política educacional do Estado brasileiro até a especificidade da rede municipal de Dois Vizinhos-PR. Seu objetivo é formar o novo tipo humano adequado ao neoliberalismo e ao pós-fordismo: o sujeito polivalente, empresário de si mesmo, individualista e competitivo. Para formar este novo tipo humano na escola pública, a política educacional hegemônica, requer do professor uma formação na perspectiva da pedagogia das competências - teoria da aprendizagem, ao mesmo tempo que impõem a responsabilização aos professores pelos resultados da educação.

Palavras-chave: Meritocracia. Parceiros da Educação. Plano Nacional de Educação. Formação e trabalho docente.

ABSTRACT

MATEUS, Tatiane. **Teacher training and job in times of meritocracy**: reflections on national educational policy and its convergence in the continued training of the municipal network of Dois Vizinhos- PR. 2018. 119 p. Thesis (Master degree) - Master's Program in Education, State University of Western Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

This research shows how the ideology of meritocracy in liberal and neoliberal thinking is manifested in the conceptions and proposals for the teaching work in Brazilian education and, specifically, in the municipal network of Dois Vizinhos-PR in the period from 2013 to February 2018. The school, inserted in a capitalist society, by influence of this political and economic side, is now considered as a commodity. Thus, the nature of the problem of this research is part of this context, in order to analyze how the politics of meritocracy in the formation and in the teaching work is manifested. To this end, the "Partners of Education" Movement, which is designated as an entity of civil society, has been the subject of research and is the author of references for the elaboration of hegemonic educational policies. The purpose of this research is to understand the conception of meritocracy in training and teaching work in the "Education Partners", identifying the presence of this conception in the current National Education Plan as well as in teacher training, especially in the training proposal developed by Municipal Secretary of Education of Dois Vizinhos, State of Paraná. The methodology of the research was developed from the perspective of qualitative research, through the use of documental and bibliographic research. The following authors of the analyzes were used: Luiz Carlos de Freitas (2011, 2012), Gaudêncio Frigotto (2006, 2015), Dermeval Saviani (1987, 2001, 2005, 2007, 2010) Luiz Antônio Cunha (1980), Karel Kosik (1976). The principles of liberalism are briefly presented and how they justify meritocracy, which is at the origin of this doctrine. Through the ontological, epistemological and political foundations of this concept, meritocracy will be contextualized in times of neoliberal state and the establishment of new attributions to the teaching work. Subsequently, it analyzes the NGO (Non-Governmental Organization) "Partners in Education" and investigates the trend on the ideology of meritocracy in one of its documents: "The transformation of the quality of public basic education in Brazil", published in 2010, highlighting how the ideology of meritocracy and the proposals of the "Partners of Education" are materialized in the National Education Plan (2014-2024) with regard to the teaching work. Finally, an analysis of the continuing education of teachers in the municipal network of Dois Vizinhos-PR is carried out, revealing how the ideology of meritocracy is reproduced in this context. It is concluded that the ideology of meritocracy is a trend that has been consolidating in the continuous formation of teachers, from the educational policy of the Brazilian State to the specificity of the municipal network of Dois Vizinhos-PR. Its objective is to form the new human type suitable to neoliberalism and post-Fordism: the multipurpose subject, self-entrepreneur, individualist and competitive. To form this new human type in the public school, hegemonic educational policy requires the teacher training in the perspective of the pedagogy of skills - learning theory, while imposing the accountability to teachers for the results of education.

Keywords: Meritocracy. Education Partners. National Education Plan. Training and teaching work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Mudanças desencadeadas com o neoliberalismo no Brasil	34
Quadro 2: Formações na Perspectiva Meritocrática	74
Quadro 3: Formações na Perspectiva da Teoria da Aprendizagem	85
Quadro 4: Outras Formações	92
Quadro 5: Formações na Perspectiva Crítica	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Internacional do Desenvolvimento

BSC – *Balanced Scorecard* (Indicadores Balanceados de Desempenho)

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EUA – Estados Unidos da América

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FLUPP – Fundação Lucia & Pelerson Penido

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MBA – *Master of Business Administration* (Mestre em Administração de Negócios)

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PNE – Plano Nacional de Educação

PNL – Programação Neurolinguística

PROUNI – Programa Universidade para Todos

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Material fornecido na Formação “O Poder da Ação” realizada em 2017.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MERITOCRACIA: O PRINCÍPIO LIBERAL DE FORMAÇÃO HUMANA .	20
1.1 Os Princípios do Liberalismo	21
1.2 Fundamentos Ontológicos, Epistemológicos e Políticos da Meritocracia	28
1.3 A Meritocracia em Tempos de Estado Neoliberal: Novas Atribuições ao Trabalho Docente	36
2. MERITOCRACIA, FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE: CONCEPÇÕES E PROPOSTAS DO MOVIMENTO PARCEIROS DA EDUCAÇÃO E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO.....	47
2.1 A meritocracia e o movimento Parceiros da Educação	51
2.2 A meritocracia e o Plano Nacional de Educação.....	69
3. A MERITOCRACIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS-PR.....	74
3.1 Formação Meritocrática.....	76
3.2 Formação na Perspectiva da Teoria da Aprendizagem	86
3.1.3 Outras Formações	95
3.1.4 Formação na Perspectiva Crítica	97
CONSIDERAÇÕES	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
ANEXO.....	117

INTRODUÇÃO

Desde criança fui sensível às questões que se apresentavam desiguais em nossa sociedade. No entanto, não as compreendia, mas pensava que a educação era determinante para as mudanças, e que eu poderia contribuir se me tornasse professora. Então, antes mesmo de iniciar a graduação, em 2009, já trabalhava como estagiária na rede pública de educação, enquanto cursava o Formação de Docentes no Ensino Médio, um curso profissionalizante, mas que, infelizmente, não possibilitou compreender todo esse contexto.

Trabalhei nos primeiros anos da minha graduação em uma escola privada, uma cooperativa educacional, que contemplava, pedagogicamente com a prática que exercia, a formação que recebia teoricamente. Entretanto, sentia-me angustiada e me questionava frequentemente: por que contribuir tão somente com aquelas crianças que estavam num contexto tão privilegiado, logo eu que sempre havia estudado em instituições públicas? Já cursando os últimos anos do curso de Pedagogia fui chamada para assumir o concurso público na rede municipal de Dois Vizinhos-PR, para trabalhar 40 horas na Educação Infantil. Sentia deixar aquele local de trabalho onde aprendi muito e fiz várias amizades, mas reconhecia que tinha um compromisso com a educação pública e tomei a feliz decisão de optar pelo serviço público. Hoje é o espaço que atuo e defendo.

Mesmo na escola privada, pela formação crítica que eu estava recebendo na graduação¹, e como resultado também da iniciação científica², começava a compreender as questões sobre as desigualdades sociais e já sentia dificuldade em dialogar com os colegas professores, pois, muitas vezes, minha opinião entrava em conflito com a deles. A sensação que tinha era que apenas eu pensava daquela maneira no ambiente escolar, pois a maioria possuía argumentos contrários aos meus, entretanto era o que estava aprendendo na graduação com meus professores, os quais apresentavam também um comportamento de comprometimento e responsabilidade, um olhar muito humano em relação as questões sociais e que, além disso, possuíam uma formação acadêmica de elevado nível.

Cada vez que me apropriava do conhecimento científico e me afastava do senso comum, foi consolidando-se em mim a certeza, embora com muito ainda a aprender, que aquela forma de pensar era a mais coerente, e como tudo o que eu estava aprendendo,

¹ Graduação em Pedagogia (2010-2013) na Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE.

² Realizada nos anos de 2011 e 2012, na modalidade de Iniciação Científica voluntária, em que foi desenvolvido o trabalho: “Uma reflexão crítica sobre os livros de contação de histórias infantis utilizados no 1º ano do Ensino Fundamental do Colégio Regina Mundi de Dois Vizinhos – PR”.

fazia agora sentido, começando até mesmo a compreender por que meus colegas pensavam daquela maneira. A partir disso, comecei a me incomodar muito pelo fato, por exemplo, de que os professores nem desconfiavam que a escola e seu trabalho eram mecanismos de produção e reprodução dos ideais da ideologia dominante, e desta forma, não concordava com eles, mas conseguia entendê-los, entretanto o problema era que eles não compreendiam essa situação, não havia esse retorno, pois eles não concordavam comigo, e muito menos me entendiam. Além de tudo, me questionava: Como minha própria atuação poderia estar nesse terreno, apesar da formação crítica que tive? Como poderia estar reproduzindo a ideologia dominante, até mesmo, numa contação de histórias?

Nas várias instituições em que trabalhei³, os professores, em sua maioria, apresentavam-se como pessoas responsáveis com o seu trabalho, e de fato eram, embora não tivessem o olhar crítico que eu esperava deles. Não os julgava, pois a formação que tiveram não lhes permitiu essa emancipação. Decidi, então, que através dessa pesquisa poderia contribuir, aproximando-os dessa visão, de modo que eles pudessem também refletir sobre suas práticas, a legislação educacional, o interesse de algumas organizações em relação à educação, o conteúdo que lhes era oferecido como formação, e até mesmo, se possível, levá-los a repensar algumas questões de suas existências, de modo que, mesmo no campo pessoal, eles não fossem apenas instrumentos de consumo e reprodução, mas ao contrário, que eles possam ser instrumentos de contra hegemonia na educação e em suas vidas.

Eles próprios se sentem responsáveis por suas condições e julgam a sua própria categoria pelos problemas da educação, assim como julgam também seus alunos que não apresentam o rendimento esperado. Assim, condenam o seu futuro ao responsabilizá-los, apropriados pelo princípio da meritocracia, em que o esforço e dedicação de cada um é exclusivamente determinante para a ascensão e que o contexto e as condições não fazem diferença.

Com isso, percebia que essa naturalização e essa situação, advinham de uma ideologia que mercantilizava tudo, até mesmo a educação e seus profissionais que estavam envolvidos por um sistema que transforma a educação em ferramenta para formar capital humano, perspectiva essa que é compatível com o pensamento liberal e neoliberal, manifestada em organismos internacionais e nacionais que têm interesse e poder em apontar propostas de educação escolar para o Estado brasileiro. Na sua forma

³ 2010 e 2011 Colégio Coopermundi, 2012 e 2013 CMEI Professora Nadir Ramuski, 2014 CMEI Mãe Maria e Escola Municipal Rural Nossa Senhora da Salette, 2015 até atualmente, CMEI Mariana.

de “contribuição”, esses organismos colocam a educação a favor do desenvolvimento econômico. Entretanto, inversamente, ao lutar por uma formação contra hegemônica, acreditamos que a educação escolar deve ter como pretensão formar sujeitos políticos que reconheçam essas relações de poder, propiciando-lhes o conhecimento acumulado historicamente, tornando-os, assim, reflexivos, e críticos.

Entendemos que o estudo da ideologia da meritocracia é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica que faça frente a ideologia dominante e, ao mesmo tempo, possibilite ações transformadoras da ordem estabelecida mediante uma cidadania ativa, em razão de que políticas educacionais não podem se basear em valores como a meritocracia para a sua constituição, pois a educação não é mercadoria.

Partindo desse pressuposto, e o de que as instituições escolares estão inseridas num contexto histórico e social, a partir de um sistema econômico que possui interesse e que não considera a organização das instituições nem as possibilidades de transformação que podem configurar na aproximação de uma educação mais democrática, podemos apontar que as políticas que o constituem não são neutras, ao contrário, estão em sintonia com as determinações de uma classe que controla os diferentes setores da sociedade, de forma que estes se apresentem naturalizados.

No entanto, assim como ela é utilizada como instrumento de interesses econômicos, pode ser também instrumento na transformação no modo das relações sociais ao considerar que devemos partir das condições, existenciais dadas, ao se articular com as lutas de classes. A educação precisa acompanhar o movimento histórico, econômico e social que a condiciona para formar as bases necessárias de uma mudança. Nesse sentido, Meszáros (2008), aponta que:

A nossa época de *crise estrutural global* do capital é também uma época histórica de *transição* de uma ordem social existente para outra, qualitativamente diferente. Essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper a lógica do capital, e ao mesmo tempo também para elaborar planos estratégicos para uma educação que vá além do capital, devem se juntar. Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra, devem se juntar [...] (p. 76).

Essa perspectiva de educação, apresentada por Meszáros, necessita de políticas que tenham como princípio o ser humano e não da forma como já foi apontado, ou seja,

as relações que fazem da nossa docência e de nós professores e alunos apenas ferramentas dos interesses do mercado.

Diante dessas disposições que a história oferece e pelo compromisso com a educação pública, sentimo-nos instigados a pesquisar e defender essas questões, as quais se constituem como uma forma de discussão e luta por uma educação de qualidade. É preciso, portanto, promover investigações na construção histórica das instituições, numa perspectiva crítica, a fim de debater a lógica de sua organização, numa sociedade que tem como sistema econômico o capitalismo, estabelecendo, assim, uma relação entre sociedade, conhecimento, trabalho e educação.

Desta forma, essa investigação tem como propósito compreender a concepção de meritocracia na formação e no trabalho docente na ONG (Organização Não Governamental) Parceiros da Educação, identificando a presença desta concepção no atual Plano Nacional de Educação, bem como na formação de professores, em especial na proposta de formação desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação de Dois Vizinhos, Estado do Paraná. Neste sentido e, para o alcance deste propósito, será apresentado, sucintamente, os princípios do liberalismo e como estes justificam a meritocracia, que está na gênese dessa doutrina. Através dos fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos desse conceito, a meritocracia será contextualizada em tempos de Estado neoliberal em que se propõe o estabelecimento de novas atribuições ao trabalho docente. Posteriormente, será aprofundada a análise sobre a ONG Parceiros da Educação e investigada a tendência sobre a ideologia da meritocracia, com o estudo de um de seus documentos: “A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil”, publicado no ano de 2010, evidenciando como a ideologia da meritocracia e as propostas do “Parceiros da Educação” se materializam no Plano Nacional de Educação (2014-2024), bem na formação continuada de professores na rede municipal de Dois Vizinhos-PR.

Diante desse quadro, posicionamo-nos teórico-metodologicamente para realizar a pesquisa, na perspectiva do materialismo histórico, que se materializa pela sua coerência com o trabalho a ser desenvolvido e com a postura que assumimos ao realizar a crítica da sociedade capitalista e suas determinações sobre a educação, assim como compartilhamos da mesma ideologia defendida pelos pesquisadores citados.

O método utilizado que permitirá evidenciar as contradições presentes no objeto da pesquisa, possibilitando olhar para além das aparências, através da sustentação da perspectiva da totalidade. Na medida em que a meritocracia é problematizada, é possível compreender o que a institui em seu aspectos reais e concretos, o que permite, por essa

opção de pesquisa, realizar o movimento do geral para o particular, de modo que pode-se fazer a análise de como a meritocracia, como ideologia de organismos internacionais, chega à formação continuada de professores de um município do interior, assim como também permite, fazer o movimento do simples para o complexo, sem deixar de considerar a mediação entre o todo e as partes.

O movimento da práxis vale-se da teoria já produzida para encaminhar a compreensão e, com isso, possibilita desenvolver esta teoria, no que diz respeito à relação que estabelece com o objeto pesquisado para que, desta forma, se estabeleça o conhecimento verdadeiro, e que esse possa ser sustentação para novos conhecimentos, no futuro.

Colocamo-nos ao lado dos que lutam pela educação pública dos que se colocam a serviço do ser humano, que é o que nos define e determina nossa luta. Acreditamos que as leis e as políticas públicas também devem ter essas preocupações. Assim, o legado de tal concepção para esta pesquisa é desvendar a alienação dos sujeitos ao acreditar numa certa neutralidade, quanto à constituição de propostas de educação escolar por organismos liberais. Queremos, ainda, identificar como as políticas educacionais, influenciadas por estes grupos, se pautam no conceito da meritocracia para sua efetivação, de forma a ser coerente com uma série de valores necessários para a reprodução dessa sociedade em que vivemos.

Levando em consideração esses aspectos, a pesquisa estabelece uma relação com o método que implica numa concepção da realidade, em que aspecto algum da sociedade pode ser compreendido isoladamente dentro da infraestrutura econômica-social da sociedade, uma vez que esta produz um conjunto político-ideológico. Esse conjunto da superestrutura vai se adaptando e passando a justificar a infraestrutura, formando correlações concretas entre si. A essência só pode ser conhecida analisando o todo e, dialeticamente, no movimento das transformações históricas, pois pensar dialeticamente, é pensar em movimento, assim como não há como ser dialético se não trabalhar na perspectiva da totalidade. Na totalidade, se pressupõe a reciprocidade do todo e das partes, pelas determinações que lhe dão significado, pois conhecer as partes isoladas não permite conhecer nem as partes e nem o todo (POLITZER, 2001).

As fontes de consulta para a coleta de dados, são os documentos “A transformação da qualidade da Educação Básica pública no Brasil” (2010) do Parceiros da Educação e o PNE (Plano Nacional de Educação) 2014-2024 e, os materiais da formação continuada de professores do município de Dois Vizinhos, tais como cadernos de anotações de alguns professores e lista de certificados emitidos pela Secretaria Municipal de Educação do

período de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2018. Trata-se de uma pesquisa que se caracteriza como bibliográfica e documental. Bibliográfica, porque se fundamenta principalmente nos seguintes autores: Luiz Carlos de Freitas (2011, 2012), Gaudêncio Frigotto (2006, 2015), Dermeval Saviani (1987, 2001, 2005, 2007, 2010) Luiz Antônio Cunha (1980), Karel Kosik (1976), dentre outros.

Inicialmente, no primeiro capítulo, ao apresentar sucintamente os princípios do liberalismo, percebe-se como estes justificam a meritocracia, a qual está na gênese dessa doutrina, através dos fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos desse conceito, para então contextualizar a meritocracia em tempos de Estado Neoliberal, em que se estabelecem novas atribuições ao trabalho docente.

No segundo capítulo, para aprofundar o estudo, propõe-se a análise sobre a ONG “Parceiros da Educação”, em que, primeiramente, será investigada a tendência sobre a ideologia da meritocracia, com estudo de um de seus documentos: “A transformação da qualidade da Educação Básica pública no Brasil”, publicado no ano de 2010. Posteriormente, será detalhado como a ideologia da meritocracia e as propostas do “Parceiros da Educação” se materializam no Plano Nacional de Educação (2014-2024), no que diz respeito a educação e ao trabalho docente.

No último capítulo será realizada a análise de dados empíricos na formação continuada de professores da rede municipal de Dois Vizinhos-PR, entre os anos de 2013 e fevereiro de 2018, mostrando a presença da reprodução e fortalecimento da ideologia da meritocracia.

É utópico acreditar que a educação, como um dos setores da sociedade disponíveis ao sistema, é a salvadora da pátria, como tenta propagandear a ideologia dominante, responsabilizando os professores e/ou culpabilizando-os pela situação, sem considerar, entretanto, que a crise atual da escola está envolvida com a crise do trabalho. Em vista disso, espera-se que esse estudo, através do conceito e das contradições da meritocracia nas políticas educacionais, possa explicitar os interesses econômicos em relação à educação, no que diz respeito ao trabalho docente como também as concepções de formação para os sujeitos que passam pela escola pública, na defesa de uma proposta de educação contra hegemônica.

1. MERITOCRACIA: O PRINCÍPIO LIBERAL DE FORMAÇÃO HUMANA

Inventamos uma montanha de consumos supérfluos. Compra-se e descarta-se. Mas o que se gasta é o tempo de vida. Quando compro algo, ou você compra, não pagamos com dinheiro, pagamos com o tempo de vida que tivemos que gastar para ter aquele dinheiro. Mas tem um detalhe: tudo se compra, menos a vida. A vida se gasta. E é lamentável desperdiçar a vida para perder a liberdade.

(José Mujica)

Cada vertente de pensamento tem seus princípios que a fundamentam de acordo com as ideologias⁴ que defende. Atualmente, um dos princípios mais importantes para o neoliberalismo é a meritocracia. E é o que se propõe a investigar neste capítulo. Entende-se que fazer a crítica à meritocracia é fazer a crítica a um dos pilares da ideologia burguesa e também da ideologia de direita. Trata-se de confrontar uma concepção de pensamento que trata como natural a desigualdade e responsabiliza os explorados pela sua situação de pobreza.

Numa perspectiva crítica, parte-se do pressuposto que a meritocracia não passa de uma ideologia da sociedade capitalista, uma vez que estimula a competição e o individualismo, que são valores necessários para a economia. Desta forma, retira também toda responsabilidade do Estado e a transfere para os indivíduos. Portanto, nessa visão são merecidas determinadas condições para o sujeito que se dedica e se destaca e, por conseguinte, a riqueza, renda e classe social são de responsabilidade de cada um obter. O esforço individual é o fator determinante para esse sistema de recompensas, sem entretanto, considerar as oportunidades, as condições econômicas, o capital cultural, dentre outros.

Nesse primeiro capítulo será caracterizada a ideologia do pensamento liberal, registrando os seus princípios, destacando o investimento no valor que há na ideologia da meritocracia e respondendo à pergunta: por que a meritocracia é uma ideologia? E, desta forma, apresentar a ressignificação da meritocracia no neoliberalismo, pois, se antes a meritocracia era apenas um reflexo dos princípios do liberalismo, agora se revela como o

⁴ “O termo ‘ideologia’ é amplamente utilizado, sobretudo por influência do pensamento de Marx, na filosofia e, nas ciências humanas e sociais em geral, significando o processo de racionalização – um autêntico mecanismo de defesa – dos interesses de uma classe ou grupo dominante. Tem por objetivo justificar o domínio exercido e manter coesa a sociedade, apresentando o real como homogêneo, a sociedade como indivisa, permitindo com isso evitar os conflitos e exercer a dominação” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2008, p.141).

troféu do neoliberalismo, pelo viés de que pela conquista dos interesses individuais desenvolvem-se os interesses da sociedade capitalista.

1.1 Os Princípios do Liberalismo

A meritocracia é uma ideologia que nasce no liberalismo como sustentação dos interesses da burguesia e como reflexo dos princípios que a fundamentam. Pode-se analisar, ao descrever a investigação de toda conjuntura em torno do conceito de meritocracia, que este se materializa na constituição histórica da doutrina liberal. Parafraseando Alves (2007), é possível descrever que esse pensamento se originou como a visão de mundo da burguesia ao analisar as lutas que foram protagonizadas em seus primórdios, em oposição aos senhores feudais, que objetivavam, principalmente, estabelecer condições para a troca de mercadorias. O autor afirma ainda que, “[...] Não há qualquer bandeira liberal que não tenha nascido das lutas da burguesia contra as forças feudais [...]” (p.77, 2007).

Desse modo, o conceito de liberdade que deu nome a essa corrente de pensamento, foi se constituindo nesses conflitos como escudo de reivindicação contra os impedimentos feudais que barravam o livre comércio, visto que

Enquanto doutrina, o liberalismo deve ser visto como a expressão mais desenvolvida da visão do mundo burguesa. Mas ela não surge do nada. Sua gênese deu-se no interior das lutas que a burguesia vinha travando contra a Igreja católica e a nobreza no sentido de superar os “entraves feudais” postos ao desenvolvimento de seus negócios. No âmbito do discurso, essa classe alicerçava suas reivindicações nas liberdades individuais: liberdade de comerciar, liberdade de produzir, liberdade de crença, liberdade de trabalho etc. Logo, o liberalismo, mesmo tendo sido formulado enquanto doutrina no século XVIII, tinha as suas raízes fincadas na existência da burguesia desde suas origens (ALVES, p. 79, 2007).

O conceito de liberdade transparece, em primeira proposição, como algo bom, e é algo bom, pois quem não desejaria que todos tivessem liberdade? Mas, infelizmente, é também utópico, pois em diferentes períodos históricos da sociedade, seja essa mais ou menos controlada pelo Estado, haverá a subtração da liberdade de que os liberais lutam, e esta subtração será necessária, como já foi provado historicamente para prevalecer a existência do sistema econômico capitalista.

Isso garante, a visão do indivíduo como instrumento que age para si mesmo, sustentando a prevalência dos direitos individuais, por isso não tem de atender aos outros,

uma vez que cada qual deve proceder por si. Entretanto, esse sistema que preconiza tanto a liberdade, esquece que muitos homens (a maioria) não são livres, pois quando ele tem de vender-se, e o lucro dessa venda atende a outros (a minoria), ele perde sua liberdade. Os liberais ainda vão dizer que cada um é livre para vender o que possui, no caso dos trabalhadores, sua mão de obra.

Partindo das condições existenciais dadas, e pensando, principalmente, nas crianças, já que todos (liberais e não liberais) defendem o acesso às oportunidades, que dentre tantas divergências essa é uma convergência, é preciso que concordem que em um sistema capitalista, a meritocracia, como reflexo dos princípios do liberalismo, já não possui coerência com um pensamento que considera os seres humanos como dotados dos mesmos direitos, com suas diferenças de condições, visto que, a sustentação de tal sistema está na condição de que pelo menos um quarto da população é desnecessária, como será dissertado no próximo item deste capítulo.

[...] Houve um momento histórico em que princípios como igualdade de direitos e de oportunidades, destruição de privilégios hereditários, respeito às capacidades e iniciativas individuais e educação universal para todos constituíram-se nas diretrizes fundamentais de uma doutrina: o liberalismo (CUNHA, 1980, p. 27).⁵

O liberalismo não representa a bandeira da liberdade dos sujeitos, mas apenas da economia, e podemos dizer que há sim uma defesa da igualdade de direitos e de oportunidades, mas no discurso, porque essa defesa que não se efetiva, serve tão somente para fortalecer o falso argumento de que as condições estão dadas, basta cada um aproveitá-las.

Os princípios do liberalismo até transparecem, em uma primeira análise, que estão do lado dos indivíduos, mas com o estudo que será apresentado, percebe-se que estão à disposição dessa ideologia, a qual culpabiliza os sujeitos e não considera o contexto em que vivem. Assim, destaca-se, sucintamente, alguns dos princípios gerais que sustentam o liberalismo: a igualdade, o individualismo, a liberdade, propriedade e a democracia.

A igualdade sustenta fortemente a ideologia, de forma que ela é oferecida, aparentemente, e em condições diversas. A educação é um desses meios tidos como fator de igualdade, pelo fato de que é pública e gratuita, assim, quem quer garantir um progresso individual tem essa condição oferecida. Portanto, havia o pensamento

⁵ Utiliza-se com frequência como referência os estudos realizados pelo autor Luiz Antônio Cunha (1980) no livro: “Educação e desenvolvimento social no Brasil”, para respaldar as discussões sobre os princípios do liberalismo. A obra se faz muito coerente para fundamentar essa pesquisa, pois, para além do que já foi dito, o autor apresenta suas críticas sobre esse sistema político em seu tempo histórico, sustentando as discussões que propomos realizar no contexto atual.

ideológico de que a educação era o caminho para a ascensão social dos indivíduos e, conseqüentemente, da sociedade. Aqueles que estavam em condições sociais inferiores mas tivessem o acesso à educação e estímulos, poderiam mudar suas condições. De certo modo, no período em que o autor escreve, a escolaridade representava essa possibilidade de forma mais concreta. E é preciso elucidar também, que a igualdade: “[...] não significa igualdade de condições materiais. Assim como os homens não são tidos como iguais em talentos e capacidades, também não podem ser iguais em riquezas” (CUNHA, 1980, p. 31).

O princípio do individualismo, “considera o indivíduo enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial” (CUNHA, 1980, p. 28). É o que supõe uma certa subjetividade inata e que lhe confere direitos que essa subjetividade possibilita, de acordo com suas próprias características.

A função do Estado é garantir a cada um “o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais, ao máximo da sua capacidade. O individualismo acredita terem os diferentes indivíduos atributos diversos e é de acordo com eles que atingem uma posição social vantajosa ou não. Daí o fato de o individualismo presumir que os indivíduos tenham escolhido voluntariamente (no sentido de fazerem aquilo que lhes interessa e de que são capazes) o curso que os conduziu a um certo estágio de pobreza ou riqueza. Se a autoridade não limita nem tolhe os indivíduos, mas ao contrário, permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, o único responsável pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social (CUNHA, 1980, p. 28-29).

Por esse princípio se naturaliza a sociedade de classes, uma vez que, assim como o indivíduo é dotado, naturalmente, de algumas características da sua própria natureza, a sociedade também vai se constituir por essas e não possui o poder de interferir, visto que essa interferência estaria intervindo na liberdade individual. Portanto, nesse entendimento, é inútil querer modificar o que está concedido naturalmente.

Ao falar do princípio de liberdade, o qual já foi discutido anteriormente, cabe dizer ainda que tal, está extremamente ligado ao individualismo, e que essa liberdade individual decorre para “outras: liberdade econômica, intelectual, religiosa e política [...]” (CUNHA, 1980, p. 29).

Como tudo é natural, não é necessária intervenção alguma, porque “[...] quanto menos poder o Estado possuir, menor será sua esfera de ação e maior será a liberdade que o indivíduo poderá desfrutar” (CUNHA, 1980, p. 30).

Esses princípios sustentam o da propriedade, que nessa visão, também é resultado de uma aquisição natural através dos talentos dos indivíduos. Na sua gênese,

[...] a doutrina liberal repudia qualquer privilégio decorrente do nascimento e sustenta que o trabalho e o talento são instrumentos legítimos de ascensão social e de aquisição de riquezas, qualquer indivíduo pobre, mas que trabalha e tenha talento, pode adquirir propriedade e riquezas (CUNHA, 1980, p. 31).

Se os liberais buscam o bem geral, esses princípios não eliminam as desigualdades, (e nem querem), pois partem do entendimento de que tudo deriva de uma ordem natural. Os graus de poder e riqueza não serão os mesmos, pois há uma tendência espontânea, como no reino animal, em que sobrevivem somente os mais fortes. Assim, nesse terreno de disputa por posições, cabe a cada um escolher e lutar por sua posição a partir das “condições de igualdade oferecidas”.

E, por fim, todos os princípios exigem o princípio da democracia: “[...] Consiste no igual direito de todos de participarem do governo através de representantes de sua própria escolha [...]” (CUNHA, 1980, p. 33).

Esses princípios fundamentam a meritocracia como uma ideologia, porque creditam ao indivíduo a responsabilidade pelos problemas condicionais da sociedade em que vive, em que os problemas não se centram na estrutura social. Com isso, é necessário organizar o terreno da legitimação.

Nesse terreno, o ideal mais comum entre os liberais “é o de que a escola não deve estar a serviço de nenhuma classe, de nenhum privilégio de herança ou dinheiro, de nenhum credo religioso ou político.” e ela “irá revelar e desenvolver, em cada um, seus dotes inatos, seus valores intrínsecos, suas aptidões, talentos e vocações” (CUNHA, 1980, p. 34).

Nesse entendimento, os talentos e vocações individuais são a determinação para as posições dos indivíduos.

[...] A educação liberal não considera os alunos ligados às classes de origem, não considera privilegiados ou não, mas trata-os igualmente, procurando habilitá-los a participar da vida social na medida e proporção de seus valores intrínsecos. Desta forma, ela pretende contribuir para que haja justiça social, levando a sociedade a ser hierarquizada com base no mérito individual. Donde se conclui que a ascensão ou descensão social do indivíduo estará condicionada à sua educação, ao seu nível de instrução, e não mais ao nascimento ou à fortuna que dispõe. Isto porque o talento está no indivíduo, independentemente de seu *status* ou condição material (CUNHA, 1980, p. 34-35).

Cunha (1980), cita que a negação da doutrina das ideias inatas foi uma importante contribuição do liberal John Locke, pois “antes dele pensava-se que a barreira suprema ao progresso intelectual e moral estava no fato de que as ideias são inatas [...]” (p. 35).

Ele apoiou-se nesse pensamento ao considerar que todos são iguais quando nascem, e as diferenças são consequência da educação. Mas, contraditoriamente, não era a favor da universalização da educação, que é justificado com o conceito de igualdade em relação ao papel do Estado.

Apesar de reconhecer que os indivíduos são iguais, sejam ricos ou pobres, este pensador parece aceitar, sem muita relutância, que a ordem social já se encontra estabelecida, dividindo ricos e pobres quanto à instrução que devem receber para que essa ordem se mantenha (CUNHA, 1980, p. 36).

Antes de Locke, pensava-se que esses talentos inatos do indivíduo, ao passar pela escola, seriam convertidos futuramente em renda, e que o habilitaria para sua atuação na sociedade, mas o acesso nem sempre foi possível a todos, então a “[...] ampliação de atendimento e a diferenciação do sistema escolar fará com que esses fatores deixem de ocorrer e isso se refletirá no aumento do nível de renda das classes média e trabalhadora” (CUNHA, 1980, p. 52).

Se há essa determinação, conforme o pensamento exposto, o que poderia resolver os grandes problemas, principalmente o do desemprego, seria a Educação Profissional. “[...] Como disse um alto funcionário do Ministério do Trabalho, “no Brasil não existe desemprego e sim falta de qualificação profissional que causa o subemprego. [...]” Se o Estado agir para superar essa carência, “[...] fica eliminada mais uma barreira à igualdade de oportunidade no país” (CUNHA, 1980, p. 52-53). E, mais uma vez, as consequências deixam de ser reflexo dos mecanismos macro estruturais e passam a ser novamente do indivíduo, por isso esse pensamento se caracteriza como uma ideologia.

Essa ideologia coloca a educação com a função de corrigir as desigualdades desenvolvidas pelo sistema, como se elas fossem possíveis de ser corrigidas somente pela educação. Essa afirmação faz com que se legitime o sistema econômico que produz essas desigualdades.

Alguns liberais irão criticar a posição contrária desse pensamento, dizendo que o que se quer é igualdade de resultados, mas a questão é que a igualdade de oportunidades, que todos os liberais defendem, não representa, de forma alguma, uma igualdade real. Cunha (1980), apresenta algumas razões que, objetivamente, serão parafraseadas. A educação, sendo pública e gratuita, não será acessível de forma igual para todos, e ainda há uma diferença na qualidade da educação oferecida, uma vez que

[...] as aptidões das pessoas não são características inatas; ao contrário, são um produto da sua primeira educação, associada às condições materiais de vida no que se refere à alimentação, ao desenvolvimento

psicofisiológico, ao desenvolvimento de certas destrezas que cada classe social tem *como resultado da vida que leva*. Assim, imaginar que as aptidões são inatas é ignorar o que produz as aptidões (grifos do autor) (p. 55-56).

A educação escolar, conforme o autor, acaba por premiar essas aptidões desenvolvidas, destacando os indivíduos que as apresentem. Vale expor que há uma quantidade mínima de sujeitos das classes inferiores que progridem no sistema educacional, e o exemplo dessa pequena parcela é utilizado para argumentar, defendendo que os esforços de cada um é o que determinada, na oferta das oportunidades. Entretanto, não é justificativa, pois pode-se até afirmar, nesses casos, que foi um mérito, mas não que se concorde que essa seja a forma de classificar e organizar uma sociedade desigual. Desse modo, é preciso distinguir nessas questões o mérito do privilégio, porque “os determinantes das diferenças intelectuais são as situações de classe. Assim, dizer que as diferenças intelectuais produzem as diferenças de classe é dizer, na realidade, que as diferenças de classe produzem as diferenças de classe, isto é, nada dizer” (CUNHA, 1980, p. 56).

Um grande contingente de indivíduos ainda possui essa visão e ela continua a ser regra por ser uma ideologia que tende a ser reproduzida por diferentes meios para atender aos interesses da burguesia, porque enquanto se olha para os problemas no indivíduo não se imagina que estes são resultado de uma sociedade desigual, capitalista, excludente, etc.

Essa ordem econômica, pelo seus mecanismos próprios, produz e reproduz quotidianamente as desigualdades entre as classes sociais. O que notamos é que esses discursos lamentam as consequências dessa ordem econômica, deixando intocados, entretanto, os mecanismos que as produzem. Paralelamente, imaginam uma educação que venha a subverter essa “origem iníqua”, esquecendo ou deixando de dizer que essa mesma educação, também pelos seus próprios mecanismos quotidianos, discrimina amplos setores sociais. Ainda mais, fazer crer que o sucesso ou o fracasso escolares são produto único das “razões de ordem intelectual”, ou seja, dissimulam tanto os seus próprios mecanismos de discriminação quanto os da própria ordem econômica” (CUNHA, 1980, p. 56-57).

A intenção é desviar o olhar do verdadeiro problema, pois lamenta-se essa estrutura, mas não se modifica seu caráter. É ideológico atribuir à educação o papel de reverter as desigualdades sociais, pois pensar assim é estar convencido por essa ideologia que quer que assim se pense.

A aposta na educação é uma luta histórica. Inicialmente, as escolas eram frequentadas pelos filhos das classes alta e média. Outras e poucas, mantidas por

entidades, eram destinadas aos filhos dos trabalhadores. Havia, portanto, objetivos específicos para cada escola, conforme a classe atendida.

Como nos apresenta Cunha (1980), cada vez mais o trabalho das fábricas se tornava mais complexo e, como consequência, eram necessários “trabalhadores alfabetizados e que dominassem as operações aritméticas mais elementares”. Houve, portanto, ao mesmo tempo, reivindicação destes, por “maiores salários, redução da jornada de trabalho e melhoria das condições de segurança, higiene e salubridade, estendendo-se até a contestação da sociedade capitalista como um todo.” Confrontando isso, os burgueses necessitavam de uma ideologia que legitimasse os mecanismos de exploração, desviando a contestação dos reivindicadores (p. 114).

Essa ideologia já estava pronta, em grande parte: era a concepção de que os indivíduos se posicionavam ou deveriam se posicionar nas diferentes classes sociais conforme o seu desempenho escolar. Faltava a montagem de um sistema escolar aberto a todos para dar credibilidade a esta ideologia e, ainda mais, que a inculcasse. Além disso, a universalização da educação escolar resultaria na qualificação dos trabalhadores nas técnicas de leitura, escrita e cálculos que passavam a ser necessárias [...] (CUNHA, 1980, p. 114).

Nesse momento, fica ainda mais evidente como a meritocracia se posiciona e se torna um dos maiores pilares da ideologia da burguesia, e como se legitima pela sociedade que a produz e reproduz. Para lhe dar sustentação alguns mecanismos de legitimação, como a ideologia da responsabilização dos indivíduos, foram se configurando historicamente, pois houve um momento em que se reivindicou uma escola com um mesmo “currículo, carga horária, material didático, etc.”, uma vez que, os trabalhadores perceberam que esse outro sistema “se destina a reforçar as posições de classe previamente existentes” (CUNHA, 1980, p. 115).

Alguns estudos apresentados pelo mesmo autor apontam, ainda, que mesmo o ensino sendo gratuito e obrigatório, sempre houve crianças fora da escola; em algumas regiões mais e, em outras, menos. “São os estados e territórios de mais baixo nível de renda que apresentam maiores taxas de evasão e reprovação [...]” (p. 126). Por outro lado, “os estados e territórios com população de maior renda são aqueles que tinham as taxas de escolarização mais elevadas. [...]” (CUNHA, 1980, p. 135).

A distribuição desigual da qualidade do ensino reforça as disposições desfavoráveis à escolarização da classe trabalhadora [...] sua escolarização é prejudicada pela insuficiência de escolas, pelas diferenças de padrões culturais familiares e escolares, pela admissão tardia. Vemos, agora, que, além disso, a qualidade do ensino que recebem é inferior. Assim, os aspectos “quantitativos” e “qualitativos”

se somam para produzirem, consistentemente, o mesmo efeito: alto desempenho escolar para a classe dominante e para as camadas médias e baixo desempenho para as classes trabalhadora” (CUNHA, 1980, p. 158-159).

Mais uma vez mostra-se a desmistificação da ideologia da responsabilização, que volta o olhar para o indivíduo, enquanto que o verdadeiro problema é estrutural, porque são muitos fatores que levam para desigual sucesso ou fracasso, tanto na vida escolar como em sociedade, mas que independem diretamente do indivíduo. E ainda, o que reforça essa ideia é o fato apresentado em um estudo também por Cunha (1980, p. 195), o qual concluiu “que as crianças de melhor estado de saúde tinham melhor desempenho em leitura, principal critério de aprovação.” Uma vez que, para se manter o desenvolvimento desse tipo de economia, exige-se a intensificação da concentração da renda, “a intensificação da *situação de fome* da classe trabalhadora” (p. 197).

De uma forma simplista, pode-se realizar o seguinte raciocínio: imagina-se que numa escala de 100 pessoas há acesso de escolaridade para todas, mas na vida adulta há apenas 75 diferentes vagas para emprego. Nesse panorama, o que se divulga é o direito ao acesso e que há oportunidades; mas, em contrapartida, não se divulga, que não há permanência de todas no processo de escolarização e que essas oportunidades não são para todos, mesmo que todos tenham se dedicado.

De forma geral, quem são esses 25 sujeitos sem sucesso? Pertencem a que classe social? Qual é o capital cultural que detêm? Com esses questionamentos, pode-se dizer, que os princípios do liberalismo estão à disposição para manter a condição que sustenta a concentração da riqueza nas mãos de poucos, enquanto que, como apresentado, alguns indivíduos ficam apenas com a função de manter a condição de exploração da classe trabalhadora, na medida em que se quem não está satisfeito com o seu trabalho, não pode nem contestar, e sim, deve ter a consciência de que há um exército de desempregados esperando por um emprego, mesmo que em condições degradantes, e isso tudo seria, ainda, culpa dos indivíduos.

1.2 Fundamentos Ontológicos, Epistemológicos e Políticos da Meritocracia

O pensamento liberal, desde Locke, Hume, Adam Smith, até os neoliberais de hoje, fundamenta-se na concepção metafísica de natureza humana. Parte do pressuposto de que há uma essência humana eterna, fixa e imutável que, para além da racionalidade, define o homem como um ser egoísta, utilitarista e competitivo por natureza.

Assim, segundo esse pensamento, recebe-se da natureza uma mesma racionalidade que permite a cada indivíduo fazer, em igualdade de condições, suas opções. O útil de cada um torna-se o útil de todos.

[...] Para o pensamento liberal, todos os indivíduos nascem com as mesmas predisposições naturais demarcadas pela busca racional do que é agradável e útil. Todos, portanto, aparecem no mercado em iguais condições de escolha individual. Trata-se de um homem econômico racional, “filho[s] do iluminismo e, portanto um individualista em busca do proveito próprio” (Hollis & Nell, 1969, p. 39). Todavia, como todos por natureza tendem ao mesmo, “o ótimo de cada um, racionalmente calculado a longo prazo, constitui para o ótimo de longo prazo para todos. O cálculo é a maximização da utilidade” (Hollis & Nell, 1969, apud, FRIGOTTO, 2006, p. 69-70).

Diante disso, é preciso desenvolver a concepção de um tipo de homem para que ele mesmo se veja como responsável pelo seu sucesso ou fracasso, não podendo jamais ser consequência de uma estrutura social, trata-se, portanto, do “*Homo oeconomicus* racional”. Nessa perspectiva, é o homem econômico como um indivíduo de comportamento racional que, com a combinação de atender seus interesses, atende aos interesses da economia, ou seja, no atendimento das suas necessidades e/ou das “necessidades” criadas pela própria economia, garante um consumo e produção duradouros.

[...] O *homo oeconomicus* se baseia na idéia do sistema. O *homo oeconomicus* é o homem como parte do sistema, como elemento funcional do sistema e, como tal, deve ser provido das características fundamentais indispensáveis ao funcionamento do sistema. A hipótese de que a ciência dos fenômenos econômicos seja baseada na psicologia, e que as leis da economia sejam essencialmente um desenvolvimento, um esforço de precisão, e uma objetivação da psicologia, aceita acriticamente a aparência fenomênica da realidade e a faz passar pela própria realidade. A ciência clássica dotou o “homem econômico” de algumas características fundamentais; uma das mais essenciais, entre elas, é a racionalidade do comportamento e o egoísmo [...] (KOSIK, 1976, p. 83).

Esse egoísmo se apresenta como contradição: primeiro, porque acredita-se que torna-se homem pelas relações sociais e, na constituição de sua segunda natureza, mesmo que ninguém o ensine a ser egoísta, acredita-se que o ser humano torna-se em razão do contexto em que está inserido; e segundo, porque sabe-se que há recursos para atender todos os indivíduos do planeta, mas esses recursos não estão disponíveis para todos. Dessa forma, essa racionalidade aparente, submete ao regresso no tempo, caracterizando um ser primata, que disputa com outros para a sobrevivência, (a maioria de fato, para sobreviver!). Esse comportamento de sobrevivência, e/ou para atender algumas

necessidades produzidas, desenvolve nos indivíduos algumas condutas no sentido negativo⁶, como o egoísmo, por exemplo, que o desmoraliza como *homo sapiens sapiens*, mas não como consequência de um fator natural.

Mas não foi/é o homem que constituiu e constitui as relações sociais? Sim! Mas essas, se estabelecem histórico-socialmente, no processo de se tornar humano, porque “[...] O homem não é definido em si mesmo mas em relação ao sistema [...]” (KOSIK, 1976, p. 85). Se havia alguma precisão do ser humano ser egoísta por não haver recursos para todos, esse problema, não mais deveria existir, pois, com o desenvolvimento das forças produtivas seria possível atender as necessidades materiais de todos os homens, porém criaram-se outras, algumas necessárias, e outras, assim se fizeram para resolver alguns problemas daquilo que se criou, por exemplo, na Medicina, em que os tratamentos desenvolvidos pela avançada tecnologia são capazes de acabar com muitas doenças que, infelizmente, foram e são produzidas, pelo próprio processo de aceleração da produção de alimentos devido ao aumento populacional, não que não seja preciso, mas o problema é que são explorados muitos recursos naturais e humanos na produção de outros mercados; muitos destes, supérfluos.

[...] O egoísmo como móvel da ação humana é válido apenas no âmbito de um hipotético sistema em que o homem, ao procurar satisfazer os próprios interesses privados, determina o bem geral. Que é este “bem geral” que se apresenta como resultado? É o pressuposto e a premissa ideologizada de que o capitalismo é o melhor de todos os sistemas possíveis (KOSIK, 1976, p. 84).

Assim, é a partir da concepção de “*homo oeconomicus* racional” que se naturaliza a meritocracia, pois, em condições naturais e iguais, o indivíduo dotado de egoísmo como combustível para a conquista e o sucesso irá buscar o que quer, e se identificará como detentor do que conquistou, garantindo o desenvolvimento das relações econômicas. Desta forma, o que o indivíduo possui e o que é, depende somente de suas opções, ou seja, o mérito é de cada um. Se tu tens grandes propriedades é mérito teu, se, todavia, nada tem, o problema está em que escolheste as opções equivocadas.

Em vista disso é que se desenvolveu a ideia de sistema quando já se havia um, em que “a própria realidade se constitui como um todo articulado” com “aparência de uma

⁶ A criminalidade, a constituição de valores como ódio, inveja, etc. não vemos como uma escolha do indivíduo, mas como consequência do contexto em que vive. Essa discussão desenvolve opiniões muito divergentes de acordo com as perspectivas que cada um teve a oportunidade de enxergar, mas o consenso geral que pretendemos aproximar neste caso, é que não precisamos necessariamente concordar para minimamente entender (assim como procura-se fazer), por exemplo, entendemos o que leva como uma consequência alguns indivíduos a defender o liberalismo, mas isso não significa que concordamos com esse pensamento.

ordem natural e espontânea” (KOSIK, 1976, p. 83), o autor vai falar em pseudoconcreticidade, pois se tem uma visão fenomênica da realidade, a qual sustenta a ideologia liberal.

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 1976, p. 11).

Da concepção ontológica da meritocracia, deriva-se uma epistemologia do pensamento liberal. As concepções liberais, funcionalistas, positivistas, empiricistas do pensamento burguês dominante, analisam a realidade social, econômica e educacional como a soma de fatores. Para esta epistemologia, a pobreza, a desigualdade, o acesso desigual a escolaridade, se explicam por diferentes fatores.

O pressuposto epistemológico que sustenta esta forma de análise é o que Kosik (1986) denominou metafísica da cultura, ou a concepção do fator econômico. Trata-se da concepção de que a sociedade se constitui por um conjunto de fatores cuja soma nos dá a compreensão da totalidade. Ora um, ora outro fator (o econômico, o político, o cultural, o educacional etc) é utilizado, *ad hoc*, para explicar o comportamento social. Daí resulta que as explicações acabam sendo circulares [...] (FRIGOTTO, 2006, p. 70).

O que é preciso compreender é que a estrutura econômica não é apenas um fator dentro do conjunto, o que fica evidenciado na contribuição seguinte do autor.

A crítica de Kosik centra-se ao mesmo tempo no economicismo, que toma o econômico como um fator e não como “estrutura econômica”, que forma a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social. Por esta incompreensão, advinda da condição de classe, a concepção dominante na sociedade capitalista pauta-se pela visão do pluralismo metodológico que concebe a realidade social como um conjunto de fatores: econômico, político, cultural, religioso, educacional etc., em que ora um ora outro são a base para analisar como a sociedade se organiza (FRIGOTTO, 2015, p. 240).

No entanto, o caminho está mais direcionado para ser reduzido a um fator, pois as direções dos fatos sociais, positiva e negativamente, são consequências das dimensões econômicas, as quais se constituem como uma estrutura e não apenas um fator. Essa

posição dada à estrutura econômica coloca a realidade social como produto da práxis humana, independentemente do modo de produção pelo qual os homens transformam a natureza e também a si próprios, pois, como afirma Kosik (1976):

[...] é o homem, como *sujeito histórico real*, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e idéias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como ser histórico e social, dotado de sentimentos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo de “humanização do homem” (p. 51). (grifos do autor)

Tal forma de analisar a realidade permite justificar os problemas como consequência de escolhas equivocadas, e não como resultado de um falho problema da estrutura econômica. Assim, os olhares são voltados para várias outras direções, quando, na realidade, deveria centrar-se em apenas uma via, ou seja, a sociedade capitalista.

Para compreender o fundamento ontológico da meritocracia é preciso encaminhar as análises, no sentido de situar o fundamento ontológico do homem, e é na gênese da perspectiva liberal que ele é identificado. Desta forma, a dimensão política da meritocracia é uma decorrência da concepção de natureza humana elaborada desde Adam Smith, em que supõe-se que o melhor é que cada um faça suas opções de acordo com o mercado. O mercado é concebido como uma mão invisível que levaria ao equilíbrio.

Deriva, dessa proposição, a concepção do Estado liberal, instituição que está acima das classes sociais, mas por outro lado, é o órgão de realização do bem comum. Vejamos, por exemplo, como um autor⁷ liberal brasileiro concebe o Estado.

O princípio fundamental de tal filosofia, conforme o autor, se estabelece pela defesa da liberdade ao se tratar da vivência em sociedade, considerada como essencial para cada indivíduo e, a função fundamental do Estado, estaria em apenas garanti-la. Conforme esse pensamento, o Estado, em vez de assegurar, procura invadir, na tentativa de extingui-la. Nesse caso, se busca a maior liberdade para cada pessoa, de modo que não interfira na liberdade de todos. “O termo ‘liberalismo’ vem daí: tem a mesma raiz que o termo ‘liberdade’” (CHAVES, p. 8, 2007).

⁷ Selecionamos o texto de Eduardo O. C. Chaves “O liberalismo na Política, Economia e Sociedade e suas Implicações para a Educação – uma defesa” do livro publicado em 2007 “Liberalismo e educação em debate”, organizado por José C. Lombardi e José L. Sanfelice. O autor procura apresentar o liberalismo para os professores ditos “contaminados” por uma visão socialista, defendendo a ideologia liberal, e caracterizando como inimigos aqueles que apresentam o liberalismo de forma diferente do que defende, como adversários. Assim, Chaves quis apresentar claramente esse pensamento, sendo ele próprio um dos seus defensores; em vista disso, vamos considerar esses escritos como a transparência da essência dessa doutrina.

Assim, para ele, o melhor Estado, é aquele que menos governa, ou seja, o Estado mínimo. Dessa maneira, os sujeitos teriam mais liberdade por esse princípio, e por isso, cada indivíduo é responsável por suas escolhas, (já que tem a liberdade) e as consequências disso, ficam também sob a responsabilidade de cada um. Essas características demarcam a ideologia da meritocracia no liberalismo, que será discutido posteriormente.

No que diz respeito à área social, na prestação de serviços, de saúde, educação e segurança, por exemplo, essa perspectiva é compatível com a iniciativa privada, ou seja, sem a interferência do Estado, sendo que este só pode intervir quando há indícios de desrespeito ao direito individual. Quando se fala em liberdade, não se está falando apenas na liberdade do sujeito, mas do comércio também, uma vez que é o sujeito que estabelece o comércio, em razão de que “Ser livre, no liberalismo, é não ser coagido a agir (a fazer ou a deixar de fazer) – é não ser obrigado a fazer, nem impedido de fazer, por terceiros” (CHAVES, p. 11, 2007).

Chaves (2007), utiliza alguns exemplos para ilustrar o conceito de liberdade e um deles é transcrito a seguir, para explanar e elucidar a interpretação que este estudo pretende:

Digamos que eu seja livre para comprar uma Ferrari – livre, porque ninguém está me coagindo ou me obrigando a não fazê-lo (esta é a condição negativa, formal). Se, entretanto, eu não tenho dinheiro para comprar a Ferrari, eu sou formalmente livre para fazê-lo, mas, materialmente, não tenho condições de realmente (isto é, positivamente) efetivar aquilo que eu sou livre para fazer (p. 11).

O autor liberal apresenta que o ser humano sendo livre para adquirir algum material de que necessita, por exemplo, e se ele não tem recursos financeiros para isso, mesmo assim, não há o que o impeça de obtê-lo, visto que pode-se trabalhar para ter o que se deseja. Isso é o que define esse pensamento, pois,

Para o liberal é preciso não confundir liberdade com a posse de condições materiais, recursos, poder ou capacidade para o exercício efetivo de liberdade. A liberdade é algo que deve ser garantido a todos pelo sistema político adotado (basicamente pela Constituição). A posse das condições materiais, dos recursos, do poder ou da capacidade para o exercício efetivo da liberdade, cabe a cada um obter (CHAVES, p. 12, 2007).

É, portanto, a perspectiva da responsabilização, pois sou livre para fazer minhas escolhas e o meio social não interfere nelas, e o que acontecer será totalmente de minha

responsabilidade. Assim, pode-se entender que todos têm a mesma liberdade e o tamanho dela depende do tamanho das minhas condições, as quais tenho o poder de determinar.

Nesse pensamento, nada é impossível, basta você querer, e é por isso, que os “[...] oponentes do liberalismo [...] negam que a liberdade formal seja a liberdade real.” (CHAVES, p. 13, 2007). Para comparar a coerência entre liberdade formal e liberdade real, um liberal poderia usar alguns exemplos emocionantes que passam em alguns meios de comunicação, de pessoas que tinham tudo pra “dar errado”, e “deram certo”, de pessoas que embora suas condições precárias “acreditaram em seus sonhos”, e lutaram para conquistá-los, assim podem dizer que essas duas liberdades estão interligadas. Entretanto, é preciso analisar tal liberdade real em percentuais para averiguar a coerência com a liberdade formal.

Pergunta-se, e se todos “dessem certo”? Teria lugar para todos? O vestibular é um exemplo, pois ele precisa existir porque não há vagas para todos, assim são selecionados os “mais treinados”, não que os que não passaram não tenham capacidade, mas para os liberais, isso não seria injusto.

O que é justo ou injusto, parece que só é medido para aqueles que tem menos. Visto que “[...] Não implica que alguém tenha o dever de prover ao indivíduo os bens de que necessita ou que deseja: essa é uma responsabilidade exclusivamente sua. Também é responsabilidade exclusivamente sua obter os recursos de que necessita para viver” (CHAVES, p. 18, 2007). E no caso de quem já nasce provido dos bens que necessita e que deseja? Não é necessário se responsabilizar por tais recursos? Já é dito como merecido de tais bens? Sem esforços? E isso só para falar dos bens materiais, sendo que uma oportunidade de ascensão social, seria pelos bens culturais (que estão relativamente relacionados com os materiais) que, no caso, os que têm menos, não generalizando, também estão desprovidos.

Por isso, acredita-se que o acesso aos direitos individuais só podem ser atingidos para a maioria da população através dos direitos sociais. Os liberais diferem direitos individuais de direitos sociais propostos pela Constituição Brasileira. São, portanto, contra os direitos sociais, pois, segundo eles, cada um deve ser responsável por aquilo de que necessita.

Nesta visão, Chaves (2007) ressalta que nessa sociedade, “[...] os que fracassam são recompensados – e os que são bem-sucedidos são punidos com os impostos cada vez mais elevados. [...]” (p.30). Pela subtração de recursos, através de impostos, os “bem-sucedidos” podem ser perturbados em algum conforto, algum privilégio que os que são “fracassados” podem nunca ter em uma vida toda, e que esse recurso para estes que “não

se dedicaram”, pode significar o atendimento de uma necessidade básica, primordial para se viver.

Para os liberais, o atendimento aos carentes e necessitados deve ser feito pela iniciativa voluntária, e não pelo Estado, pois, para eles, quando o Estado utiliza-se dos impostos para atendê-los, está obrigando todos a contribuir e ajudar os outros, inferindo assim na liberdade de querer ou não fazer isso. Mas o questionamento aqui é pertinente, e se cada um é responsável por suas condições, então os carentes e necessitados, são responsáveis por estarem nessa situação? Por que os ajudarei se os culpo por estar aonde estão? Ou ainda, como vamos ver, nada tem de injusto nisso, conforme acreditam.

No que diz respeito à educação, para o liberalismo o governo deveria ser proibido de toda ação de intervir, de prover educação, de poder ter qualquer tentativa de controle, visto também que, “[...] o liberalismo é, em princípio, contrário a teses como a obrigatoriedade da educação e do dever do Estado de oferecer educação (mesmo que gratuita). Para o liberalismo, não é função do Estado oferecer, nem mesmo regulamentar, a educação, que só deve ser regulada pelo mercado [...]” (CHAVES, p. 38, 2007).

O ensino deixar de ser público, representa a negação da liberdade, diante do fato de que as camadas mais pobres, sem a obrigatoriedade, seriam excluídas da escola, e das possibilidades que esta formação pode lhes oferecer. Assim, faz-se uso da legislação para a tentativa de garantir a igualdade de oportunidades, intervindo nas desigualdades. Parece contraditório, mas o direito que se tornou uma obrigação, se caracteriza como uma reforma igualitária, uma vez que força todas as crianças, ricas e pobres a irem à escola, ficando assim todas no mesmo plano, mesmo que por uma subtração da liberdade. Corresponde, portanto, em uma obrigação pela necessidade de se formar uma população educada, que possibilita aos indivíduos participar das tomadas de decisão.

Depois dessas discussões que caracterizam o pensamento liberal, será realizada uma análise da ideologia que o sustenta, considerando que “[...] Os liberais, embora admitam que sistemas políticos liberais produzam grandes desigualdades econômicas e sociais, negam que essas desigualdades sejam, por isso, necessariamente injustas – segundo o conceito tradicional de justiça [...]” (CHAVES, p. 44, 2007). O ponto central está nessa questão, ou seja, na responsabilização, pois todos são responsabilizados por ser o que são e estar onde estão, uma vez que cada um faz suas próprias escolhas.

Utilizar a palavra injusta soa menos forte, mas significa o mesmo que dizer que as desigualdades econômicas e sociais são justas! Ou seja, a culpa é do indivíduo por não se escolarizar, não ter emprego, passar fome, num país que não garante o progresso escolar, não tem emprego para todos e como consequência, uma parcela significativa da

população passa fome. Nessa perspectiva, o que pode sensibilizar é, pensar que todos já fomos crianças, e que os contextos de uma forma geral, determinam as escolhas, e se esse contexto ainda não tem espaço para todos, como é possível culpar os indivíduos contabilizados como descartáveis? É o que os liberais conseguem fazer, justificando pelos fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos da meritocracia como apresentado.

1.3 A Meritocracia em Tempos de Estado Neoliberal: Novas Atribuições ao Trabalho Docente

Apresenta-se, sucintamente, como as transformações do mundo do trabalho em épocas de políticas neoliberais estão relacionadas com a educação escolar, trazendo novas exigências, de modo a atingir todas as esferas da sociedade e, conseqüentemente, com maior interesse, elas invadem a educação com novas atribuições ao trabalho docente.

A meritocracia, como explicitado no item anterior, sempre esteve em condição de justificar essas relações pelos princípios liberais, entrando em cena a gênese dessa doutrina, como será apresentado. Atualmente a meritocracia é o escudo e fomenta ser o troféu no neoliberalismo.

O neoliberalismo, compreendido como a aplicação dos mesmos princípios liberais, (apresentados no primeiro item do capítulo: igualdade, individualismo, liberdade, propriedade e democracia), mas numa fase do capitalismo, caracteriza-se pela mercantilização de todas as coisas, com novas estratégias, mas com os mesmos objetivos, em relação a liberdade econômica, ou seja, gerar lucro a qualquer custo e concentrar riquezas nas mãos de poucos e, para isso, se opõe ao Estado intervencionista. Dentre essas estratégias, será estabelecida uma relação da ideologia da meritocracia com o trabalho e a educação, de modo a legitimar e dar sustentação para que essa relação aos interesses econômicos se mantenha em nossa sociedade.

Para compreender como essa tragédia chega até o trabalho docente, apresenta-se o quadro a seguir, com algumas mudanças determinantes advindas com o neoliberalismo no Brasil.

Quadro 01: Mudanças desencadeadas com o neoliberalismo no Brasil.

	Antes do advento do Neoliberalismo	Com o advento do Neoliberalismo

Estado	A prestação de serviços, se caracteriza como setor produtivo. Pacto entre capital, Estado e trabalho.	Estado privatizador. Defesa do Estado mínimo nas políticas sociais, e nas intervenções econômicas, a não ser quando se faz necessário, ao efetivar os interesses do capital, proteger e criar condições para este.
Direitos sociais	Estado de Bem-Estar.	Alguns direitos sociais passam a ser serviços, que são comercializados e privatizados.
Economia	Primeira Revolução Industrial - substituição das funções manuais. (SAVIANI, 2005)	Economia entra em recessão. Nova Revolução Industrial: a Revolução da micro eletrônica, substituição das funções manuais e também intelectuais. (SAVIANI, 2005)
Trabalho	Tira do trabalhador o conhecimento do processo de trabalho, transformando-o num executor mecânico, sem a imaginação, a criatividade.	Do trabalhador será explorado até o seu pensar, sua imaginação, criatividade, etc. O consumo se altera constantemente, com isso o trabalho é flexível, exigindo um trabalhador polivalente. Intensificação do trabalho estranhado.
Desemprego	Desencadeador de grandes crises. (SAVIANI, 2005)	Necessário para manter a lei da oferta e procura de capital humano, não desencadeia mais grandes crises, é mantido sobre controle internacional. (SAVIANI, 2005)
Consumo	É determinado pela produção. Produção e consumo em massa.	A produção determina o consumo, para abastecê-la constantemente. Produção se volta para atender uma demanda específica.
Legislação	Vem garantir direitos que são direitos sociais.	Vem tirar os direitos que são direitos sociais.
Identidade de classe social	Se divide em detentores e não detentores dos meios de produção. Classe baixa e média são os trabalhadores dos meios de produção da classe alta.	O indivíduo é empresário dele mesmo (pequenos empresários) perde-se a referência de classe social, principalmente a classe média que não se vê como classe trabalhadora, e tem a utopia de se tornar classe burguesa. (CHAUÍ, 2017)
Escolaridade e emprego	Proporcionalmente a escolaridade mínima garantia emprego.	Escolaridade elevada garante competir por emprego apenas.
Tendência pedagógica	Pedagogia Tecnicista. Teoria do capital humano.	Neotecnismo. (FREITAS, 2012) Teoria do capital humano passa a ser a Pedagogia das habilidades e competências.
Escola	De acordo com os ditames do taylorismo-fordismo. É responsável aos ideais do liberalismo por equiparar as diferenças sociais, através do acesso a escolarização.	Sob a inspiração do toyotismo. Têm a mesma responsabilidade para os liberais, mas tende a conservar as desigualdades sociais. Precisam preparar para a empregabilidade. Formação flexível, para preparar para a instabilidade. Se nega o acesso ao conhecimento.
Trabalho docente	Ênfase no processo.	Precisa desenvolver a competência para o indivíduo ter capacidade de resolver problemas, sem ter que assimilar os conhecimentos. Professor não precisa dar aula, precisa propor situações problemas. Negação dos fundamentos científicos. “Mudam as capacidades, agora chamadas de “competências”, no âmbito da pedagogia toyotista, que se deslocam das habilidades psicofísicas para o desenvolvimento de competências cognitivas complexas, mas sempre para atender às exigências do processo de valorização do capital.” (KUENZER, 2002, p. 80)

Fonte: Quadro organizado pela autora.

Com a explanação do quadro, ressalta-se que os princípios do liberalismo continuam a sustentar a ideologia da meritocracia com mais intensidade em épocas de políticas neoliberais, e que a meritocracia se fortaleceu de forma naturalizada ideologicamente, para justificar as novas configurações de acumulação de capital pela exploração do trabalho vivo.

A meritocracia, para as ideias contrárias ao pensamento liberal, não é referência para indicar a ascensão dos indivíduos, ainda mais em momento de políticas neoliberais, em que o esforço e dedicação para estes, são determinados como os critérios decisivos para o progresso do sujeito, passam a ser mais evidenciados, em termos quantitativos e, com isso, as pessoas precisam elevar o comportamento competitivo devido ao aumento da falta de oportunidades profissionais, advindas da ampliação descomunal do desemprego. Nesse sentido, a meritocracia se fortalece para justificar que é possível ter ascensão individual, e que o contexto social não faz diferença.

Nesse cenário, a política neoliberal começa a pensar em uma outra forma de Estado, numa perspectiva de privatização, flexibilização e descentralização, e uma nova configuração do público-privado. Para isso é necessário “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p. 11-12).

O que se pode perceber é que o Estado se volta para atender os interesses da economia e não mais dos indivíduos. Mas também pode-se dizer, pelo olhar dessa política, que o desenvolvimento da economia com o tempo, pode responder às necessidades de todos, mas não é o que de fato acontece, nem no seu princípio e muito menos atualmente.

O neoliberalismo inegavelmente atingiu alguns de seus objetivos: os impostos caíram, a inflação foi drasticamente reduzida, as regulamentações financeiras e comerciais também, o sindicalismo sofreu um acentuado retrocesso, o desemprego tornou-se estrutural, grande parte das empresas públicas foi privatizada e os gastos sociais sofreram acentuada redução [...] (VIZENTINI, p.43, 1998).

Por esse caminho, principalmente nos últimos anos do século passado, caracterizam-se as ideias de Hayek, que posiciona-se de forma radical contra a intervenção do Estado, o que contrapõe o Estado de Bem-Estar social, entretanto, isso foi o que impulsionou as forças produtivas que deram origem à nova revolução industrial, a revolução microeletrônica, tornando a produção mais autônoma. Diferente da primeira

revolução que transferiu as funções manuais, essa nova revolução, transfere as próprias funções intelectuais, que embora muito mais autônoma, ainda não liberou o homem da exploração, porque funda-se na apropriação privada dos meios de produção (SAVIANI, 2005).

O trabalho é fundamental em qualquer sociedade e sistema, porém, em algumas sociedades, ele está à disposição intencionalmente de um grupo minoritário quantitativamente e, maioritário economicamente, por meio da exploração. Para compreender essa contradição, as transformações da educação e do trabalho docente, será preciso, primeiramente, compreender as transformações do mundo do trabalho.

O ato de transformar a natureza para atender à necessidade do homem, é o que caracteriza o trabalho humano “[...] diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades” (SAVIANI, 2007, p. 154).

Esse processo de transformação da natureza, ao longo da história, se caracteriza como um curso de evolução, mas não somente dos procedimentos que permitem explorar e se beneficiar dos recursos disponíveis no planeta, mas também a evolução do próprio homem.

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] (MARX, 1985, p. 149).

Pode-se dizer, objetivamente, que o processo de trabalho nessa perspectiva e aos interesses da sociedade capitalista evoluiu muito, uma vez que o homem sempre modificou a natureza, o que caracteriza essa atividade como trabalho, diferenciando-o dos animais. Esse processo foi exigindo, gradativamente, uma preparação dos indivíduos, de forma que os conhecimentos desenvolvidos fossem apropriados pelas novas gerações, exigindo o cumprimento dessa função pela escola.

A educação institucionalizada se faz presente na evolução do trabalho e na modificação de sua própria natureza e, em consequência disso, faz com que o trabalho se torne cada vez mais autônomo, diminuindo, progressivamente, a quantidade de trabalho

vivo, pois apenas uma minoria trabalha menos, a maioria trabalha de forma precarizada e pelo menos para ¼ da população já não há mais emprego⁸.

Vivencia-se portanto, tempos de desemprego estrutural. A economia não produz políticas de bem estar social para atender a essa fração de desempregados, uma vez que a crise estrutural do capitalismo, produziu déficit público e, por outro lado, aumentou o poder das corporações que controlam a economia, as quais estão ligados à lógica do capital financeiro. Assim, essa crise financeira do país está relacionada com a crise estrutural internacional. São duas estratégias do neoliberalismo, a “contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos [...] (ANDERSON, 1995, p. 11-12).

A reprodução da ideologia que camufla o desemprego estrutural, com o objetivo de que não se conteste a sociedade capitalista, dissemina algumas “verdades” em seus discursos e nos meios que a reproduzem, como por exemplo, mensurar que a crise se estabelece pelo excesso de direitos.

Neste contexto, as novas tecnologias avançadas pela micro eletrônica, além de substituir as funções manuais estão substituindo também as funções intelectuais, liberando, continuamente, o uso do trabalho vivo, mas não liberou os trabalhadores da exploração. Elas se convertem em ferramentas de maior exploração, e descartam uma quantidade de pessoas que já não são necessárias, e isso já não gera mais riscos de grandes crises.

Com uma elevada taxa de desempregados é garantida a lei da oferta e procura do trabalhador precarizado, que irá vender sua força para poder garantir suas necessidades básicas. Desta forma, o problema não está no uso dessas tecnologias, mas sim, na intenção com que são usadas, no ato de atender aos interesses de uma minoria, para gerar mais lucro. Assim, o avanço tecnológico converteu-se mais uma vez em instrumento de exploração e ampliação da marginalização.

O desenvolvimento tecnológico não é o culpado pelo desemprego estrutural, ele é, de outro modo necessário, uma vez que a maquinaria substitui em quantidade e qualidade o trabalho humano, desenvolve algumas funções com precisão que nem mesmo a atividade artesanal poderia desempenhar, mas o problema é que a maquinaria não está a favor dos trabalhadores, na medida que não os libera da exploração para o desenvolvimentos de suas atividades espirituais.

⁸ Harvey (2016) em seu livro: 17 Contradições e o Fim do Capitalismo, em: “As Contradições Mutáveis” irá discutir entre outras questões sobre a descartabilidade humana.

O fato das máquinas não criarem valor, mas transferirem seu próprio valor ao produto, é capital constante, é trabalho morto. Uma vez que valor, é sempre quantidade de trabalho, e um produto tem muito valor se ele tiver muito trabalho. Nesse entendimento, é impossível no capitalismo a fábrica sem homens, entretanto, para os capitalistas, o valor da máquina deve ser mais barato que estes, por isso que muitas atividades, mesmo que degradantes, são realizados ainda por indivíduos. Além disso, houve alguns efeitos imediatos e negativos da produção mecanizada sobre o proletariado, como a apropriação do trabalho feminino e infantil, fazendo cair o valor da força de trabalho; o prolongamento da jornada e intensificação da jornada de trabalho, exigindo o máximo do sujeito e da máquina.

Há trabalhadores que se submetem a realizar tarefas degradantes, devido ao exército de reserva de desempregados, aceitam as condições oferecidas e se sentem agradecidos por tais, porque não há espaço para todos e o desemprego está qualificado. Nessa disputa por emprego na perspectiva liberal, o que vai justificar o mérito de cada um para garanti-lo, são as habilidades e competências que cada indivíduo pode desenvolver.

Com tudo isso, os indivíduos, nessas condições e numa situação de desemprego qualificado⁹, veem a si mesmos como impotentes e dotados de existência inumana, o que contribui para justificar a efetivação da meritocracia, pois eles sentem-se inferiores aos outros que tiveram algumas conquistas, e resta-lhes tão somente aceitar como responsabilidade própria a condição em que se encontram, sem contestar o sistema capitalista.

Outro fator importante para se destacar é em relação ao consumo. Se antes a demanda definia a produção, uma produção em massa, nos últimos anos, o consumo tem uma tendência de flexibilidade em resposta ao atendimento de uma demanda em específico. Essas mudanças do consumo e, conseqüentemente, de produção, exigem a flexibilização da produção, do trabalho e do trabalhador. A cultura do consumo, nesses moldes, exclui uma classe, pois há uma produção em excedente que não está sendo socializada.

[...] O fordismo, até então dominante, estava assentado na produção em massa que requeria mecanismos rígidos, produção contínua e grandes séries de um mesmo produto. Como lembra Alcira Argumedo, já “as fábricas flexíveis – que também requerem um uso contínuo para

⁹ Quando se fala em desemprego qualificado, o que se pretende dizer é que entre os desempregados, há muitos qualificados, com escolarização, formação, especialização, e que também entram na disputa por uma vaga de trabalho.

garantir sua amortização, devido aos ritmos mais rápidos de obsolescência – logram uma alta rentabilidade na fabricação de séries mais curtas de uma gama de produtos diferentes, que se dirigem a distintos mercados segmentados [...] (VIZENTINI, 1998, p. 39).

Nesse novo contexto, em que a produção determina o consumo, há um certo conflito de identidade social, devido ao fato de que as demandas de consumo ideologizam algumas necessidades.

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como meios de vida, e a vida, à qual servem de meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização (MARX, 2008, p. 108).

Como foi apresentado no quadro, o indivíduo é empresário dele mesmo (pequenos empresários) perdendo a referência de classe social, principalmente a classe média que não se vê como trabalhadora, e tem a utopia de se tornar burguesia (CHAUÍ, 2017) e, de certo modo, essa classe, que é trabalhadora não tem, em termos gerais, essa identidade, pois é complexa, heterogênea e fragmentada.

Essa ideologização, como foi visto, não fica apenas no campo do consumo, mas do trabalho também, uma vez que o indivíduo, como apresentado pela filósofa anteriormente citada, não vai mais trabalhar, ele vai prestar um serviço como um pequeno empresário, que precisa disputar com os outros “empresários”. A escolaridade deixa de ser apenas condição para essa “prestação de serviços” na concorrência “saudável” do mercado.

A função econômica atribuída às instituições escolares pela crise capitalista, definiu o processo de escolarização como fundamental na formação do capital humano, pois assim a economia precisava. A integração antes garantida por ela para o emprego passou por uma desintegração. A necessidade econômica enfatizou as capacidades e competências que cada indivíduo deveria buscar para garantir agora uma melhor posição e para competir por um trabalho, sendo ele próprio responsável por sua empregabilidade e sua condição. Para isso, a educação voltada para esses interesses econômicos, precisa ter valores que puguem o individualismo, egoísmo, competitividade, etc.

[...] Morta definitivamente a promessa do pleno emprego, restará ao indivíduo (e não ao Estado, às instâncias de planejamento ou às empresas) definir suas próprias opções, suas próprias escolhas que permitam (ou não) conquistar uma posição mais competitiva no mercado de trabalho. A desintegração da promessa integradora deixará

lugar à difusão de uma nova promessa, agora sim, de caráter estritamente privado: *a promessa da empregabilidade* (GENTILI, 1998, p.81).

Hoje, mesmo com uma qualificação, não se tem a garantia de emprego, se tem apenas a possibilidade de disputar por um, porque já não há mais para todos, de modo que isso não significa mais motivo de crise para o sistema como era antes. Do mesmo modo, aproximadamente, um quarto da população passa a ser descartada por isso e, mesmo assim, se olha para o indivíduo como responsável pelo seu desemprego, por sua descartabilidade, pois as “condições de oportunidades” estão dadas, entretanto, mesmo que todos se dediquem e se esforcem, não haverá “espaço” para todos, e a culpa ainda continua a ser de cada um. Assim, se reforça e ressignifica a ideologia da meritocracia para o neoliberalismo, defendida pelos próprios indivíduos.

Essa falta de espaço para todos, não teria nada de injusto, porque os liberais, como colocado inicialmente, se apoiam na metafísica da natureza humana, para a qual apenas os mais aptos sobreviverão, como tudo deriva da natureza, a descartabilidade humana acaba sendo justificada nessa teoria, e não se nega a meritocracia, ao contrário, a opção de ser descartável é de cada um, que deve lutar para que isso não aconteça.

O fato de a maioria da ‘humanidade’ estar fora ou na ponta de baixo da ‘ordem ampliada’, ou mesmo excluída da distribuição de todos os bens produzidos por nossa ‘civilização ocidental’ não indicaria, para Hayek nenhum julgamento de ordem moral, nem seria prova de ineficácia do capital; mas indicaria uma falta de competência de tais indivíduos de serem competitivos, motivo pelo qual não poderiam ‘morder a mão’ do sistema que os criou. Além do mais, ainda segundo este mesmo autor, sem os ricos – que são os que se ocupam em acumular riquezas que permitem com que o capital continue sustentado e produzindo a necessidade do trabalho – os pobres seriam bem mais pobres, porque não existiria o crescimento que o capital proporciona (MELO, 2001, p. 74).

Estamos vivendo na sociedade do trabalho, mas de desemprego estrutural, que garante a lei da oferta e procura para manter os salários baixos, negando mesmo de forma alienada, o direito ao emprego. O fato de 1% da população ter a riqueza de 99% da população, nessa dinâmica acumulativa, a economia se volta para atender essa minoria, e boa parte da população não faria mais diferença, poderia até ser “descartada”.

Com o Estado neoliberal a economia entra em recessão tornando possível as empresas sobreviverem com políticas de desemprego, e ainda, o Estado e as empresas não assumem a responsabilidade sobre estes. Não há mais trabalho para todos, é o fim da promessa integradora. Se vai para escola, não para garantir emprego, mas se preparar para a empregabilidade, que habilita as pessoas para a competição por uma vaga.

Se o consumo é flexível, a fábrica, o trabalho, as leis, a formação do trabalhador tendem também a serem flexíveis. Isso se converte na perspectiva de se exigir uma escolarização polivalente que, além do trabalho manual, vai explorar também o trabalho pensante do trabalhador. Assim, a Pedagogia tecnicista vai ser ressignificada em 1990. Antes, a teoria do capital humano era pensada e executada como um projeto coletivo, que era assumido pelas empresas e pelo Estado. Havia, de modo geral, o desenvolvimento econômico, social, pleno emprego, integração dos indivíduos na sociedade e os indivíduos que frequentavam a escola possuíam a segurança da garantia de um emprego, se sentiam protegidos ao se escolarizarem.

A Pedagogia das competências e habilidades, pode-se dizer, é a nova teoria do capital humano que tem por objetivo responsabilizar o indivíduo, preparando-o para a instabilidade. Do desenvolvimento sensorio motor às capacidades intelectuais, a Pedagogia das competências fica apenas nas sensoriais, porque os indivíduos vão para a escola para ter competências, excluindo e negando o acesso ao conhecimento científico. “[...] As competências são utilizadas para justificar privilégios, pois aparecem como consequência do mérito pessoal; assim como a falta dessas é utilizada para justificar as desigualdades, de modo que os trabalhadores são responsabilizados por elas” (SOUZA, 2011, p. 165).

Anteriormente, apostava-se na educação como forma de ascensão social do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade, uma vez que a escolarização dos sujeitos foi e é necessária para as novas exigências dos meios de produção, mas esse argumento foi e ainda é utilizado, como apresentado no item anterior, para legitimar a ideologia da responsabilização, que pelo princípio da igualdade (falsa igualdade) é sustentado para culpar os indivíduos por suas condições, sem que se perceba que o problema está no sistema que se apoia em centralizar o acúmulo do capital nas mãos de alguns, aumentando de forma grave as desigualdades sociais. Embora se tenha todo um interesse em relação à escolarização, para os trabalhadores ela poderia significar a possibilidade de ascensão. Se comparada com o momento histórico, essa ascensão pela escolarização, pode-se dizer que em termos quantitativos até era real, mas hoje já não é.

[...] está na base da proposta política liberal: igualdade de oportunidades e não de resultados. Para ela, dadas as oportunidades, o que faz a diferença entre as pessoas é o esforço pessoal, o mérito de cada um. Nada é dito sobre a igualdade de condições no ponto de partida. No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta

discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados (FREITAS, 2012, p. 383).

Escola e sociedade negligenciam as diferenças, pois as crianças de um contexto desfavorecido se encontram com maior frequência em situações de fracasso escolar. São portanto, desfavorecidas economicamente e culturalmente, em razão de que o capital cultural está relacionado com o capital econômico.

A universalização da educação nunca representou a igualdade social. Ela é necessária para a formação do capital humano e se todos têm acesso é possível culpar aqueles que não tiveram ascensão, pois quanto mais indivíduos qualificados, melhor o desenvolvimento econômico e isso garante a lei da oferta e procura (de trabalhadores). Nesse jogo, não se deixou de ter lucro, pois se a quantidade de qualificados aumentou, se diminui o salário.

O professor, como um dos maiores determinantes do processo de escolarização, como é apontado, é responsabilizado pela formação, nessas novas exigências do capital por políticas neoliberais, com novas atribuições ao seu trabalho. Essas novas atribuições estão principalmente na função de estimular competências com o trabalho pedagógico, ou seja, desenvolver a capacidade do indivíduo para resolver problemas, sem ter que assimilar os conhecimentos. Diante do fato de que, a base teórica das Pedagogias das competências é o construtivismo, de que o aprender a aprender está na mesma matriz teórica dessa Pedagogia, a qual dá ênfase ao processo, o professor, hoje, não precisa dar aula, precisa apenas propor situações problemas, “[...] o papel do professor deixa de ser o daquele que ensina para ser o de auxiliar o aluno em seu próprio processo de aprendizagem” (SAVIANI, 2010, p. 431). Portanto, é a negação dos fundamentos, do conhecimento científico, da ciência, do ensino, da realidade, do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade.

A escola irá formar para a polivalência, que se caracteriza por uma formação que enfatiza o aprendizado de diferentes tarefas parciais e fragmentadas, sem que para isso se tenha a compreensão da totalidade (ZANELLA, 2005). No entanto, essa formação também é a desejada para o docente, como trabalhador, uma vez que o professor também precisa desempenhar várias funções, sem ter a visão da totalidade e, para isso, ele próprio precisa ter uma educação fragmentada. Esta, será defendida pela ONG Parceiros da Educação, em estudo a ser apresentado mais adiante.

Por esses moldes, e além do já apresentado, a escola, nas palavras de Bourdieu (1998), se caracteriza ainda, como escola conservadora em relação às desigualdades:

É provável por efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (p. 41).

Além da função produtivista, na formação do capital humano, a escola e o trabalho docente, possuem a função de perpetuação das desigualdades sociais, na conservação das classes sociais, e para isso nos alerta Bourdieu (idem):

[...] é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (p. 53).

A escola sempre foi caracterizada pelos liberais como espaço de ascensão, mas ela nunca representou essa condição para todos, embora antes das políticas neoliberais, ela se aproximava dessa função. Na realidade, a todo tempo, quantitativamente a escola foi espaço de conservação das desigualdades sociais, mas, atualmente, essa destinação se intensificou. Sua atribuição de ascensão diminuiu, e a de conservação, aumentou.

Com esses enquadramentos, afasta-se de uma educação contra hegemônica. Ao partir das condições existenciais, somente pode-se aproximar de um desenvolvimento intelectual ao se compreender as relações do capitalismo para poder estabelecer as estratégias, como também, elevar o capital cultural das massas e lutar por uma escola unitária, com a convicção de que o capital para existir depende da classe trabalhadora, porque tem que explorar o trabalho vivo. Evidencia-se também, que o acesso à educação nesses moldes, na sociedade do desemprego estrutural e qualificado, ao contrário do que se tenta blindar, não passa de uma “inclusão excludente”¹⁰, sustentada pela ideologia da meritocracia.

¹⁰ Esse termo é utilizado por Kuenzer, se refere “as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente, capazes de responder e superar as demandas do capitalismo; ou, na linguagem toyotista, homens e mulheres flexíveis, capazes de resolver problemas novos com rapidez e eficiência, acompanhando as mudanças e educando-se permanentemente” (2005, p. 92-93). Que “se constituem em modalidades aparentes de inclusão que fornecerão a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência” (2005, p. 93).

2. MERITOCRACIA, FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE: CONCEPÇÕES E PROPOSTAS DO MOVIMENTO PARCEIROS DA EDUCAÇÃO E DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Em diferentes momentos, organismos internacionais controlam o desenvolvimento do capitalismo, suas transformações, seus progressos e suas crises. Em condição hierárquica, o Estado brasileiro está submetido a determinados gerenciamentos que faz com que o desemprego, como consequência das políticas neoliberais nos últimos anos, não represente mais risco de desencadear grandes crises como em outros momentos. Inversamente, “converte-se agora em um dos elementos do processo de controle das crises [mundialmente] que aciona o mecanismo de desaquecimento da economia como forma de mantê-la ajustada às relações sociais vigentes, comandadas pelos interesses do sistema financeiro internacional” (SAVIANI, 2005, p. 22).

Para legitimar essa condição, a educação se torna protagonista desse teatro no palco da ideologia do sistema capitalista, e ganha duas faces, uma de, ideologicamente, estar em condição de mascarar as consequências por ele geradas; e outra, como possibilidade produtivista, ou seja, de formação de capital humano, de estar em condição de favorecer o seu funcionamento.

Grupos financiados por corporações empresariais atuam na reprodução da visão da educação como um subsistema do aparato produtivo. Apoiados por estes ideais, eles se compõem também como uma rede, organismos nacionais¹¹, e como organizações não governamentais, que têm espaços de honra, nas reformas, ou contrarreformas, uma vez que “[...] o jogo de interesses em políticas públicas não está apenas em partidos políticos, mas também em fundações que se apresentam como apartidárias” (BORGES apud NASSIF, 2016).

As ONGs (Organizações Não Governamentais), e fundações se reconfiguraram no contexto neoliberal no Brasil, provocando um crescente aumento dessas organizações, uma vez que, segundo Coutinho (2005), o termo “ONG”

[...] se referia, principalmente, às organizações de “Cooperação Internacional”, formada por Igrejas (católica e protestante), organizações de solidariedade, ou governos de vários países. Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais nos países do sul, com o intuito de “consolidar a democracia” (p. 57).

¹¹ Nos referimos aos organismos nacionais àqueles movimentos como ONGs, Institutos e Organizações Sociais que se denominam sem fins lucrativos, que estabelecerão um terreno de disseminação política e ideológica de acordo com seus ideais.

Segundo esse mesmo artigo, muitos centros surgiram no Brasil nas décadas de 1960/70 e, de modo geral, estes eram voltados para desenvolver uma conscientização popular, mas com o tempo o termo ganhou outra conotação, como explicita Coutinho (2005):

O termo se generalizou, as ONGs se multiplicaram e a expressão serve para designar tanto as de “Cooperação Internacional”, as ONGs Internacionais (européias financiadoras de projetos específicos) ou nacionais, e todas as organizações não-estatais-genericamente consideradas “não-governamentais” [...] (p. 58).

Coutinho (idem), apresenta a nova lógica que as ONGs foram submetidas nos anos de 1990, em que se estabelecem parcerias com o Estado e/ou empresas, sempre com o discurso de atuarem sem fins lucrativos, com ações filantrópicas, mas mantendo “relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital” (p. 58). O sentido de formação política como havia na década de 70 não teria mais ênfase nesse momento histórico.

“Em suma, as ONGs cresciam à medida que os movimentos sociais perdiam sua força mobilizadora e adotavam uma política “integradora” (diferente da contestadora dos anos 1970), através de “parcerias” com o poder público [...]” (COUTINHO, 2005, p. 58).

Coutinho apresenta, ainda, que, como agentes políticos que se tornaram, os gerentes das ONGs, mesmo com “os seus projetos, ou sua participação em treinamentos e reuniões com o Banco Mundial ou “ONGs/Agências”, não produzem qualquer efeito econômico significativo no Produto Interno Bruto (PIB) ou na diminuição da pobreza [...]” (COUTINHO, 2005, p. 59), assim, essa representação configura, apenas nesses moldes, um modo de ascensão econômica, ao dirigir uma ONG.

Nesse artigo é possível ratificar as contribuições também de outros autores quando afirmam que a intencionalidade das ações desenvolvidas convergem para desfocar os indivíduos da luta de classes, canalizando-os para situações despolitizantes, e com ações ineficientes concentradas na “auto-ajuda” que, decorrentemente, desmoralizam os pobres, sem que estes percebam seus verdadeiros opressores. Acabam, os indivíduos, por se ater com os problemas subjetivos, sem no entanto, ir adiante destes, que são apenas consequências de um sistema social-econômico que os produz, fazendo com que o ato social das ONGs por um certo “voluntarismo”, estabeleça uma conformação em relação a estrutura social, garantindo sua perpetuação e estacionando qualquer estratégia de reforma mais radical.

O fato de se caracterizarem como organizações não-governamentais, e sem fins lucrativos não deve sustentar a visão de generosidade, bondade e neutralidade política, que parecem e/ou querem transparecer, uma vez que elas são financiadas. “Como devem prestar contas a suas financiadoras, e encaminhar relatórios periódicos para suas mantenedoras (em relações simbióticas com os seus governos), a autonomia dessas organizações é, no mínimo, questionável” (COUTINHO, 2005, p. 61).

Esse movimento de instituições privadas “sem fins lucrativos”, também é denominado terceiro setor, e atua na execução de atividades de utilidade pública, financiadas por empresas que recebem incentivos fiscais e algumas podem até receber verbas públicas.

Fundações que já são bilionárias se utilizam do setor público para alavancar ainda mais seu patrimônio, e se de alguma forma fazem ali seus investimentos no campo do mercado, é porque haverá retornos.

Os interesses que ficam por trás destes “partidos” nem sempre são facilmente notáveis. A filantropia pode ser usada para vários fins: o honesto desejo por um mundo melhor, a “lavagem de consciência”, o tráfico de influência, e até a lavagem de dinheiro. Além das óbvias isenções fiscais e imunidades tributárias concedidas às fundações por todas as suas benesses, há um ponto a mais quando se fala da ligação entre fundações educacionais e grandes empresas: a formação dos funcionários [...] (BORGES apud NASSIF, 2016).

O interesse em relação à educação é, principalmente, na questão da formação dos futuros empregados. Assim, representantes de fundações e institutos empresariais chegam, por exemplo, como na reforma do Ensino Médio, a serem convidados de honra e a ter uma quantidade de representantes maior do que a dos representantes de professores e alunos (NASSIF, 2016). O problema dessa “participação” está, objetivamente, no tipo de educação que vislumbram, através de um discurso de um padrão de qualidade.

Na reportagem de Nassif, ele descaracteriza a intenção de caridade dessas organizações ao apresentar um trecho do artigo “Educação, produtividade e crescimento”, publicado por especialistas do Itaú. No texto, ele expõe sua opinião sobre a educação.

Em 1992 os brasileiros estudavam 4,8 anos, em média. Em 2014, o número subiu para 8 anos. Com esses resultados, a produtividade da mão de obra no Brasil deveria estar aumentando, contribuindo para o crescimento do PIB potencial do país. No entanto, as estimativas de evolução da produtividade calculadas a partir das contas nacionais e dos números do mercado de trabalho sugerem que, na melhor das hipóteses, a produtividade ficou constante. Por que isso acontece? (MEGALE apud NASSIF, 2016).

Fica, portanto, evidente o objetivo do investimento em educação pelas instituições mencionadas. No mesmo artigo, percebe-se que apenas esses investimentos não estão sendo suficientes, devido às condições socioeconômicas das crianças. O fato de não ter havido melhora na qualidade da educação, mesmo com o aumento do número de pessoas na escola e o tempo de permanência, é pelo fato de que por via da legislação, o país não encontrou a melhor maneira de gerar incentivos para aumentos de produtividade (MEGALE apud NASSIF, 2016).

Embora essas organizações sejam minoria em relação à população, elas representam um grande número na disseminação desses ideais. A ONG Todos Pela Educação, foi fundada em 2006, se constitui, hegemonicamente, como o extrato materializado do pensamento liberal no Brasil, formado principalmente - vale sempre dizer - por empresários, tendo grandes grupos econômicos como mantenedores: Dpaschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú, Banco Itaú, Fundação telefônica Vivo, Gerdau, Instituto Unibanco, Zuzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Instituto Natura, Gol e Votorantin. E como parceiros: Grupo ABC, DM9 DDB, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Friends Áudio, Fundação Victor Civita, McKinsey, Instituto Paulo Montenegro, Canal Futura, Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), Patri, Luzio Strategy Group, Itaú Cultura, Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Instituto Rodrigo Mendes e Fundação Roberto Marinho.

Conforme o site da ONG “O objetivo do movimento é ajudar a propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhora da gestão desses recursos”. Acreditam que somente a ação do governo não é suficiente para uma educação igualitária, e que o “fundamental para promover o salto de qualidade que a Educação Básica brasileira necessita” seria pela “participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais” (TODOS PELA EDUCAÇÃO).

Como já apontado no primeiro capítulo, a educação como política pública, principalmente no âmbito do neoliberalismo, e ainda mais nestes tempos é, seguramente, investimento econômico. E, nesse terreno de transformações, se acomodam alguns princípios, mas se mantêm as condições de exploração – pilar do capitalismo, e os mecanismos de legitimação. Lamentam as consequências do sistema e fazem muitas ações, mas que não modificam a essência que causa essas consequências. Essa estratégia garante a reprodução das relações econômicas capitalistas e convence a sociedade de que as ações desenvolvidas – que legitimam a sua reprodução – têm o caráter de contribuir

para uma sociedade mais justa. Essas ações são desenvolvidas no que convém aos seus interesses, no caso, a formação de capital humano pela educação, sem mudar as condições estruturais da sociedade que são desiguais.

Nessa rede, como extensão da ONG Todos Pela Educação, há muitos outros organismos, tais como: Parceiros da educação, Ensina, Ação educativa, Escola sem partido, Escolas do amanhã – ensino integral, etc. Todos esses grupos com seus intelectuais orgânicos, irão defender e disseminar suas ideologias. Dentre vários organismos, foi selecionado¹² o documento “A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil” do movimento Parceiros da Educação para objeto de análise.

Posteriormente, será realizada uma análise de como a ideologia da meritocracia se manifesta também no Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à educação e ao trabalho docente. Pretende-se demonstrar, tanto no documento do “Parceiros da Educação”, como no PNE, a forma, o modo como a ideologia da meritocracia se constitui como um sistema, de modo a estabelecer mecanismos de avaliação, *rankings* públicos dos resultados, e como isso é usado como subsídio para punir ou premiar, de modo a responsabilizar sempre a educação e os professores dos problemas que não são exclusivamente da escola, pelo contrário, são reflexos dos problemas sociais. Desta forma, será necessário também revogar os argumentos que culpabilizam unicamente a escola e os profissionais da educação pelos resultados negativos.

2.1 A meritocracia e o movimento Parceiros da Educação

Conforme informações do site oficial da ONG Parceiros da Educação, ela foi criada em 2004, como uma associação sem fins lucrativos, que tem certificação como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), com o objetivo de trabalhar por uma educação pública de qualidade no Brasil. Destacam-se dois focos de atuação. O primeiro tem como objetivo “promover a parceria entre empresas, empresários e organizações da sociedade civil com escolas públicas, visando a melhoria do desempenho acadêmico dos alunos”; e o segundo, “apoiar o governo na adoção de políticas públicas consistentes que promovam a qualidade da educação pública” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO).

¹² Os organismos ao serem liberais, se pautam pela ideologia da meritocracia, no entanto, não encontramos um documento que fizesse menção explícita a meritocracia no trabalho docente como no documento “A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil” do movimento Parceiros da Educação.

Por meio de programas formulados e monitorados por uma equipe de especialistas, todas as parcerias visam POTENCIALIZAR investimentos governamentais na área da educação, tornando redes de ensino e escolas mais eficientes com o objetivo central de melhorar o aproveitamento escolar dos alunos (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO). [grifos do autor]

Pelo olhar de seus especialistas, percebe-se que a pretensão é transparecer que o objetivo é social. “A Parceiros da Educação é associação sem fins lucrativos, mantida por empresas, pessoas físicas, institutos e outras organizações sociais de **origem empresarial**” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO). [grifos nossos]

Como se pode observar são muitos os parceiros: Ana Maria Diniz, Angela Freitas, Associação Brasil 2050, Associação Crescer Sempre / Porto Seguro, Associação Parceria Empresa Escola, Associação Sustentare, Aurora Importadora, Banco Itaú, Carlos Jereissati Filho, Comgás, Comunitas, Cury Construtora, Diana Destilaria de Álcool, Dicico, Ecopav, Expresso Maringá, Fernão Bracher, Fundação Iochpe, Fundação Lucia & Pelerson Penido – FLUPP, Fundação Salvador Arena, Grupo Pereira, Instituto Cyrela, Instituto Estáter, Instituto Gol, Instituto Península, Instituto Qualidade de Ensino, Instituto V5, Jair Ribeiro, João e Aline Miranda, Leão Alimentos e Bebidas, Luis Stuhlberger - Credit Suisse Hedging Griffo, Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados, Moise Politi, Razac Trading, Roberto Sallouti, Sertarding, Shopping Iguatemi Alphaville, Shopping Iguatemi Juscelino Kubitschek, Shopping Market Place, Tecnisa, Tozzini Freire, Viação Piracicabana Praia Grande, Viação Piracicabana Santos, Viação Princesa do Norte e Walter Schalka.

E as parcerias institucionais: Foconet, Alumni, Conselho Britânico, Consulado dos EUA (Estados Unidos da América), Consulado de Israel, Fundação Lemann, Inteligência Relacional, MGov e Singularidades.

Para aprofundar a análise sobre o “Parceiros da Educação” e investigar a tendência sobre a ideologia da meritocracia foi analisado o documento: “A transformação da qualidade da Educação Básica pública no Brasil”, publicado no ano de 2010. Nas palavras de Freitas (2011) é “uma cópia da política americana nos últimos dez anos” (p. 20).

Este documento está organizado em 20 páginas, não apresenta o(a) autor(a) do texto, nem mesmo um(a) organizador(a). Foram selecionados 12 especialistas¹³ em educação pública no Brasil para discutir ações efetivas com o objetivo de resolver o problema da qualidade do Ensino Público no Brasil de forma que o país consiga até 2022,

¹³ Compõe esse grupo de especialistas: Cláudio de Moura Castro, Eduardo Giannetti da Fonseca, Eunice Durham, Francisco Soares, Guiomar Namó de Mello, Jamil Cury, Luis Carlos Menezes, Maria Helena Guimarães de Castro, Mauro Aguiar, Mozart Neves Ramos, Reynaldo Fernandes e Ruben Klein.

atingir os níveis educacionais dos países desenvolvidos. Essas discussões foram utilizadas pelo “Parceiros da Educação” e foram organizadas em seis macrotemas, os quais serão discutidos, posteriormente. Esses macrotemas têm o objetivo de transformação da qualidade da educação básica, uma vez que interferem significativamente no trabalho docente, e, como problema central, precisa ser transformado.

As propostas foram desenvolvidas a partir da discussão desses especialistas¹⁴, entretanto, não representam um extrato destes, uma vez que, no próprio documento encontram-se informações de que houve divergências pontuais e que as propostas individuais podem ser consultadas. Entretanto, convém informar que esse conteúdo já não se encontra mais disponível no endereço disponibilizado.

O documento apresenta exemplos de alguns países bem sucedidos economicamente que investiram em determinadas épocas em educação para enfrentar os problemas dessa área. Em todo o documento aparecem essas comparações atreladas a vários aspectos da educação, assim como e em relação ao contexto em que os professores estão inseridos, e que interferem em seu trabalho docente. Tais aspectos serão a seguir analisados.

O ponto de partida segundo o documento, é a mobilização de toda a sociedade em torno do objetivo de alcançar a qualidade da educação básica, por um “Plano multipartidário e plurianual de transformação” (Parceiros da Educação, 2010, p. 2). Os especialistas destacam para a execução desse plano seis macrotemas para ser realizados nos próximos 12 anos. Sendo eles:

1. Reestruturação da formação e da carreira do magistério;
2. Fortalecimento da liderança e da capacidade de gestão nas escolas;
3. Reforma da estrutura da escola e novos sistemas de ensino;
4. Reforma do Ensino Médio;
5. Criação de um currículo mínimo nacional e aperfeiçoamento das avaliações;
6. Reforço das políticas de investimento.

A cada macrotema apresentado, introdutoriamente, os especialistas apresentam algumas discussões, e atribuem como um dos mais importantes avanços na educação no Brasil, a universalização do acesso.

Nas últimas décadas, o Brasil fez importantes avanços na educação básica, sendo o mais importante deles a universalização do acesso.

¹⁴ Dentre esses especialistas, Cláudio de Moura Castro, economista, defendeu em matéria em 2014, para a revista Veja, a tese de que professores ganham bem, “O respeito da sociedade não virá quando vocês tiverem um contracheque mais gordo. Virá com a educação de qualidade para nossos filhos”. Essa matéria está disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/professores-acordem/>.

Entretanto, imensos desafios ainda permanecem para a sociedade no tocante à educação das crianças. Entre eles, o maior desafio é, sem sombra de dúvida, a melhoria da qualidade da educação básica pública (do 1º ao 9º ano e Ensino Médio) (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 1).

A universalização do acesso, embora seja importante, não resolveu os problemas educacionais, porque é a universalização do acesso, não da frequência e permanência. Fica evidenciado que o maior desafio para o “Parceiros da Educação” não é esse da frequência e permanência, mas sim da melhoria da qualidade, que também é um grande problema, porque o capital humano exige uma minoria de trabalhadores especializados e uma grande maioria é que vai disputar um emprego em tempos de desemprego qualificado.

Ainda nessa parte introdutória, o “Parceiros da Educação”, lamenta alguns dados referentes à educação, mas não busca mudar a essência da organização da sociedade. Ao contrário, pretendem fortalecê-la. As estatísticas preocupam esses empresários devido ao interesse de acúmulo de capital que a camada de capital humano escolarizada pode lhes garantir.

[...] A educação de baixa qualidade é tida como a principal causa do alto grau de violência, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e já reflete na estrutural falta de profissionais qualificados necessários para podermos trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável de longo prazo (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 1).

A educação tende a contribuir para o desenvolvimento da sociedade, mas para isso é necessário que todos tenham acesso e também condições de permanência, bem, como de ascensão profissional com, no mínimo, o direito ao emprego, visto que quando há aumento de desemprego há, proporcionalmente, aumento da criminalidade, o que não é, portanto, causado pela educação.

Mais grave ainda, do ponto de vista humano, é não proporcionar a milhões de crianças e adolescentes a chance de maximizar o seu potencial, submetendo-os à marginalidade, a subempregos ou a trabalhos manuais de pouco valor agregado, sem lhes dar chance de mobilidade profissional ou social (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 1).

Só o acesso à educação não resolve o problema de milhões de crianças e adolescentes, nem nessa fase, nem na fase adulta. Nessas condições sempre haverá os indivíduos submetidos à marginalidade, a subempregos ou a trabalhos manuais de pouco valor agregado, e a educação pode até ser a chance dessa mobilidade profissional ou

social, mas sempre haverá os desprivilegiados, porque essa é a condição necessária para manter a organização do sistema capitalista.

Há um consenso entre os especialistas em educação pública de que a prioridade absoluta da educação brasileira deve ser a melhora da aprendizagem nas séries iniciais. Trata-se do investimento mais eficiente, ou seja, para ser medido em termos de resultados apurados, deverá formar os pilares de uma melhor formação de mão de obra, mobilidade social, redução de criminalidade etc. (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 1). [grifos do autor]

Percebe-se que até o primeiro período do parágrafo da citação anterior, que para fortalecer e dar credibilidade ao sentido que pretendem, falam sobre o consenso de especialistas em educação pública, os quais se manifestam, afirmando que a prioridade da educação brasileira deve ser a melhora da aprendizagem nas séries iniciais, e continuam, com a interpretação de quem produziu o texto, apontando que para medir os resultados é necessário estruturar o que é preciso para melhorar a formação de mão de obra, deixando bem explícito o real objetivo que essa organização tem com a educação.

Ao ser colocada em discussão, a questão da mobilidade social, pode-se fazer o seguinte raciocínio: se na sociedade brasileira não há emprego para todos, e os que existem serão ocupados por alguém, então, enquanto alguns preenchem tais, outros ficam desempregados. Poderá haver mobilidade social entre os indivíduos, não do Estado brasileiro, posto que, a tendência é de que isso seja decadente para a maioria dos sujeitos, em consequência que no sistema capitalista e em épocas de políticas neoliberais, para se ter a mobilidade social de alguns, é preciso que haja desigualdade. Pergunta-se: E com o desemprego qualificado, a educação continua justificando que o problema é dos indivíduos e não do sistema? Então, conclui-se que estão equivocados (intencionalmente, ou não), quando colocam exclusivamente a questão da educação como um dos contratempos da sociedade brasileira. É admissível, mas como consequência de um problema maior.

Quando um indivíduo está desempregado e não consegue outro emprego e não se vê amparado por políticas públicas, existe uma grande chance deste entrar para a criminalidade. Como extrato da falta de oportunidades da sociedade, julga-se sempre o fracasso dos indivíduos, quando, na realidade, não há espaço para o sucesso de todos. Então, se lhe é oferecido pelo menos o acesso, que pode sim ser a possibilidade de ascensão social, pode-se culpá-los pela descensão, assim, simplesmente fazem acreditar que “[...] a educação é o gargalo mais importante que o Brasil precisa superar para realizar o seu potencial econômico” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 2).

Ao analisar esse documento, é possível apontar a coerência das propostas com o pensamento mercantil, capitalista e liberal, pois percebe-se que por mais que sejam sugestões de especialistas, conforme declaram, as mudanças estão estreitamente de acordo com os interesses desse pensamento, o que traz certa estranheza, pois são educadores se posicionando de tal forma diante de um problema educacional tão complexo. Desse ponto de vista, fazem uma conclusão sobre o problema da educação:

Uma das razões pelas quais o país apresenta um dos piores índices do mundo na qualidade do ensino público é que há certa satisfação da população com a educação pública em geral, na medida em que existem escolas disponíveis para todas as crianças. **A população, em sua maioria (notadamente a menos favorecida e titular do maior número de votos), não reconhece a péssima qualidade da nossa educação.** Isso é comprovado através de diversas pesquisas. Desta forma, a sociedade não exerce a devida pressão sobre as instâncias política, sindical e empresarial para priorizar investimentos neste que consideramos o maior desafio do país (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 3). [grifos do autor]

O documento tende a desviar o olhar do real problema, pois a população não faz pressão sobre as instâncias governamentais para priorizar os investimentos com a educação, porque a considera boa, na medida em que existam escolas disponíveis para todas as crianças. Pode-se dizer, e vale dizer, que esses indivíduos são aqueles que viveram em tempos em que no Brasil não havia educação para todos e, conseqüentemente, manifestam essa avaliação de satisfação. Mas mesmo assim, é possível imaginar, que essa população por ter vivido nesse contexto, consiga perceber a má qualidade da educação em tempos atuais, e fizesse a referida pressão, o que aconteceria? Se isso fosse possível, qual seria a qualidade da educação? Nesses moldes propostos pelo documento, a educação não poderia emancipar intelectualmente os indivíduos, pelo contrário, o que melhoraria seria a qualidade da mão de obra, como desejam.

Então, para que o povo não perceba a intencionalidade dessas propostas, elas são travestidas de boas intenções como, por exemplo, a realização de uma pretensa mobilização para se ter:

- Ampla divulgação da real situação da qualidade da Educação Básica no país, alertando a população no sentido de que mudanças de base serão necessárias para corrigir este problema;
- Com a obtenção de apoio da mídia e o acionamento de novos meios de comunicação viral;
- Fortalecendo instituições da sociedade que militem na área de educação, coordenando campanhas esclarecedoras à população e aos formadores de opinião;

- Apoiando associações de pais e mestres das escolas, incentivando os pais e as comunidades a se envolverem mais com a educação dos seus jovens; e
- Mobilizando as instâncias política, sindical e empresarial em torno do tema (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 4).

E é exatamente isso o que estão fazendo com a ajuda de grandes grupos empresariais que compõem a grande mídia no Brasil, como a rede Globo, que é parceira de outras ONGs. A partir dessas parcerias, disseminam essa e outras ideologias que continuam a reproduzir que o sistema capitalista é o que melhor representa e atende as características naturais do ser humano e, conseqüentemente, vem ao encontro das suas necessidades.

O que resulta numa grande desvalorização da profissão do professor, em que já se pode acompanhar na prática¹⁵, como no documento analisado, que vem fortalecer essa condição de precarização da carreira docente. O documento apresenta, seis macrotemas, e esta pesquisa, analisa o primeiro, “Reestruturação da Formação e da Carreira do Magistério” o qual faz referência mais explicitamente sobre a ideologia da meritocracia na formação e trabalho docente e, para isso, é apresentado dentro deste primeiro macrotema, três iniciativas, sendo elas:

- 1ª iniciativa: Criação de uma nova carreira paralela e voluntária. Capacitação dos professores da rede em boas práticas nas salas de aula e contínua melhoria salarial;
- 2ª iniciativa: Reforma das Faculdades de Educação e revitalização dos Institutos Superiores de Educação;
- 3ª iniciativa: Campanha nacional e *marketing* viral para valorização da função do professor e valorização da escola.

¹⁵ “[...] a prefeitura de Ribeirão Preto, no interior paulista, apresentou em julho um projeto para contratar aulas avulsas de professores por meio de um aplicativo de celular, com o objetivo de suprir as ausências de docentes da rede municipal. No “Uber da Educação”, como a proposta foi apelidada, o profissional não teria vínculo empregatício. Após receber a chamada, ele teria 30 minutos para responder se aceita a tarefa e uma hora para chegar à escola”.

“[...] a cidade catarinense de Angelina, na Grande Florianópolis, também inovou, com a criação de uma espécie de leilão reverso para a contratação de professores. Em abril, a prefeitura publicou o Pregão nº 018/2017, baseado em uma licitação de “menor preço global”. O edital partia de um pagamento máximo de 1.200 reais para uma jornada de 20 horas semanais, mas atrelava sua definição a um leilão que deveria ser feito com o envio de propostas salariais a menores custos [...]”.

“Torne-se professor e aumente a sua renda”, dizia a peça publicitária, com Luciano Huck de garoto-propaganda”.

“Em 34 anos de carreira, esta é a primeira vez que Maria Fátima Maia da Silva, 50 anos, se vê longe das salas de aula. Por recomendação médica, ela está afastada há dois meses em consequência de estresse acumulado ao lecionar em sete escolas do Paraná”.

“Hoje, muitos professores atuam como temporários na rede pública, ou seja, não fazem parte do quadro efetivo. Em Mato Grosso, por exemplo, 60% dos docentes estão contratados nesse regime, mas são igualmente expressivos os percentuais em Santa Catarina (57%), Mato Grosso do Sul (50%), Minas Gerais (48%), Pernambuco (44%) e São Paulo (34%)” (BASÍLIO, 2017).

Brevemente e posteriormente, discute-se alguns elementos do sexto macrotema, em relação à lei da responsabilidade, que responsabiliza os docentes, ao se derivar do valor de troca, mas que para os professores não sejam culpabilizados, ao contrário, sejam reconhecidos, a meritocracia se faz presente.

Esse primeiro macrotema “Reestruturação da Formação e da Carreira do Magistério”, é o que mais diretamente vai manifestar as relações da meritocracia com o trabalho docente. Enfatiza como a qualificação dos professores é determinante na aprendizagem dos alunos, e faz entender que: “do comprometimento, da competência e da dedicação dos recursos humanos envolvidos. O principal desses recursos humanos é o professor” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5).

Assim também:

O professor tem que dominar o conteúdo que ensina, estar habilitado a conduzir atividades em sala de aula para que os alunos aprendam, precisa ser selecionado de acordo com a sua competência e, ainda, ser estimulado a um contínuo aperfeiçoamento para progredir em uma carreira meritocrática (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5).

Progredir em uma carreira meritocrática? Utilizar o mesmo procedimento nas empresas e nas escolas? O trabalho do professor tem valor de uso ou valor de troca? Os alunos acabam “aprendendo” para tirar boas notas, e isso tem valor de uso ou valor de troca? Mas, o “objetivo é organizar a educação como os negócios são organizados: o que é bom para o mercado é bom para a educação” (FREITAS, 2011, p. 3).

Que tipo de valor tem a educação para professores e alunos? E para a sociedade capitalista? Valor de uso ou valor de troca? Ao realizar essas análises, conclui-se que a educação representa, objetivamente, para toda sociedade, organizada nesses moldes, um valor de troca. Diferente das competições geradas pelo mercado que são vistas como saudáveis, naturais, isso não vai ocorrer de forma saudável na escola. Os pais, ideologicamente, querem que seus filhos sejam bem sucedidos (economicamente), isso remete a um tipo de filosofia de vida; as ações estarão voltadas para esse objetivo, para se “dar bem na vida”? Mas para isso quanto se perde da vida? Nessa filosofia, o indivíduo é induzido a querer sempre mais, e os sonhos são criados, projetados com a intenção de movimentar a economia e, para isso, até acompanham os modismos.

A escola, lugar em que o indivíduo passa uma boa parte de sua vida, acaba por ser um tempo desperdiçado, como um espaço detestado pela maioria das crianças, que vão obrigadas, porque é condição para o sucesso econômico (e já nem é mais tanto).

Isso deriva do que Freitas, em um dos seus trabalhos afirma: “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação”, vai nos alertar que no Brasil vem crescendo essa ideia da política educacional que foi testada nos Estados Unidos e que caracterizou como uma década perdida para a educação americana, que se sustentou na combinação de responsabilização, meritocracia e privatização. (2012, p. 379)

Esses reformadores empresariais da educação nos Estados Unidos retratam algo semelhante com o que está ocorrendo atualmente na educação brasileira,

reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para “consertar” a educação americana, do que as propostas feitas pelos educadores profissionais [...] (FREITAS, 2012, p. 380).

Essa ligação sustentará uma nova política educacional que se fará presente inclusive no Plano Nacional de Educação, e poderá ser observado até mesmo em práticas educacionais.

Os efeitos da *meritocracia*, quando aplicada aos professores ou a escolas, são mais questionáveis ainda. Primeiro, porque penalizam exatamente os melhores professores por considerarem que sua motivação para trabalhar se restringe ao desejo de ganhar mais dinheiro, quando, na verdade, sem descartar este motivador, o que mais move o professor é o próprio desenvolvimento do aluno. Segundo, porque expõem todos os professores a sanções ou aprovações públicas, desmoralizando a categoria (Ravitch, 2012; Gates, 2012; Darling-Hammond, 2012). Terceiro, porque são aplicados métodos de cálculo para identificar os melhores e os piores professores que são inconsistentes não só ao longo do tempo, como sob várias opções de modelos de análise (Corcoran, 2010; Braun, Chudowsky, & Koenig, 2010; Baker, 2010; Schochet & Chiang, 2010). E, finalmente, porque os estudos mostram (Hout & Elly, 2011; Davier, 2011; Marsh et al., 2011) que a meritocracia não tem maiores impactos na melhoria do desempenho dos alunos e acarreta graves consequências para a educação (FREITAS, 2012, p. 385).

O ser humano não nasce com os valores da meritocracia, que direta e indiretamente são produzidos e reproduzidos nas relações sociais. Os próprios professores, como adultos que vivem em uma sociedade meritocrática, não tiveram em sua maioria, a oportunidade de identificar esse condicionante, na dinâmica escolar e vão agora reproduzi-lo, pela forma de trabalhar com os alunos, os quais se apropriarão da meritocracia como algo natural. Deste formato, esses alunos serão encaminhados para as

relações que a atual sociedade vai lhes exigir, mas que vai na contramão do que se espera como formação para o indivíduo.

O professor direta e ingenuamente reproduz os valores da meritocracia, porque indireta e intencionalmente essa reprodução é pensada por uma minoria interessada e isso não é possível de se evidenciar de forma simples, ao ponto de ser identificada pela maioria da população. Para evidenciar a reprodução da meritocracia, de maneira mais complexa e concreta, mas sem deixar de aproximar do mais simples para a compreensão, se analisará a profissão de professor no documento já citado, partindo da apresentação dos motivos, do porquê o magistério público não ser uma carreira atraente atualmente, e o fato “de que o curso de pedagogia no Brasil NÃO prepara os professores para a sala de aula, uma vez que adota um currículo defasado e desatualizado” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5).

Além disso, a carreira existente dos professores concursados, que assegura estabilidade empregatícia e desfavorece a meritocracia, tem se mostrado uma enorme barreira para a melhoria da qualidade do corpo docente. Uma abordagem apenas focada no aumento salarial tampouco solucionará as limitações da atual carreira (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5).

O próprio concurso público já é um grande exemplo de meritocracia, pois assegura essa estabilidade, mas como colocado no documento, desfavorece a meritocracia, e seria o impedimento para a melhoria da qualidade do trabalho docente. Para favorecer a meritocracia, o professor precisa produzir, (esperando que isso irá criar valor futuramente) e essa produção vai refletir nas notas dos alunos, que nem sempre representa realmente o que o aluno aprendeu. Para ser melhor nesse sistema, os professores e instituições competem entre si, e a tendência de trabalho colaborativo apenas diminui. Para garantir essa competição, mesmo que isso ainda não acarrete bônus salarial, são amplamente divulgadas as notas em *rankings* do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira) por escolas.

Para superar essas questões que impedem a melhoria da qualidade da educação em relação ao trabalho docente o documento apresenta três iniciativas, a primeira se refere a “Criação de uma nova carreira paralela e voluntária. Capacitação dos professores da rede em boas práticas nas salas de aula e contínua melhoria salarial”.

A atual carreira docente apresenta equívocos lamentáveis que, ademais, são politicamente difíceis de serem sanados. A estabilidade de cátedra torna impossível demitir professores menos qualificados. O progresso na carreira não pode ser apenas por tempo de atuação na área pública e por cursos realizados, uma vez que nem um e nem outro estão

estatisticamente associados ao desempenho. Em vez disso, os professores precisam ser avaliados periodicamente, e o cumulativo de tais avaliações deve ter um peso significativo nas promoções. Um problema sério em muitos lugares é a impunidade diante do absenteísmo. Em outros, o excesso de rotatividade dos professores e gestores dificulta qualquer plano de melhoria do ensino. A carreira deve ser estruturada com critérios precisos e eficazes quanto ao desempenho e aperfeiçoamento profissional (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5).

Como não é possível, ainda, demitir professores menos qualificados devido à estabilidade, e fazer com que a progressão na carreira seja por avaliações apenas, as quais ocorrem periodicamente, o documento propõe uma nova carreira.

A alternativa que se propõe para efetivamente transformar a carreira do magistério consiste na **criação de uma estrutura paralela e voluntária**. Quem quisesse, inclusive o atual professor da rede poderia optar por ela. A seleção seria mais rígida, o **salário inicial bem mais atraente** (e pode depender da disciplina), as **avaliações frequentes** e os salários baseados em uma parte fixa e outra variável, **dependendo do desempenho (medido pelo aproveitamento escolar dos seus alunos)**. Igualmente, as promoções **seriam respaldadas pelo desempenho** em sala de aula e baseadas em claros padrões de excelência conhecidos sobre o que significa ser um “bom” versus um “excelente” professor. As contratações seriam via **CLT**, portanto sem garantia de estabilidade. Ao cabo de algumas décadas, esse sistema substituiria o vigente hoje (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 6). [grifos do autor]

Essa nova carreira se pautaria totalmente na meritocracia da seleção, atuação até os resultados obtido pelos alunos, desenvolvendo uma certa pressão junto aos professores sobre o desempenho dos alunos e preparação para os testes, como nos traz Freitas em seu artigo, em que se associa o desempenho dos alunos ao pagamento e, com isso, se aumenta também, a tensão entre os mesmos. Isso reproduzirá práticas que tendem a afastar dessas instituições alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem (2012, p. 391). E isso caracteriza mais ainda uma escola excludente, além do que já se apresenta.

Além disso, nesse mesmo artigo de Freitas, é apresentado como consequência a escolarização antecipada já na Educação Infantil, quando se privilegia alguns conteúdos com ênfase no que será mais exigido nas avaliações de grande escala, deixando a dinâmica do desenvolvimento por brincadeiras, pela exploração, do uso do corpo e da imaginação, pela busca por resultados, que por esse caminho, só será comprometido (FREITAS, 2012).

Essa nova carreira, além dessas exigências, deveria ter um estágio probatório efetivo, com treinamento e acompanhamento por professores mais experientes e que seria desenvolvido antes mesmo de assumirem o seu trabalho. “[...] Ao final do estágio

probatório, deveria ser realizada avaliação para que os profissionais que nesse período mostrarem conhecimento, habilidades, competências e aptidões necessárias para ingressar na carreira sejam contratados [...]” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 6).

Esses professores mais experientes, como exemplos, e as avaliações no final do estágio probatório, nessa concepção, seriam uma espécie de talhadores de alguma manifestação incompatível ainda restante da formação que irão propor. Como toda, organização de ensino se deterá nesses moldes em torno das avaliações, o formato deverá ser o mesmo, para que, rigorosamente, se tenha bons resultados nos *rankings*. Os professores, portanto, acabam por ser meros treinadores, e o seu trabalho se constituirá em repassar da mesma forma o que já está previamente, determinado nos conteúdos.

A capacitação deverá ser permanente para todos os profissionais da instituição, conforme o trabalho desenvolvido por cada um. Os materiais oferecidos aos professores devem ser estruturados “com práticas de gestão em sala de aula, e conteúdo nos moldes dos bons sistemas de ensino, proporcionando assim sua evolução” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 6).

O que é um bom sistema de ensino? Essa questão é subjetiva, conforme o que se espera e por quem se espera. Freitas propõe a seguinte reflexão: “A questão que se coloca é: Por que copiamos de quem está na média do Pisa há 10 anos (EUA) e não de quem está consistentemente no topo deste programa (Finlândia)? (OCDE, 2010)” (2012, p. 391).

Um bom sistema de ensino nessa lógica, é um ensino baseado em resultados. Em outras palavras, é o que atende à formação do capital humano para os grandes empregadores. Conforme Freitas (2012) para esse objetivo se vai enfatizar a gestão e o uso das tecnologias como características da forma que os empresários fazem modificações no âmbito da produção e, para consolidar essa lógica, ela é transferida para o campo da educação. Essa reflexão é retomada pelo autor em relação ao que Saviani (1986) chamou de “pedagogia tecnicista”.

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, (...) advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. (...) na pedagogia tecnicista (...) é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão (SAVIANI, 1986, apud FREITAS, 2012, p. 383).

Freitas (idem), por sua vez, vai denominar de “neotecnicismo”.

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a

mesma racionalidade técnica de antes na forma de “standards”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas à condição de pilares da educação contemporânea (p. 383).

Esse neotecnicismo ancorado nos pilares da responsabilização, meritocracia e gerenciamento dará sustentação às novas exigências do trabalho pela educação em seus diversos campos. Assim, se utilizam de alguns mecanismos para essa abordagem, citando alguns exemplos do que já está sendo efetivado no Brasil, destacam-se o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), importantes para atrair melhores talentos para a carreira docente. O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) poderá vir a ser um dos instrumentos para definir níveis de competência acadêmica.

Esta nova carreira vai demandar:

- Melhores salários iniciais para atrair melhores profissionais para a carreira;
- Seleção mais criteriosa (concursos e processos de certificação inicial);
- Avaliações frequentes e meritocracia (para promoções e remuneração);
- Facilidade para desligamento de professores com perfil inadequado;
- Estágio probatório focado no aperfeiçoamento do jovem profissional e seleção dos profissionais adequados;
- Alocação inteligente dos professores por sala de aula;
- Incentivos para a fixação dos professores em uma só escola;
- Capacitação permanente dos professores, com fornecimento de materiais estruturados; e
- Incentivos financeiros para atração de jovens bem-capacitados (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 6-7).

Até que essa nova carreira não seja implementada, se pensa na capacitação continuada dos professores da rede “pela Secretaria e Universidades públicas, melhoria salarial e crescente premiação por mérito. É fundamental que a capacitação dos professores seja focada em práticas de sala de aula, com base nas habilidades exigidas nas avaliações nacionais e internacionais” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 7).

O olhar liberal para a educação, deriva do capitalismo com seus interesses, com isso, se capacita professores pelo valor de troca e a própria formação se volta para atender aquilo que é exigido nas avaliações nacionais e internacionais. Essas avaliações, como também estão respaldadas pelo valor de troca, mascaram os princípios exigidos para a

nova constituição do *homo econômico*, discutida no capítulo anterior, pelas exigências do novo capital humano, na base da Pedagogia das competências e habilidades.

A capacitação dos professores deverá concentrar-se em práticas de sala de aula com base nas habilidades exigidas nas avaliações nacionais e internacionais, e dessa forma, se encaminha para um grande problema como o estreitamento curricular, descrito por Freitas (2012).

Quando os testes incluem determinadas disciplinas e deixam outras de fora, os professores tendem a ensinar aquelas disciplinas abordadas nos testes (Madaus, Russell, & Higgins, 2009). Avaliações geram tradições. Dirigem o olhar de professores, administradores e estudantes. Se o que é valorizado em um exame são a leitura e a matemática, a isso eles dedicarão sua atenção privilegiada, deixando os outros aspectos formativos de fora (Jones, Jones & Hargrove, 2003). Quais as consequências para a formação da juventude? A escola cada vez mais se preocupa com a cognição, com o conhecimento, e esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (p. 389).

A formação de professores e alunos estará comprometida quando ela é limitada e organizada em torno do que se exige apenas nas avaliações; não indica, portanto, um grande avanço e pode, isso sim, significar um retrocesso para a educação.

A segunda iniciativa se refere a “Reforma das Faculdades de Educação e revitalização dos Institutos Superiores de Educação”.

Há hoje forte consenso acerca das deficiências nas universidades que formam professores. Tais falhas são responsáveis, em boa medida, pela má qualidade do ensino. Podemos apontar quatro deficiências dos cursos de formação:

(I) *Os futuros professores não aprendem corretamente aquilo que vão ensinar.* Há pouca ênfase no conteúdo e no currículo que deverão transmitir aos seus alunos.

(II) *Não aprendem a dar aula* (“como ensinar”), ou seja, não são expostos às técnicas e práticas de que cotidianamente necessitarão para lidar com seus alunos.

(III) *Gastam um tempo excessivo com teorias abstratas.* Jamais aprendem a usá-las no cotidiano, apenas ouvem e memorizam palavras e formulações longínquas do mundo real.

(IV) *Gastam também muito tempo em discussões ideológicas e leituras sobre sistemas sociais* (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 7).
[grifos do autor]

Não há como negar possíveis deficiências nos cursos de formação de professores, porém, alguns problemas são reflexos da própria educação pela qual esses futuros docentes passaram e agora irão atuar. Isso, no entanto, não significa que os futuros professores não aprenderam, adequadamente, durante a graduação, aquilo que vão

ensinar, pois é na própria escolarização que ficam as lacunas, uma vez que a maioria dos alunos, principalmente dos cursos de Pedagogia, pertence à classe mais baixa e, também em sua maioria, não apresenta bons índices de escolaridade da Educação Básica. O preparo profissional fica, portanto, debilitado pela formação básica, pela carência da apropriação dos conhecimentos a serem ensinados, ou seja, do conhecimento científico.

Para se compreender como se ensinar, por exemplo, é necessário aprender como se aprende, entrando no campo da Psicologia, e isso se dá por meio de teorias, algumas mais abstratas, mas necessárias. Além disso, o professor deve ter o discernimento do porquê é necessário ensinar determinados saberes, compreender a relação da escola na sociedade, pois, esta não está suspensa, solta da sociedade, muito pelo contrário, ela é parte integrante. Portanto, não são, simplesmente discussões ideológicas e leituras sobre sistemas sociais, se trata, outrossim, da apresentação da verdade, da história, da compreensão dessa sociedade em que a escola está inserida. Outro fato que vale destacar é a questão de que os futuros docentes, em sua maioria, são alunos trabalhadores, que não possuem dedicação exclusiva para os estudos.

No documento se faz uma comparação do país em que vivemos com outros países mais desenvolvidos em educação, no que diz respeito à carga horária sobre “como ensinar”, apresentando, por meio dessa comparação, um dos problemas na formação dos professores, mas sem apresentar em nenhum momento as condições objetivas destes países.

Para se ter uma idéia, em países como Reino Unido e Nova Zelândia, a carga horária sobre “como ensinar” fica entre 70-80% do tempo total. No Brasil, o “como ensinar” não chega a 40%, dedicando-se mais tempo a discussões teóricas sobre “o ensinar” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 7).

É inegável que há muitas deficiências na formação dos professores, desde a sua escolarização inicial, graduação e até mesmo na formação continuada. Ao se destinar a maior carga no horário no “como ensinar”, no caso do Brasil, a formação é determinada por técnicas, pois se distancia do “ensinar” conforme é colocado no texto, e isso diz respeito ao neotecnicismo abordado por Freitas (2012), uma vez que “como ensinar” é muito enfatizado, a preocupação está em dar aula com ênfase no que o processo define para professores e alunos.

Há uma tendência generalizada de olhar para os professores como o grande problema, mas esse é de fato uma consequência das relações da sociedade, reflexo da condição histórica do Brasil. Compara-se o Brasil com outros países desenvolvidos, mas

é injusto colocá-lo, lado a lado, com outras nações numa comparação atual, considerando que possuem histórias diferentes e, nessas, são determinantes os investimentos em educação. Há muitos países bem mais desenvolvidos que o Brasil e que investem menos recursos em educação, mas isso no momento presente, porque ao longo de sua história já fizeram grandes investimentos, e hoje colhem os frutos sem ter que fazer, de forma intensa, investimentos vultuosos nesse momento.

“É necessária uma revolução nas faculdades de educação e no seu currículo.

Os alunos, futuros professores, precisam aprender bem os conteúdos e precisam menos teoria e mais didática aplicada à sala de aula” (Parceiros da Educação, 2010, p. 7) [grifos do autor]. Embora os conteúdos e a didática também estejam no campo da teoria, e complementam na prática, que é prática de uma teoria, o que o “Parceiros da Educação” pretende como já foi colocado, é desenvolver uma formação técnica, em que seja exigido do professor habilidade para trabalhar com o que é proposto de forma pronta, através do apostilamento. Tal recomendação está diretamente ligada aos conteúdos das avaliações externas, desenvolvendo um preparo técnico para professores e, posteriormente, para os alunos.

A estratégia para algumas mudanças desses organismos é manter algumas condições que lamentam, e sustentar outras que as favoreçam, ou seja, a precária educação observada nas escolas públicas como consequência das relações de organização da sociedade produz esses estudantes, oriundos de um nível econômico mais baixo e que, conseqüentemente, serão os futuros professores. Não se destacam as possibilidades de mudança das condições que lamentam como um dos grandes problemas, porque isso remete à possibilidade de questionar tais condições e que, invariavelmente, pode reverter esse quadro, o que, em outras palavras, significa pensar em superar as relações capitalistas. Diante disso, o documento afirma que

“[...] precisamos de alunos bem-preparados de todos os níveis socioeconômicos, e que tenham oportunidades de realizar bons cursos de professores em escolas públicas ou privadas. Só poderemos dizer que a carreira de professor está valorizada pela sociedade quando atrair alunos de todos os níveis socioeconômicos (e não só das camadas mais baixas, como hoje)” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 8).

Não é uma questão de ter alunos de todos os níveis socioeconômicos, mas sim o fato de que os alunos das camadas quantitativamente mais baixas apresentam também um desempenho inferior. Nessa perspectiva, os professores, como consequência de sua própria escolarização, não conseguem se apropriar, de forma plena, dos conteúdos que deveriam ter recebido para ingressarem no Ensino Superior e, deste modo, os cursos de

licenciatura são as opções mais compatíveis à sua realidade, quer pela baixa concorrência, ou pela possibilidade de conseguir logo um emprego, se comparado às outras áreas. O que tem que se pensar são estratégias para acabar com o que ocasiona essas desigualdades educacionais decorrentes das desigualdades econômicas.

A terceira iniciativa propõe uma “Campanha nacional e *marketing* viral para valorização da função do professor e valorização da escola”. Primeiramente, o “Parceiros da Educação” propõe uma campanha para alertar a população sobre os problemas da educação, indicando que estes se centram, principalmente, sobre os professores. Nessa iniciativa, pretende-se realizar campanha para valorizar a função docente e a escola? Mas será essa a real intenção?

Diante das condições do trabalho docente, o documento aponta que **“é fundamental que recuperemos a imagem da profissão junto à sociedade e a autoestima dos docentes para atrairmos e mantermos os melhores professores dentro da carreira”** (Parceiros da Educação, 2010, p. 8). [grifos do autor]

Para recuperar a imagem da profissão junto à sociedade e a autoestima dos docentes e assim atrair e manter os melhores professores dentro da carreira da Educação Básica, vale dizer que é preciso de fato dar condições para isso, que é de melhores condições de trabalho e salário. O reconhecimento da profissão do professor perante a sociedade passa por essas questões e será garantida quando, efetivamente, houver a valorização pelas políticas públicas, mas o “Parceiros da Educação” acredita que basta uma campanha nacional junto a sociedade para trazer novamente o valor e prestígio dessa profissão.

A proposta reside em desenvolver uma campanha nacional de valorização dos professores, para que voltem a ganhar o status que tinham no início do século 20 e aquele verificado, hoje, nos países com os melhores desempenhos nas avaliações mundiais. Países como Singapura e Inglaterra fizeram (e fazem continuamente) grandes esforços de marketing e relações públicas para projetar a profissão na sociedade. A Inglaterra conseguiu em cinco anos, a partir de reformas estruturais e massiva divulgação, levar a profissão de professor da 90ª posição entre as profissões mais desejadas dos estudantes de Ensino Médio para o 5º lugar [...] (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 8).

Por fim, o sexto macrotema “Políticas de Investimento”, vai discutir as questões da utilização dos recursos destinados à educação, visto que o objetivo almejado pelo documento, é rever a maneira como o investimento é realizado, desde a questão da quantidade até o que é o mais importante, ou seja, o acompanhamento da efetividade e

eficiência dos recursos. Assim, é destacada a proposta da criação da lei de responsabilidade educacional.

No país, há uma necessidade ímpar de criação de muitas leis devido ao grande número de condutas ilícitas dos indivíduos, as quais foram desenvolvidas nas próprias relações sociais. As leis são, portanto, uma tentativa de coerção, e responsabilização, uma vez que as fraudes são características das sociedades meritocráticas. E na educação, não poderia ser diferente. A proposta, neste âmbito, assim se apresenta:

Criação de uma lei vinculando o repasse de verbas públicas ao cumprimento de metas de aprendizagem dos alunos, à adoção de políticas indutoras e intervenções para a melhoria na qualidade do Ensino Básico pré-determinadas pelo Governo Federal. Além disso, é preciso o estabelecimento de mecanismos de responsabilização pelo não cumprimento de metas e programas, por meio da instituição de um regime de colaboração juridicamente constituído entre os entes federativos (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 19).

As leis como mecanismos de controle existem para garantir que o direito de um indivíduo ou de um grupo não seja desrespeitado. Nessa sociedade de consumo e ambição, os recursos para educação acabam também sendo violados, mesmo com a constituição de tais leis. Além disso, criam sistemas burocráticos para sua efetivação, assim como transfere maior responsabilidade para quem, de alguma forma, está no contexto investido. Os professores ficariam a cargo da incumbência pelo não cumprimento de metas e programas? É muito encargo querer que os professores resolvam esses problemas que não são exclusivos da escola, pois pertencem muito mais à sociedade. Como fosse possível, exclusivamente, através dos professores e escolas, produzir o equilíbrio do sistema. E se não forem cumpridas? Serão punidos, tirando recursos no momento em que mais precisam? Provavelmente, seriam, porque é a responsabilização pela não efetivação dessas metas e programas.

Não se pode duvidar do poder que há nesses grupos em relação aos seus interesses. O documento, referenciado nesse estudo publicado em 2010, e o Plano Nacional de Educação 2014-2024 dão mostras de como algumas dessas propostas ganharam força. Jorge Arbache, citado por Freitas (2011), pontua algumas questões que estavam em pauta recentemente e foram aprovadas como resultado de pressões das corporações empresariais.

O aumento da produtividade requer ainda a melhoria da qualidade da educação, o aumento da produtividade do setor informal e das micro e pequenas empresas e o incentivo à meritocracia, de forma a valorizar a acumulação de capital humano e o desempenho no trabalho. Essa agenda terá que contar com o apoio de reformas que ajudem a mitigar

os efeitos das mudanças demográficas no mercado de trabalho, como a flexibilização da legislação trabalhista e a mudança na legislação previdenciária, para que as pessoas não se aposentem tão prematuramente” (2011, p. 7).

Pelas análises, como um dos instrumento da pesquisa, é possível fazer essas catastróficas previsões, e se os cidadãos não tomarem cuidado, não lutarem, certamente, correrão muitos outros riscos. A situação ainda poderá se agravar, significativamente.

A emancipação da educação não será imediata, e muito menos será através dessas propostas, pois quando se utiliza de um sistema baseado na meritocracia haverá ganhadores e perdedores, e isso não é nada democrático quanto se luta por uma sociedade justa.

2.2 A meritocracia e o Plano Nacional de Educação

Como apontado no item anterior desse capítulo, entende-se que a proposta da meritocracia na Educação, defendida pelos “Parceiros da Educação”, está profundamente sintonizada com a política educacional Norte Americana. Na sequência, ainda que sucintamente, realizou-se uma análise de como a meritocracia, defendida pelos “Parceiros da Educação”, também se materializou no Plano Nacional de Educação – Lei 13.005 - sancionado pela Presidente da República no dia 25 de junho de 2014.

O PNE, aprovado em 2014, com vigência para dez anos, apresenta dez (10) diretrizes, dispostas em vinte (20) metas e 254 estratégias. Especificamente sobre a meritocracia, a nomenclatura está presente, explicitamente, na meta 19 e nas estratégias 7.36 e 19.1.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de **mérito** (grifo nosso) e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto (Idem).

7.36) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o **mérito** (grifo nosso) do corpo docente, da direção e da comunidade escolar (PNE, 2014).

19.1) priorizar o repasse de transferências voluntárias da União na área da educação para os entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência, respeitando-se a legislação nacional, e que considere, conjuntamente, para a nomeação dos diretores e diretoras de escola, critérios técnicos

de **mérito** (grifo nosso) e desempenho, bem como a participação da comunidade escolar (Idem).

Diferente do Plano Nacional de Educação de 2001, em que o mérito envolvia uma combinação entre plano de carreira e nível de remuneração¹⁶ e estava, portanto, associado à promoção (progressão, quinquênio, etc.), conforme definido nos planos de carreira; no PNE de 2014, o mérito/meritocracia está associado a resultados de avaliações (testes) e tem o propósito de compensar, responsabilizar e punir professores e diretores (FIORESE, 2016).

A palavra mérito é evidenciada primeiramente na estratégia 7.3, utilizada como mecanismo na intenção de aumentar a qualidade da educação das escolas públicas regulares, ao “valorizar” o desempenho destas no Ideb.

Uma empresa que quer aumentar seus lucros, propõe “estímulos” aos seus funcionários; portanto, o objetivo real não é de valorizar o mérito do empregado, mas sim, como colocado é de aumentar o lucro da empresa. No caso da escola, esse ganho é convertido em melhor desempenho dos futuros trabalhadores, que no caso, aumentará o lucro. Ainda que esse estímulo seja para as escolas que melhorarem o desempenho, e não apenas para as “melhores”, não deixa de ter esse mesmo propósito.

Na meta 19, sob o argumento de gestão democrática, fica evidente que as condições para sua efetivação, estão associadas ao mérito. A eleição por si, representa a efetivação da gestão democrática da educação, mas ao associar esses critérios técnicos de mérito e desempenho, está também relacionado a critérios de produtividade. De modo que essa ação por legislação específica possibilita o repasse de transferências, estabelecida na estratégia 19.1, medindo com isso também a produtividade dos entes federados ao referendar essas medidas, ou seja, ao considerar o conjunto público como uma grande empresa.

Essas questões de mérito apresentadas no PNE possuem relação com as mudanças da sociedade e do trabalho, advindas das políticas neoliberais, como apresentado no item 1.3, que trazem as características dessas mudanças para o contexto da educação e do trabalho docente, por meio de mecanismos estabelecidos no PNE.

Embora todo sistema de educação deva ter parâmetros que servirão de subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas, como função real da avaliação, é pertinente afirmar que esse aparato não está nessa condição, uma vez que, a “associação dos testes com a ideologia da responsabilização e da meritocracia coloca-os como uma ferramenta

¹⁶ Objetivos e metas 10.3 – PNE/2001.

de punição ou recompensa e confunde sua função central de diagnóstico da aprendizagem do aluno e da ação do professor” (FREITAS, 2011, p. 19).

O PNE vai se basear em mecanismo de avaliação, o qual será utilizado como referência de rendimento escolar, do desempenho dos alunos em cada escola e como indicador de avaliação institucional. O problema é que esses resultados não são utilizados para o desenvolvimento de políticas públicas de acordo com o interesse dos indivíduos, são utilizados para ranquear escolas. Assim, esses resultados deixam de ter a função real da avaliação.

A meritocracia reúne os instrumentos para promoção de ranqueamento ou ordenamento de alunos, escolas ou profissionais da educação com a finalidade de definir recompensas para professores ou para a equipe da escola (salariais) ou punições (demissão ou perda de salário adicional). Fortemente ancorada em processos matemáticos e estatísticos de estimação, é principalmente usada como ferramenta para estimar metas a serem cumpridas pelas escolas e pelos profissionais. Os resultados dos processos de avaliação são assumidos como válidos para definir o pagamento por mérito, entendido este como a recompensa por um esforço que levou a conseguir que o aluno aprendesse, atingindo uma meta esperada ou indo além dela (FREITAS, 2011, p. 17).

Mesmo que algumas escolas divulguem em seus murais as notas dos alunos e até prometem algum prêmio para os que tirarem as melhores notas, essa prática não faz com que se tenha a qualidade na educação. Ao contrário, faz com que estudantes se dediquem em apenas tirar notas, não em realmente aprender. Remete, portanto, a algumas práticas de fraude, como o uso de “colas”, assim como ainda produz e reproduz valores subjacentes à meritocracia, o egoísmo, a competitividade, o individualismo, etc., porque para ser melhor é preciso disputar com os outros e vencer. Essa prática não considera o contexto do aluno, pelo contrário, responsabiliza-o totalmente pelos resultados, porque todos “aparentemente” tiveram as mesmas oportunidades. E tudo isso vai contra a constituição de uma cidadania, de uma sociedade mais humana. O PNE com essas propostas, é nesse exemplo, a escola da sociedade e dos professores.

Pode-se perceber pelas análises dos dois documentos, mesmo em outras questões, que algumas propostas não possuem semelhanças, pelo contrário, são até divergentes, mas em relação a outras, são intimamente afins, sendo que algumas propostas do Parceiros da Educação estão expressas, nitidamente, no PNE.

Desta forma, além do objetivo de comprovar a ideologia da meritocracia sobre a educação e o trabalho docente, acabou evidenciando-se o poder de influência do organismo analisado sobre as metas e estratégias do PNE. Uma dessas semelhanças apresenta critérios de responsabilização que ligadas ao desenvolvimento do processo

meritocrático, perpassa esse caráter, como apontado por Freitas (2012), em que a meritocracia cumpre sua função primária de punição.

Portanto, para se manter essa alienação é preciso, encarregar setores da sociedade, para produzi-la de modo que se distancie a possibilidade do indivíduo perceber a disfunção da sociedade. Visto que, para existir meritocracia é preciso existir responsabilização e, à medida que isso é feito, pode-se também atribuir todas as consequências e culpas, porque a meritocracia é usada para premiar poucos e, em termos gerais, tende mais a punir a maioria devido ao fato de que há um restrito espaço de prestígio e, por isso, se caracteriza mais como um sistema quantitativamente excludente.

A responsabilização se baseia nas avaliações e, conforme Freitas (2011), estas “foram sequestrados pelo mercado e pelo mundo dos negócios e nele, as suas naturais limitações são ignoradas”, assim confirma-se que

[...] os testes associam à sua função de medir, o papel de controle ideológico dos objetivos da educação – mais pelo que excluem do que pelo que incluem – e têm o objetivo de controlar os atores envolvidos no processo educativo. Sem testes, não há responsabilização e meritocracia – teses fundamentais do mercado (Idem, p.10).

Tanto o “Parceiros da Educação” como o PNE, fazem referência à criação da lei da responsabilidade educacional, que como foi explicitado no item anterior desse capítulo, responsabiliza e culpabiliza, exclusivamente, os professores por problemas que não são unicamente da escola. A educação brasileira deve ser avaliada, mas para verificar o que nela precisa melhorar, ajustar, avançar, não para punir.

Criação de uma lei vinculando o repasse de verbas públicas ao cumprimento de metas de aprendizagem dos alunos, à adoção de políticas indutoras e intervenções para a melhoria na qualidade do Ensino Básico pré-determinadas pelo Governo Federal. Além disso, é preciso o estabelecimento de mecanismos de responsabilização pelo não cumprimento de metas e programas, por meio da instituição de um regime de colaboração juridicamente constituído entre os entes federativos (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 19).

20.11) aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais (PNE, 2014).

Essa recomendação evidencia também que algumas metas e estratégias são estabelecidas para que sejam impossíveis de serem efetivadas, para serem utilizadas como argumento para implementar outras mudanças mais drásticas, mas que se coadunam os ideais do mercado capitalista.

Essas propostas são justificas no contexto das novas exigências do capital e deriva, portanto, do interesse, já colocado, de aumentar a produtividade através do aumento do desempenho dos futuros trabalhadores. O trabalho docente, nessas discussões, entra em pauta por ser considerado determinante como consequência da má qualidade do ensino. Além dessas questões, e “além da questão do pagamento por mérito, temos que considerar que os sistemas de responsabilização e meritocracia estão destinados a criar os mecanismos para a privatização do sistema público de educação.” O que Freitas nos ajuda a alertar nas propostas do “Parceiros da Educação” (FREITAS, 2011, p. 25).

O uso de mecanismos meritocráticos desenvolve também uma hierarquia de subordinação, cujo pano de fundo são os “organismos internacionais no gerenciamento do desenvolvimento do capitalismo” (SAVIANI, 2005, p. 20) e na base estão os professores e alunos.

As reformas educacionais estão sendo adequadas de acordo com as novas exigências da produção. Assim, essa reestruturação invade intencionalmente a educação, a escola, e o trabalho docente, pela integração de alguns valores como a meritocracia, responsabilização, competitividade, individualismo, trabalho com valor de troca, etc.

Portanto, se a vinculação da valorização dos professores, a nomeação de diretores das escolas e a transferências de recursos baseado em critérios técnico de mérito e desempenho do PNE 2014 (estratégia 7.36, meta 19 e estratégia 19.1) forem concebidas e efetivadas na lógica da compensação ou da punição, não será possível uma efetiva melhoria da formação e das condições de trabalho dos professores da educação básica. Pelo contrário, a se efetivar a intenção dos reformadores, de importar e adotar modelos cujos estudos já revelaram seu fracasso em outros Países, a tendência é uma maior precarização da formação e das condições de trabalho (FIORESE, 2016, p. 116).

A própria formação docente contempla fortemente essa tendência mercantil em suas propostas presentes no PNE, assim como também anteriormente, o “Parceiros da Educação” o fez. A capacitação então poderia converter-se nesse instrumento de desenvolvimento de uma concepção crítica com a finalidade de romper com essa lógica, uma vez que os municípios possuem, autonomia de propor temas emancipatórios nas formações propostas, organizadas e financiadas por eles, entretanto, também não é o que acontece como será apresentado no próximo capítulo.

3. A MERITOCRACIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS-PR

Este capítulo analisa a formação continuada de professores da rede municipal de Dois Vizinhos-PR entre os anos de 2013 até o mês de fevereiro de 2018. Para a concessão dessa análise, realizou-se um levantamento de todas as formações que ocorreram no período supra citado, através da conferência de certificados emitidos pela Secretaria de Educação do município. A partir dessa identificação os dados foram complementados com registros de anotações¹⁷ realizadas por algumas professoras da rede, assim como, pela consulta nos sites de alguns palestrantes, e também, no *currículo lattes* destes. De posse dos dados empíricos, pretendeu-se analisar quantitativamente e qualitativamente que perspectivas se desenvolveram nessa trajetória, e verificar se há ou não uma tendência de formação na perspectiva meritocrática,

Ao iniciar essa coleta realizou-se, primeiramente, uma visita à Secretaria de Educação para verificar a existência de registros desses dados e se havia o arquivamento dos materiais fornecidos pelos palestrantes, ou alguma outra organização que registrasse o histórico do conteúdo das formações, mas não havia, pois, conforme comunicaram, os palestrantes dificilmente encaminham algum material. Assim, iniciou-se a coleta pelos registros de algumas professoras, apesar de poucas terem essa organização, entretanto o que foi possível reunir já foi suficiente para a realização das análises que constam no presente estudo.

Primeiramente, estruturou-se um quadro de cada ano, ordenado cronologicamente, de todas as formações realizadas. O quadro foi estruturado com as seguintes dados¹⁸: data da formação, nome do ministrante, endereço do *currículo lattes*, titulação acadêmica, título da palestra e carga horária.

Com o quadro concluído sobre todas as formações realizadas buscou-se estabelecer uma classificação. Foi possível identificar quatro categorias de formação,

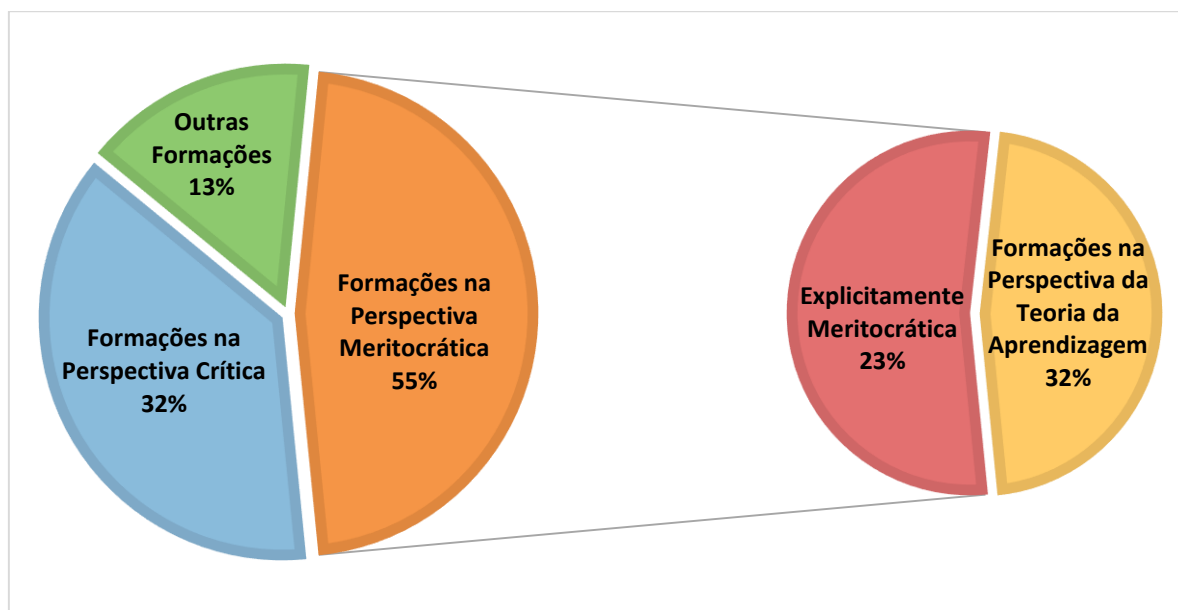
¹⁷ Essas anotações se referem a registros de falas, colocações, sugestões de filmes, livros, etc., expostas pelos palestrantes que algumas professoras realizam quando participam de formações. Das várias professoras que foi entrado em contato, quatro delas têm o hábito de anotar e guardar os registros, que são realizadas em suas agendas, as quais generosamente emprestaram.

¹⁸ Primeiramente definiu-se quais dados seriam necessários para a análise, com isso depois de estruturar o quadro, iniciou-se seu preenchimento, no primeiro momento com as anotações das professoras, com isso, realizou-se uma conferência nos certificados emitidos pela Secretaria de Educação para assegurar que nenhuma formação do período analisado pudesse estar faltando. Para complementar o conteúdo de cada formação e para fazer definir as categorias, foi necessário consultar o site de alguns palestrantes, dos que haviam, assim como, os seus currículos, que possibilitou fazer as classificações dentro de cada categoria determinada.

sendo elas: formação meritocrática, formação na Perspectiva da Teoria da Aprendizagem, formação na Perspectiva Crítica e Outras Formações.

No período determinado pela pesquisa, foram realizadas 38 formações, dentre estas 9 foram, explicitamente, na perspectiva meritocrática, 12 na perspectiva da teoria da aprendizagem, 5 categorizadas como outras formações e 12 na perspectiva crítica, como apresentado no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Classificação da Formação Continuada no município de Dois Vizinhos-PR no período de fevereiro de 2013 a fevereiro de 2018.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora.

O critério de classificação das formações foi estabelecido a partir de palavras-chave, temática ou frases que expressassem determinada concepção de mundo ou teoria educacional. Para a formação meritocrática, as palavras motivação, auto-ajuda, responsabilização, individualismo. Para a formação na perspectiva da teoria da aprendizagem, o critério básico foi a palavra aprendizagem. A denominação teoria da aprendizagem, porque se refere à Pedagogia da Escola Nova e suas variantes: construtivismo, neotecnismo e pedagogia das competências. Entende-se que as formações com base na teoria da aprendizagem também são meritocráticas, pois trata-se de uma teoria liberal de educação. Com relação à denominação “outras formações”, o critério foi a utilização de temas diversos com especificidades pontuais. Por fim, a formação crítica foi definida a partir do critério da relação sociedade e educação.

3.1 Formação Meritocrática

As formações nessa perspectiva correspondem mais que a metade do total, ao considerar as formações explicitamente meritocráticas e as formações na perspectiva da Teoria da Aprendizagem, com isso já se pode dizer que as capacitações oferecidas pelo município seguem fortemente essa tendência, assim como também, não segue apenas essa, o que permite definir, que há um ecletismo.

Além de não se ter definido os pressupostos teóricos e os fundamentos filosóficos da prática, há essa porcentagem preocupante da formação na perspectiva meritocrática, o que além de não emancipar criticamente os professores, reforça ainda mais algumas ideologias, como será apresentado a seguir, estas, extraídas de anotações registradas pelas professoras Chirleane Zílio, Juliana Cristina Ruaro, Juliana Guzzo e Silvana Cristina Perin, que são docentes da rede. Com esses registros evidencia-se a presença da ideologia da meritocracia sendo reforçada na Formação Continuada e consequentemente no trabalho docente, de modo que continue sendo reproduzida como uma visão natural no funcionamento da sociedade.

3.1.1 Formação Meritocrática: Responsabilização da Escola e dos Professores

Nessa categoria¹⁹, foram selecionadas as formações que apresentaram um caráter de motivação, autoajuda, e que responsabiliza o indivíduo pela sua condição social-econômica, e enfatizam ainda o individualismo.

Quadro 2: Formações Meritocráticas

Formação Acadêmica	Título da Formação e Carga horária	Conteúdo da Formação
27/07/2017 - Giomara Lucia Basso e Berenice Silva Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6508810176308133		
Giomara: - Graduação em Ciências Contábeis - Especialização em MBA (<i>Master of Business Administration</i>) em Gestão de Pessoas - Mestrado em Administração de empresas	O Poder da Ação 4 horas	Autoajuda. Palestra autorizada do treinamento "O Poder da Ação" de Paulo Vieira. Centrada nas questões da autorresponsabilidade e procrastinação, enfatizando o poder que cada um tem para conseguir o que se quer, realizando os objetivos e sonhos.

¹⁹ Analisamos o conteúdo das formações na perspectiva meritocrática para evidenciar como se pautam na ideologia da meritocracia, bem como também, por ser o objeto da pesquisa.

Berenice: - Serviço Social		
03/02/2017 - Ir. Lourdes Corona		
	Palestra Motivacional 4 horas	Palestra de motivação. Exposição sobre a Síndrome do pensamento acelerado. O corpo elege alguns órgãos para sintomatizar o “eu doente”. O “eu doente” é a falta de humildade e excesso de orgulho. Sugestão de livro: “Duas vidas, uma escolha”, de Sumaia Cabrera.
29/07/2016 - Reinaldo Ribeiro de Castro Junior Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4108423196642431		
- Graduação em Letras - Especialização em Metodologia do Ensino Superior - Especialização em Língua Portuguesa Metodologia e Técnica de Produção - Mestrado em Ciências Humanas	Charme 4 horas	Aponta o charme como postura, como marca e identidade. Destaca a atenção nos gestos. Ao nos aproximar dos alunos, eles se sentem importantes, como também, utilizar as mãos, pois elas são importantes na comunicação, visto que, por exemplo, quando se está de braços fechados, demonstra-se estar fechado, desinteressado. Ressalta a importância de saber ouvir e ao conversar com os alunos, usar expressão no rosto. <u>Entre ser feliz e ter razão, precisa ser feita a escolha certa, sempre que você quiser ter razão vai dar problema.</u> Competência deve gerar mudança. <u>A escola é feita a partir de nossas ações.</u> É preciso construir o charme. C – Conhecimento H – Harmonização A – Assimilação R – Resiliência M – Método E – Envolvimento <u>O professor precisa aprender a harmonizar-se para mudar o ambiente da sala de aula,</u> precisa procurar transmitir paz e tranquilidade com os educandos, incentivar aspectos de calma e silêncio em sala, orientar a conduta dos alunos de forma compreensiva e harmônica. “Professor sem charme são árvores sem folhas.”
05/02/2015 - Cleiton Basso http://www.cleitonbasso.com.br/		
- Graduação em Marketing - Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional	O Poder do Extraordinário do Propósito 4 horas	Palestra de motivação. O palestrante enfatizou a importância de se fortalecer o relacionamento em sala de aula. Realizou reflexões sobre sua história e momentos vividos por ele, destacando que é possível o ser humano conseguir mais do que acredita ser possível.
29/07/2014 - José Osmar Carolino da Silva Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1601904049921145		
- Graduação em Pedagogia - Especialização em Didática - Especialização em Metodologia do Ensino Superior - Mestrado em Educação	A Elegância Comportamental Escolar 4 horas	O palestrante destacou que <u>quem se prende às tentações dos ninhos nunca aprenderá a voar.</u> É preciso inovar, planejar e agir. Frisou algumas características das pessoas que brilham: Autoimagem, comunicação, objetivos, trabalhar alegre, se aperfeiçoar, constantemente, usar de criatividade e ter positivismo. Atitudes vencedoras: Inicie bem seu dia, <u>não reclame</u> , conviva com pessoas alegres, alimente sua alma, cuide de você, viva alegre, tenha fé em Deus, faça aos outros o que gostaria que fizessem com você, uma vez que, <u>colhemos o que plantamos</u> , tenha honestidade e fale bem das pessoas. A felicidade está na generosidade. É preciso perdoar as falhas alheias. Cuidado com a

		vaidade. Elimine a inveja. Controle a ganância e a avareza. Fale sempre a verdade. Lembre-se que és mortal.
28/07/2014 - Dalmir Sant'Anna		
- Graduação em Comunicação Social, Publicidade e Propaganda - Especialização em Gestão de Pessoas e em Magistério Superior - Mestrado em Administração de Empresas	Comprometimento como um relevante fator de Diferenciação 2h15min.	A palestra procurou provocar reflexões para gerar mudanças na maneira de pensar e agir, objetivando aproximar a informação acadêmica às exigências do competitivo mercado de trabalho.
06/02/2014 - Ivo Carraro		
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2755405166479429		
- Graduação em Psicologia - Graduação em Matemática - Especialização em Psicopedagogia - Especialização em Logoterapia	Educação, cuidado e afeto 2 horas	Exposição sobre a importância do afeto na educação. Assim como se cuida de uma planta para que se torne árvore, o afeto é importante para a formação de adultos. <u>Todos nascemos com potencial</u>. Ditos: “cair a ficha”, “vire o disco”, “pegar linha”. O limite deve vir dos pais. Vídeos: “Crianças veem, crianças fazem”, “Gentileza gera gentileza”. Aprendizagem está relacionada com a mudança de comportamento. <u>Ninguém faz sucesso na vida sem enfrentar desafios</u>. Educar para a liberdade com responsabilidade. Adiar satisfação/tolerar frustração. Há três realidades: vida, outro, você.
06/02/2014 - Balduino Rech		
- Graduação em Relações Públicas - Graduação em Administração de Empresas - Especialização em Comunicação Social	Reinventando Você (Palestra Show) 2 horas	<u>Aborda assuntos ligados à nova postura que o ser humano precisa ter para ser feliz e obter sucesso em todas as dimensões da vida.</u> Fala de adversidades e perspectivas; motivos para acreditar na vida; discernimento das informações da mídia; <u>é preciso reinventar-se para enfrentar os grandes desafios da atualidade; reinventar-se para trabalhar em equipe e alcançar resultados efetivos; a quem culpar pelo seu sucesso ou fracasso? A persistência leva ao impossível.</u> Insanidade é fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes. <u>Como saber se estou motivado e fazendo a coisa certa?</u> Você torna as coisas melhores para as pessoas que precisam de você? Fazendo os outros felizes? É preciso planejar/escrever o seu sonho. Para viver uma era de transição é preciso ter uma mente disciplinada, sintetizadora, criadora, respeitosa e ética. Conhecimento são as informações que o indivíduo possui, já sabedoria é como ele usa esse conhecimento, assim é preciso renovar o conhecimento, ir além do conhecimento exigido. <u>53% das famílias gastam mais do que ganham e 25 mil pessoas estão com o nome sujo. O importante não é quanto você ganha, mas quanto gasta. O que faz as pessoas darem o melhor de si é a motivação, e para isso deve-se evitar o não, pois esse desmotiva, é preciso elogiar mais, e criticar menos. Entusiastas e motivados ficam menos doentes.</u>
25/07/2013 - Roselei Luiz Angst		
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6933318680411230		

- Graduação em Administração - Especialização em Desenvolvimento Gerencial	A Alegria de Viver e a Alegria de Ensinar 4 horas	Apresentação de história de pessoas otimistas. “A vida é de quem se atreve”. Se queremos ir dormir tristes, basta pensar coisas tristes, falar ou assistir coisas tristes, mas se queremos viver felizes, devemos pensar coisas alegres, falar e assistir coisas alegres. Pra fazer a vida valer a pena é preciso ter coragem. Por medo deixamos de aproveitar muitas coisas na vida, tantas oportunidades que passam, por medo de errar por não dar certo, deixamos elas passarem, podemos ter vários medos, mas não de encerrar a vida de frente. O maior naufrágio é do navio que não saiu do porto.
---	--	---

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos certificados emitidos pela secretaria de educação da rede municipal de Dois Vizinhos, anotações de professoras que a compõem, bem como, por informações do site de alguns palestrantes e currículo lattes dos mesmos.

A forma de manter o sistema econômico atual, é lamentar suas consequências, responsabilizando quem sofre com seus reflexos, mas sem ir além de mudanças que poderão acabar com tal situação. Como apresentado no capítulo anterior, a ONG Parceiros da Educação procura fazer isso, aparentemente, se sensibiliza com a causa da educação, aponta os problemas, julga os seus “culpados”, e se passa por caridosa, mas sua premissa não é superar o sistema que causa esses problemas, mas sim de manutenção dessa política. A citação a seguir transcrita, foi retirada do documento analisado no capítulo anterior da ONG Parceiros da Educação, em que se retrata esse processo:

Há um consenso em afirmar que a qualificação dos professores é o fator que mais influencia na capacidade dos alunos de aprenderem. Educar depende, em altíssimo grau, do comprometimento, da competência e da dedicação dos recursos humanos envolvidos. O principal desses recursos humanos é o professor (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 5). [grifos do autor]

Sem tirar a importância do papel desse profissional para a sociedade, escola e professores não podem sozinhos serem responsabilizados pelas condições da educação e, por conseguinte, do nosso país, pois eles também são um reflexo das relações do contexto em que vivem.

A capacitação nesse processo é apontada como determinante, mas no sentido que na conjuntura atual, venha a se apoiar em questões singulares da educação (não que não sejam importantes), mas que não possibilitam ir além na superação das relações de poder, com isso, procuram estabelecer uma fragmentação, no sentido de dar ênfase às necessidades de cada uma das muitas questões que envolvem a educação, desfocando da questão maior que afeta todas as questões e grupos, independe de suas lutas e identidades, desintegrando da ideia do que realmente os oprime, havendo ainda, a responsabilização

dos professores, ao apontar no documento que estes não têm comprometimento, competência e dedicação.

Esses apontamentos passam a ser internalizados na medida que são reforçados também na capacitação, como na colocação do palestrante Reinaldo Ribeiro de Castro Junior: “A escola é feita a partir de nossas ações”, (ações dos professores, que com isso se compreende que se a escola não vai bem, a culpa é dos profissionais que atuam nela) mesmo que as salas de aula estejam super lotadas, que os alunos sejam de contextos desfavorecidos e isso comprometa o desenvolvimento intelectual e cultural dos mesmos, mesmo que as condições estruturais da instituição estejam precarizadas, entre muitos outros fatores externos, que não deixam de ser consequências do sistema capitalista que tem a escola como um instrumento de formação da classe trabalhadora e como instrumento de hegemonia de seus ideais. Embora que também há os fatores internos, como a precária formação dos professores, o déficit cultural destes, a desmotivação profissional, dentre outros, que interferem, mas que também não deixam de ser consequências do sistema.

É o que Barbosa (2003), ao sintetizar a concepção de desempenho, pontua: “[...] no Brasil, desempenho não se avalia, se justifica (p.70).” Com isso pode-se compreender que os resultados da escola se justificam como reflexo da realidade das condições, no sentido positivo e negativo. Não se pode avaliar o desempenho da escola sem realizar essa contextualização, pois assim se está responsabilizando a escola e professores de forma isolada.

No ano de 2017, na formação que ocorreu dia 27 de julho, envolvendo todos os profissionais da educação, expressamente, veiculou-se a ideologia da meritocracia. A palestra “O poder da ação”, ministrada pelas palestrantes Giomara Lucia Basso e Maria Berenice Silva, foi promovida pela Secretaria Municipal de Educação com uma parceria financeira do Sindicato dos Professores Municipais das cidades de Dois Vizinhos, Cruzeiro do Iguaçu e Verê que contrataram a empresa BSC (*Balanced Scorecard*) Centro Integrado de Coaching especializado em Programação Neurolinguística (PNL), de Aracaju (SE).

A palestrante Giomara, é graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Unisep, da cidade de Dois Vizinhos-PR, possui especialização em MBA em Gestão de Pessoas, e especialização em andamento em MBA em Liderança e Coaching, como também é mestre em Administração de empresas. Conforme seu currículo lattes atualmente é professora da Faculdade Amadeus, no curso de pós-graduação de Gestão Educacional e Coordenação Pedagógica, em que ministra as disciplinas "Coaching e Autoconhecimento" no MBA de

Gestão de Pessoas e "Relações Interpessoais e Liderança", e também na Faculdade São Luis de França, em que ministra a disciplina "Gestão de Pessoas e Desenvolvimento de Equipes", além de ser sócia diretora da empresa de "Coaching Integral Sistêmico, Programação Neolinguística, desenvolvimento humano, treinamento de lideranças, terapias holísticas e vibracionais". A Palestrante Maria Berenice Silva é graduada em Serviço Social, e ambas são ministrantes autorizadas Febracis do treinamento "O Poder da Ação" de Paulo Vieira.

O investimento para a referida palestra foi no valor de R\$8.000,00 para ministrar 4 horas, no período da manhã, para todos os profissionais da educação, aproximadamente 600 pessoas, e mais, aproximadamente, 1 hora no período da tarde para um grupo menor, constituído por professores de Arte, Literatura, Educação Física e Psicomotricidade, além de alguns diretores e equipe da Secretaria da Educação.

No período da manhã, a palestra centrou-se na questão da autorresponsabilidade e, no período da tarde, sobre procrastinação. Houve um momento em que os presentes tinham que ficar em pé, e em voz alta, todos juntos, com a mão direita levantada, faziam como menção a um juramento e pronunciaram as seguintes palavras:

Eu sou o único responsável pela vida que tenho levado. Eu estou onde me coloquei. A vida que tenho levado é absolutamente mérito meu, seja pelas minhas ações conscientes ou inconscientes, pela qualidade de meus pensamentos, meus comportamentos e minhas palavras. Por mais doloroso que seja, fui eu quem levei minha vida ao ponto em que está hoje. Sendo assim, só eu poderei mudar as circunstâncias. Autorresponsabilidade é a crença de que eu sou o único responsável pela vida que tenho levado; sendo assim sou o único que posso mudá-la (BSC, 2017, p. 2).

Para completar, ao terminar de proferir tais palavras, os participantes deveriam assinar abaixo dessa espécie de juramento²⁰, como uma forma de contrato e pedir aos colegas que fizessem o mesmo em seu material, como se fossem testemunhas. Pode-se perceber, nitidamente, como a meritocracia é naturalizada, remetendo-nos a olhar para os problemas do indivíduo e não da sociedade, mas devido ao fato de que os indivíduos se constituem socialmente, a responsabilidade é ainda maior para a sociedade.

Foi muito enfatizado que todos devem traçar metas para realizar seus sonhos, entretanto os sonhos usados como exemplos de objetivos para serem traçados e alcançados, foram todos materiais, ou seja, sonhos criados pelo consumismo. O foco para conquistar esses "sonhos" requer que se deixe de fazer o que se gosta, como colocado na

²⁰ No anexo 1, encontra-se disponível um dos materiais utilizados na formação, o qual foi disponibilizado aos presentes.

palestra, “às vezes é preciso abrir mão de algumas coisas para podermos alcançar nossos sonhos”, a ponto de que sempre há um sonho a ser alcançado, e quando concretizado, novos sonhos surgirão, ainda mais com tanta inovação apresentada pelo mercado. Diante do exposto percebe-se que o objetivo é fazer com que os indivíduos estejam sempre consumindo, mesmo que sejam produtos não essenciais para sua vida, e com pouca qualidade. O que se deseja, é fazer com que as pessoas consigam realizar tais sonhos, se sintam parte integrante de uma classe social econômica superior àquela que realmente pertencem.

Ao término da palestra, foi entregue uma folha para que todos os participantes fizessem sua avaliação sobre a palestra e entregassem-na para algum profissional da Secretaria de Educação. Na semana foi solicitado pela pesquisadora o resultado dessa avaliação, uma vez que a curiosidade foi grande para saber de que forma os professores iriam avaliar aquela “formação”, mas segundo a equipe da Secretaria de Educação do município ainda não havia sido apurado o resultado, entretanto assim que tivessem essa informação encaminhariam, mas até o momento não houve esse retorno.

Percebe-se que muitos professores gostam das “formações” de autoajuda/motivação, e isso pode ser entendido, porque eles também não tiveram a oportunidade e possibilidade de superar essa visão que não lhes permite ver a alienação ali proferida, que também é, formada, produzida e reproduzida pelos meios de comunicação, pela família, pela Igreja, pela Escola, dentre outros, alguns de forma intencional, outros, ingenuamente, mas nenhuma das formas deixa de ter seu teor de alienação. A fala das palestrantes, representa essa extensão, ou seja, a reprodução da ideologia da responsabilização, que coloca toda a responsabilidade nos indivíduos. Dessa forma, se deixa de olhar para os problemas da sociedade e do sistema, e se passa a apontar exclusivamente para o indivíduo como responsável pelos problemas sociais, numa sociedade em que não há espaço para todos.

A responsabilidade que o sujeito possui para ter uma vida digna, para vencer, conquistar seus “sonhos” requer uma certa disputa com o outro, ou seja, uma competição. Se uma formação estimula tais valores, certamente, acompanha uma visão empresarial para a educação e não promoverá uma educação emancipatória, pois dessa forma, andará na contramão de mudanças esperadas para a sociedade, e o professor que é um formador de opinião, continuará a alienar mais e deixará de contribuir por uma educação contra hegemônica.

O professor, ao participar de uma formação, não a busca apenas profissionalmente, mas também incorpora questões para sua vida pessoal, e essa bagagem

que o constituirá como ser humano. Embora as formações sejam destinadas aos professores, as passagens que serão a seguir apresentadas, possuem esse caráter em atribuem toda a responsabilidade para os indivíduos em geral.

Ao falar de indivíduo e meritocracia, não tem como não falar sobre liberdade, que é a raiz do termo liberalismo e que fundamenta sua ideologia. Nessa “liberdade” o indivíduo precisa fazer algumas escolhas, por exemplo, como na fala do palestrante Reinaldo Ribeiro de Castro Junior: “Entre ser feliz e ter razão, precisa ser feita a escolha certa, sempre que você quiser ter razão vai dar problema”. Portanto, conforme essa ideia, o problema não está nas coisas erradas, o problema está no indivíduo que reclama, pois, se escolhe não reclamar, conseqüentemente, escolhe ser feliz. Mesmo que as injustiças continuem acontecendo, para ser feliz, nessa visão, tem que se optar pela passividade, pelo despolitizamento, remetendo que a felicidade pode ser comprometida, caso o indivíduo escolha ter razão. Desta forma, é uma escolha pessoal.

Da mesma forma, essa ideologia é compactuada por José Osmar Carolino da Silva, ao expor que “colhemos o que plantamos”, o que este palestrante pretende evidenciar com isso? Ora, que os resultados obtidos são conseqüências das decisões que são tomadas, mas não acentua que elas estão pautadas nas opções que cada um tem, dentro do contexto em que vive. As opções para os indivíduos são diferentes, e elas estão limitadas ao contexto, mas mesmo os indivíduos vivendo em contextos totalmente diferentes serão responsabilizados como se vivessem todos no mesmo patamar econômico, social, cultural, etc.

[...] Como os indivíduos nascem em posições sociais distintas, eles desenvolvem habilidades desiguais. Elas não são naturais, no sentido de inatas. Portanto, os resultados positivos e negativos advindos das habilidades e talentos de cada um não são de responsabilidade do indivíduo, e sim de todo o corpo social (BARBOSA, 2012, p. 66).

Como apontado por Barbosa, as diferenças sociais influenciam nas habilidades que cada um irá desenvolver, o que se opõe à crença de Ivo Carraro, quando afirma: “Todos nascemos com potencial”, então, quem fracassa e não consegue uma ascensão, é por que não descobriu esse potencial? Para se descobrir esse potencial, mesmo que, nasça com o indivíduo, é preciso atender algumas necessidades, estas sim, naturais do ser humano, considerando-se que

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação e algumas coisas mais. O primeiro ato

histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação dessas necessidades. [...] O segundo ponto é que, satisfeita essa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e esta produção de novas necessidades é o primeiro ato histórico (MARX & ENGELS, 1996, pp. 39-40).

As necessidades básicas, como condição para viver, para muitos brasileiros desde que nascem é um desafio porque se encontram em situação de desigual. Com isso, é preciso admitir em concordância com a opinião do palestrante quando afirma: “Ninguém faz sucesso na vida sem enfrentar desafios”, sabe-se que todos, independente das condições, precisam enfrentar desafios, mas para alguns não são tão árduos como para outros, e ainda, o “sucesso” para estes, chega mais rápido, e para os outros, mesmo que enfrentem milhares de desafios, o “sucesso”, muitas vezes, nem se compara com o “sucesso” daqueles que não tiveram tantos desafios assim.

Ao falar em desafio, destaca-se a ideia defendida pelo palestrante Balduino Rech, ao afirmar que “é preciso reinventar-se para enfrentar os grandes desafios da atualidade; reinventar-se para trabalhar em equipe e alcançar resultados efetivos”. Esses “grandes desafios da atualidade” não deixam de ser as novas demandas da era neoliberal, como apresentado no segundo capítulo, em que o indivíduo precisa, nessa de “reinventar-se”, ter algumas competências para disputar com o outro, uma vez que já não há espaços para todos. O palestrante, remete a importância de reinventar-se “para trabalhar em equipe e alcançar resultados efetivos” (trabalhar em equipe é uma das novas competências exigidas no mercado de trabalho nessa fase do capitalismo), esses resultados efetivos, vão favorecer os donos dos meios de produção, pode-se dizer, como é voz corrente, que o sucesso da empresa vai garantir o seu emprego e com isso suas condições de sobrevivência, entretanto, em tempos de desemprego estrutural, o trabalhador necessita, sob qualquer condição, apresentar resultados, pois a fila para ocupar sua vaga de trabalho é grande.

Como essa palestra foi destinada para professores, profissão que não é diretamente como às exercidas nas empresas, ela também faz sentido, pois os professores, com tantas dificuldades advindas dos problemas da sociedade, em suas atuações, se esforçam nesse processo de reinventar-se, como uma forma corajosa de enfrentar as mudanças que se espera, pois é necessário trabalhar em conjunto, mas não se pode esperar uma transformação promovida, exclusivamente pela escola, uma vez que, quando se menciona trabalho conjunto, este deve ir além do espaço escolar.

Essa última análise refere-se à palestra “Reinventando Você”, ministrada por Balduino Rech, graduado em Relações Públicas e em Administração de Empresas. Apesar de realizar esse trabalho com professores, explicitamente, o seu foco de atuação são as empresas, assim ele faz um esforço para trazer esse ideal do mercado para a educação, porém isso é fortemente antagônico, considerando a relação das perspectivas de mudanças almejadas e que estas produzam os efeitos esperados, no sentido de superar os problemas que o sistema econômico desenvolve.

O mesmo palestrante, afirma ainda que: “53% das famílias gastam mais do que ganham e 25 mil pessoas estão com o “nome sujo”. O importante não é quanto você ganha, mas quanto gasta”. Muitas gastam mais do que ganham, entretanto essas despesas nem sempre representam coisas de que não precisariam, mas, pelo contrário, o que ganham não é suficiente nem para atender suas necessidades básicas²¹, e outros, gastam mais ao consumir o que os faz ter a sensação de pertencer a uma classe social superior economicamente, uma vez que a produção determina o consumo, e não ao contrário. O problema nessa visão disseminada, não é a má distribuição de renda e riqueza, mas o indivíduo que não economiza, assim, ser rico, parece ser uma questão de escolha, embora que alguns indivíduos já nascem sem precisar escolher por isso.

As características dessas “formações” são compatíveis com as características da “Pedagogia da Hegemonia”, como apresentado por Sanfelice (2010) ao destacar que esta concepção tem alguns objetivos práticos, um deles é: “Induzir à percepção de que suas qualidades são geradas pela capacidade suprema de se autogovernar e de que é possível defini-las independente das condições concretas que nos envolvam. Uma literatura de auto-ajuda que confirma o individualismo” (p.115).

Ao não considerar as condições concretas, essa pedagogia acredita que todos têm a capacidade de se autogovernarem, o que é coerente com a colocação de Balduino Rech: “O que faz as pessoas darem o melhor de si é a motivação, e para isso deve-se evitar o não, pois esse desmotiva, é preciso elogiar mais e criticar menos. Entusiastas e motivados ficam menos doentes”. O objetivo de “motivar” as pessoas nessa visão mercantil não é apenas fazer com que elas se sintam melhores, mas, principalmente, que nessa condição elas possam dar o melhor de si e com isso aumentar sua eficiência que leva à obtenção de bons resultados para seus empregadores. Evidentemente que a motivação é importante para a qualidade de vida, mas essa não deve ser algo que dependa apenas do indivíduo,

²¹ Segundo dados do IBGE (2017) 50% dos trabalhadores brasileiros recebem por mês, em média, 15% menos que o salário mínimo.

como uma escolha, ela deve partir de condições adequadas de trabalho e valorização do trabalhador com um salário que corresponda ao que foi por ele produzido.

Ao consultar o site de alguns palestrantes, deparou-se com uma lista de palestras para serem contratadas, assim como um site de compras, em que o comprador acessa e escolhe um produto com suas descrições e, nessa lista, encontram-se algumas palestras, como esta, que foi oferecida pelo município dentro dessa categoria.

No convívio com os professores, ao longo desse período no magistério municipal, observou-se e é importante destacar, que eles já aguardam por essas “formações” nas semanas pedagógicas realizadas todos os anos. É algo que faz parte da organização desses momentos, por isso oferecidas, normalmente, nos últimos dias de formação para “motivar” os profissionais que atuam na educação à retornarem animados para as salas de aula. Esses momentos são esperados por muitos professores, que gostam de receber esse tipo de conteúdo, entretanto isso não justifica a realização dessas formações, uma vez que nem sempre o interessante é o mais importante e necessário. Muitas dessas palestras têm todo um conjunto de elementos divertidos, com animações, músicas, algumas até consideradas show, mas infelizmente, sem conteúdo científico, sem criticidade, vazias e além disso, com conteúdo hegemônico.

Com essas análises pode-se perceber como a famosa frase de Margaret Thatcher (1987): “Não existe essa coisa de sociedade, o que há e sempre haverá são indivíduos”. Portanto, ela apresenta total coerência com a ideologia da meritocracia, uma vez que esta representa o extrato da filosofia da política neoliberal e, como tal, coloca em contradição a própria condição dos trabalhadores, na medida que estes não reconhecem seus opressores e ainda tornam-se passivos ao acreditar que a sua condição é uma consequência de suas escolhas, quando as opções são absurdamente desiguais entre os indivíduos.

3.2 Formação na Perspectiva da Teoria da Aprendizagem

A perspectiva da teoria da aprendizagem como apresentado na introdução desse capítulo, em termos de teoria, pertence à teoria liberal da educação, uma vez que seus pressupostos estão baseados na Pedagogia da Escola Nova e das concepções que derivam dela, como o construtivismo, neotecnicismo e a pedagogia das competências. Segundo Saviani (1987), a Pedagogia da Escola Nova situa-se no âmbito das teorias não-críticas. Esta teoria concebe a “marginalidade” com “um fenômeno acidental que afeta

individualmente a um número maior ou menor de seus membros” (p. 8), que constitui um desvio que pode ser corrigido. É liberal porque concebe a educação como autônoma e redentora da sociedade. “Constitui, pois, uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social” (p. 8).

Sendo assim, entende-se que a teoria da aprendizagem tem uma especificidade, razão pela qual não se enquadra diretamente na meritocracia. A especificidade estaria na ênfase do método do aprender a aprender. Optou-se, portanto, em analisá-la separadamente, mesmo sendo da perspectiva meritocrática, por não deixar tão evidente a reprodução dessa ideologia, mas que o conteúdo de sua teoria é fortemente meritocrático.

Algumas informações não foram localizadas, como o conteúdo da palestra “Oralidade na Ed. Infantil e Anos Iniciais - Literatura literária, promoção e Formação de Mediadores” de Cléo Busatto e também, da palestra “Alfabetização e Letramento” de Viviane do Rocio Barbosa.

Quadro 3: Formações na Perspectiva da Teoria da Aprendizagem

Formação Acadêmica	Título da Formação e Carga horária	Conteúdo da Formação
09/02/2018 - Douglas Roberto Borella Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1797219491713504		
- Graduação em Educação Física - Especialização em Psicopedagogia - Especialização em Educação Especial - Mestrado em Educação Especial - Doutorado em Educação Especial	Contribuições da Neurodidática na compreensão da ensinagem e da aprendizagem 8 horas	Exposição sobre o funcionamento neurológico para compressão sobre o processo de ensino-aprendizagem e para a compressão do funcionamento do sistema neurológico na vida pessoal e profissional, de modo que possa estar mais concentrado e focado no momento presente.
29/06/2016 - Marcos Meier Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9763485911960653		
- Graduação em Licenciatura plena em Matemática - Graduação em Bacharelado em Psicologia - Especialização em Educação Matemática - Mestrado em Educação	A Comunicação na docência: influência das concepções de criança e educação no ato de educar 4 horas	Enfatiza que um professor consciente do seu potencial de comunicação é mais eficaz no seu trabalho. <u>Um dos principais fatores responsáveis pela mudança na forma de ensinar não é o material didático, a forma de avaliar, o número de alunos por turma, nem a concepção de educação declarada pela escola, mas as crenças do professor a respeito do que é uma criança e do que é aprender.</u> É a interação que promove o desenvolvimento, mas não qualquer interação, é a mediação que promove o desenvolvimento, assim, é preciso criar vínculos. <u>Não importa a estrutura, mas como está acontecendo a educação.</u> Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, art. 1.634 – compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores: VII – exigir que lhes prestem obediência,

		respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. “O verdadeiro mestre é aquele que torna-se inútil” (provérbio chinês)
06/02/2015 - Cléo Busatto https://docs.wixstatic.com/ugd/400517_a224f726c93f40519a87613c0f636726.pdf		
- Mestrado em Teoria Literária	Oralidade na Ed. Infantil e Anos Iniciais. Literatura literária, promoção e Formação de Mediadores 4 horas	
04/02/2015 - Cléo Busatto https://docs.wixstatic.com/ugd/400517_a224f726c93f40519a87613c0f636726.pdf		
- Mestrado em Teoria Literária	Literatura Infantil 4 horas	Palestra realizada para os professores da Educação Infantil. Realizou reflexões sobre a função do professor no mundo, na formação de pessoas, pensando naquilo que gostamos, no que nos anima, nos faz bem. Acentua a importância de se trabalhar com significados, uma vez que, nada melhor do que ensinar ao outro aquilo que você é. Apresentou o processo de desenvolvimento cognitivo, mas que as condições reais nos fazem perder o sentido das coisas, por exemplo a criança que assiste muita televisão está sendo deseducada - cérebro esponja (só absorve o que vê, não aprende a criar. Enfatizou que ao se trabalhar com o processo de leitura, deve-se considerar que as crianças tem ritmos, tempos e interesses diferentes, que é importante, estruturar o pensamento através das múltiplas linguagens, quanto menor a criança, maior o papel. Fez algumas ressalvas, destacando que: o professor é o tradutor da criança pequena, que é preciso aproximar a criança do texto escrito, criando um ambiente alfabetizador. Ao trabalhar com texto literário, o professor estará estimulando a imaginação, e nesse processo o professor deve apresentar à criança os personagens, o livro, assim como também deve trabalhar com representações do real, como por exemplo, com brincadeiras de faz-de-conta, em que a criança vive a história sem correr os riscos, ela elabora o medo, a dor, tristeza.
29/07/2014 - Geraldo Peçanha de Almeida Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3273640439804753		
- Graduação em Pedagogia - Mestrado em Letras - Doutorado em Letras/Literatura	O Professor Inesquecível 3h30min.	Trabalhou com questões para a compreensão do desenvolvimento neurológico e a importância do afeto aliado a este. Criança com dificuldade acentuada de leitura e escrita deve ser trabalhado o método fonético. Criança com TDHA, quando se tira o campo visual ela continua ouvindo o professor e mantém a vigília, o foco. Um dos objetivos da Educação Infantil é a construção da autonomia. Os materiais na Educação Infantil são de uso coletivo. Educação deve estar baseada no cuidado, no amparo e afeto. O professor inesquecível é aquele que entende, que sabe o

		momento que seu aluno precisa de amparo. Frase: “A emoção antecipa a linguagem” (Wallon). Os novos saberes da escola no século XXI: saber técnico, saber pedagógico, e saber emocional. O desenho é capaz de dar elasticidade à memória a longo prazo. Três sentimentos que impedem a aprendizagem (Wallon): Medo: diante do medo o indivíduo precisa bombardear o cérebro de adrenalina e não produz serotonina, assim, não aprende. Cólera (ódio, raiva): Adrenalina no cérebro. Euforia: Adrenalina no cérebro. Falou sobre o trabalho com a Sequência Didática.
28/07/2014 - Luiz Antonio Correa Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4926972044747296		
- Graduação em Pedagogia - Graduação em Psicologia - Especialização em Metodologia e Administração do Ensino Superior - Doutorado em Psicologia	Neurociência Aplicada à Educação 1h30min.	Destacou a importância de entender o cérebro da criança. A preocupação da educação é essencial a intelectualidade e à inteligência. <u>Comportamento como fator de determinação</u>. Frase: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.” (Paulo Freire). Discutiu questões sobre a saúde mental do professor. As pessoas têm visões diferentes, os alunos têm desenvolvimentos diferentes, e quando o professor compreende isso, sofre menos.
28/07/2014 - Júlio César Furtado dos Santos Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3374466203338082		
- Graduação em Geografia - Graduação em Psicologia - Especialização em Gestão da Qualidade em Educação - Mestrado em Educação - Doutorado em Ciências da Educação	Professando o quê, Professor?! 1h30min.	O professor antigamente professava o conteúdo e para isso bastava saber muito, o que o professor falava era a verdade, essa verdade com o tempo foi colocada em dúvida e o professor precisou se reconstruir, se reinventar, e para isso precisa estar num processo de permanente aprendizagem, uma vez que não há mais verdades professáveis. <u>A escola é o útero da sociedade</u>. Ser professor atualmente é comprometer-se com a auto superação. Desenvolvimento de competências ao invés de conteúdos. Para a sociedade de um bom professor se espera habilidades pessoais e sociais que não estão nos currículos dos cursos de formação de professores. Os professores constroem pessoas. É preciso que estejam em sintonia com seus sentimentos e valores para a realização do processo educativo, e para isso é preciso se conhecer por inteiro. A maneira de ser educa eficazmente.
28/07/2014 - Júlio César Furtado dos Santos Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3374466203338082		
- Graduação em Geografia - Graduação em Psicologia - Especialização em Gestão da Qualidade em Educação - Mestrado em Educação - Doutorado em Ciências da Educação	Afinal, quem manda aqui?! – Poder e Liderança na sala de aula 1h45min.	Uma das maiores causas das dificuldades de ensinar hoje é a perda do poder do professor na sala de aula. O poder é uma capacidade de produzir determinados efeitos, mas que efeitos queremos produzir? Obediência? (determinar, cobrar e punir). Participação? (relação democrática). Postura crítica? (relação horizontal). <u>Professor – responsável pelos resultados</u> – deve ser o gestor da sala de aula. Tipos de poder (Galbraith): Condigno: possibilidade de punição – obedece-se alguém que pode nos punir; Compensatório: ganha força com o modo de produção capitalista – trocas; Condicionado: intervenção da crença do outro

		(mídia, religiões). Liderança = forma de exercer o poder. Elementos essenciais da liderança: influência, comunicação e objetivo. Liderança é a capacidade de influenciar pessoas por meio da comunicação, canalizando seus esforços para a consecução de um objetivo.
06/02/2014 - Albino Timóteo Biluczyk		
- Graduação em Psicologia - Graduação em Filosofia - Graduação em Teologia - Especialização em Regressão de Memória - Consciente Positiva	Como evitar o Bullying no Ambiente Escolar 2 horas	Utiliza músicas e melodias nas palestras, trabalhando com composições próprias é “palestra show”. <u>Professores precisam ser felizes e competentes, educar com amor.</u> Quem se ama e se perdoa não pratica bullying. O Brasil é campeão mundial em homicídio. Quarenta e quatro mil pessoas morrem anualmente, por que somos um país tão violento? “Aos pais, a disciplina dos filhos. Aos professores, o conhecimento e os conteúdos”. (Paulo Freire)
05/02/2014 - Vivian Lucia Schmidlin Gatz		
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1270584667289137		
- Graduação em Psicologia - Especialização em Clínica Psicopedagógica - Especialização em Sociopsicomotricidade - Raimon-Thiers - Especialização em Neuropsicologia	Distúrbios e Dificuldades de aprendizagem 8 horas	Exposição sobre os distúrbios e dificuldades na aprendizagem. A aprendizagem é gradual, aprende-se aos poucos, é um processo constante, contínuo e cumulativo. Cada um tem um ritmo próprio, constitui a individualidade. Condições para a aprendizagem: Saúde física e mental; Motivação é a mola propulsora; Prévio domínio, soma de experiências, conhecimentos, noções e habilidades que vivenciam em casa. “O ideal da educação não é aprender o máximo, é maximizar os resultados, mas antes de tudo, aprender a aprender, é aprender a se desenvolver, é aprender a continuar a se desenvolver depois da escola” (Piaget, 1973, p.32). A inteligência é a capacidade para resolver problemas, já a cognição é a capacidade para aprender. Se o aluno tem boa memória visual e auditiva, ele vai bem na escola. Só há distúrbio quando todos os órgãos sensoriais estão perfeitos. Exposição das características da dislexia, disgrafia, discalculia, e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade.
25/07/2013 - Viviane do Rocio Barbosa		
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2689395601857760		
- Graduação em Pedagogia - Mestrado em Educação - Doutorado em Educação	Alfabetização e Letramento 4 horas	
01/02/2013 - Jorge Antonio Trevisol		
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9596106105373690		
- Graduação em Teologia - Graduação em Psicologia - Mestrado em Psicologia - Mestrado em Teologia - Doutorado em Educação	Educação, Um Caminho a partir da Interioridade Humana 4 horas	Abordou a questão em torno da humanização, em que a educação contemplar as dimensões éticas e estéticas, não apenas a formação técnico-científica. Defende que a ética e os valores humanos são indispensáveis em todas as áreas de atuação. <u>O mundo não está dividido entre ricos e pobres, mas entre distraídos e atentos.</u> É difícil encontrar pessoas presentes onde elas estão. Muitas pessoas falam bem, mas estão vazias. O bom Pastor é aquele que tendo 100 ovelhas e perdendo uma, deixa as 99 e vai à procura da ovelha perdida. Terapia é a arte de reconstituir a alma. Só quem é livre ensina com amor. Olhares

		de amor nos fazem crescer, olhares são motivações. Se a pessoa é amorosa ela encontra situações de amorosidade. Diga-me o que tens ao lado e eu direi o que tem dentro. Ninguém pode cuidar do outro se nunca foi cuidado. O corpo é a expressão da alma. Se a alma é dura, o corpo é enrijecido. Quando eu sei quem sou, não tenho medo que me enxergam. Pessoas queridas, são pessoas com alma desarmada. Quando você não sente a potência da sua alma, você se sente um verme perante os outros. Hoje você cansa disso, amanhã você adoece por causa disso. Tudo tem que valer a pena, se não, vai dar pena. Os seus pais não irão mudar, por isso, mude você. <u>Que nunca vos falte nada. É preciso passar pelo deserto para que se encontre o que tem depois dele.</u>
--	--	--

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos certificados emitidos pela secretaria de educação da rede municipal de Dois Vizinhos-PR, anotações de professoras que a compõem, bem como, por informações do site de alguns palestrantes e currículo lattes dos mesmos.

Mas por que a Pedagogia da Escola Nova e suas variantes são consideradas perspectivas meritocráticas, e como tal, da teoria liberal da educação? Assim como a escola, as teorias pedagógicas também não estão “soltas”, são determinadas por interesses em diferentes contextos da história e, nesse contexto atual, podem ser resumidas a partir da nomenclatura apresentada por Sanfelice (2010) como “Pedagogia da Hegemonia”, em que possuem a função de conservação da sociedade burguesa.

A pedagogia da hegemonia incentiva as soluções individuais. Para a obtenção do consenso estimula a democracia representativa e investe em um modelo novo de cidadania nos moldes da ordem estabelecida o quê acontece de forma mais intensa e menos perceptiva. A pedagogia da hegemonia afasta as relações sociais do eixo capital-trabalho e que é a origem fundamental da exploração, para estimular os movimentos que não focam esta exploração. Por exemplo: os movimentos de defesa das mulheres, das raças, das crianças, dos homossexuais e do meio ambiente. Isso está sendo mundialmente incentivado e desfoca todas as relações e análises da tensão capital/trabalho. Esta pedagogia faz de conta que o capital está preocupado com as relações de raça, de gênero e escamoteia que o capital visa explorar o trabalho, o trabalhador, não importando se é branco, negro, índio ou mulher. *Escamoteia que o central é a exploração do trabalho.* Para o capital, o trabalhador não tem sexo, raça, gênero: ele é somente produtor de mais valia. Hoje, o imaginário social está desconectado desse eixo (SANFELICE, 2010, p.114). [grifos dos autor]

Essa pedagogia tira o foco das relações de poder, da exploração do trabalho, do desemprego estrutural e as transfere para o indivíduo, pois com o modelo Toyotista na produção, apresentado no primeiro capítulo, em que exige-se trabalhadores polivalentes, também “[...] requer trabalhadores que, em lugar de estabilidade no emprego, disputem

diariamente cada posição conquistada, vestindo a camisa da empresa e elevando constantemente sua produtividade” (SAVIANI, 2010, p. 429). Com isso, conservam-se as mesmas relações de poder em uma condição chamada de pós-moderno, na era neoliberal do capitalismo.

O novo lema é “aprender a aprender”, que deriva das ideias da escola nova,

[...] deslocando o eixo do processo educativo do aspecto lógico para o psicológico; dos conteúdos para os métodos; do professor para o aluno; do esforço para o interesse; da disciplina para a espontaneidade, configurou-se uma teoria pedagógica em que o mais importante não é ensinar e nem mesmo aprender algo, isto é, assimilar determinados conhecimentos. O importante é aprender a aprender, isto é, aprender a estudar, a buscar conhecimentos, a lidar com situações novas [...] (SAVIANI, 2010, p. 431).

Isso significa que o indivíduo deve agir com autonomia para buscar conhecimentos, que vai depender unicamente dele, a obtenção de resultados tanto positivos, quanto negativos, pois, conforme apresentado pelo mesmo autor, Piaget “[...] desenvolve uma teoria do conhecimento cuja ideia central é a ação como ponto de partida do conhecimento [...]” (p.434). Esse entendimento vai dar sustentação ao construtivismo, que

[...] desde sua fonte original e matriz teórica identificadas com a obra de Piaget, mantém forte afinidade com o escolanovismo. Podemos, mesmo, considerar que se encontra aí a teoria que veio dar base científica para o lema pedagógico “aprender a aprender” [...] (SAVIANI, 2010, p. 434).

Essas características exigem que o indivíduo seja flexível, e também, provido pelo princípio liberal, na sustentação da defesa das liberdades individuais e respeito às diferenças. Individualista, no sentido de que ao se adequar a essas exigências, estará atendendo suas necessidades, mas que não mudará o contexto ao ser incluído, pois a exclusão social vem se tornando naturalizada. Com isso,

[...] a “pedagogia das competências” apresenta-se como outra face da “pedagogia do aprender a aprender”, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajusta-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessa palavra, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado” (SAVIANI, 2010, p. 437).

Tudo deriva dos resultados do indivíduo, para conferi-los na educação, e com isso, o mais esperado, os resultados do mercado, entretanto, estes não são em termos de

conhecimento, mas de garantia de uma vaga de emprego para o indivíduo e a mais-valia para os capitalistas. “[...] Estamos, pois, diante de um neotecnismo: o controle decisivo desloca-se do processo para os resultados. É pela avaliação dos resultados que se buscará garantir a eficácia e produtividade [...]” (SAVIANI, 2010, p. 439).

Outro objetivo prático dessa pedagogia é “Construir uma consciência política que não permita ao indivíduo entender sua real função social no mundo a partir da sua posição nas relações de produção [...]” (SANFELICE, 2010, p. 115). Na reprodução, a seguir, da fala de Jorge Antonio Trevisol, que também contribui nessa pedagogia da manutenção, ao procurar fazer com que a sociedade civil tenha a percepção que “O mundo não está dividido entre ricos e pobres, mas entre distraídos e atentos”. Ter ou não atenção, não define a classe econômica dos sujeitos. Determinantemente, o que demarca essa situação são as condições econômicas, sociais e culturais, pois dificilmente alguém fica rico por apenas ser/estar atento. Assim como essa expressão, muitas das outras apresentadas, suprimem a construção de uma consciência política, tornam mais uma forma de justificar as diferenças concretas, sem que o indivíduo possa perceber as relações de poder que se estabelecem para cada vez mais ao concentrar a riqueza nas mãos de poucos.

Além desse forte caráter que visa apenas os resultados acima de tudo e com um conteúdo que leva os indivíduos a pensar que esse caráter é o melhor para si, também há a exposição de conteúdos nitidamente meritocráticos, por exemplo, sem muita esforço de análise e de forma sucinta, quando o palestrante Júlio César Furtado dos Santos retrata: “Professor – responsável pelos resultados”, explicitamente, responsabiliza o professor.

A próxima análise é referente à fala de Marcos Meier, ele reforça essa responsabilização e desconecta-se do contexto concreto, com vistas apenas, os resultados e não, o processo: “Um dos principais fatores responsáveis pela mudança na forma de ensinar não é o material didático, a forma de avaliar, o número de alunos por turma, nem a concepção de educação declarada pela escola, mas as crenças do professor a respeito do que é uma criança e do que é aprender”. (material didático, forma de avaliar, número de alunos por turma, concepção de educação X crenças do professores a respeito do que é uma criança e do que é aprender). Essa declaração tira a responsabilidade até da própria escola e a deposita totalmente no professor, deixando entender que o primeiro passo para as mudanças necessárias deve partir dele, por uma “crença” que o docente precisa ter. A palavra crença segundo o dicionário Aurélio (2011), significa: “Fé religiosa. Confiança em algo ou em alguém; convicção íntima” (p.263), portanto, essa definição remete a algo que pode não ser científico.

[...] Na falta de historicidade, na despolitização, em não considerar a ideologia que isto carrega, em recomendar que a realidade deva ser compreendida a partir da sua subjetividade. Para que serve a ciência, já que é a sua subjetividade que vai explicar? Tudo tem que ser desfocado (SANFELICE, 2010, p.118).

Nessa outra proposição de Marcos Meier: “Não importa a estrutura, mas como está acontecendo a educação”, essa fala também reforça a análise anterior, pois insiste que o fator determinante é o professor, desconsiderando o contexto escolar da realidade concreta. Esse isolamento não é evidenciado apenas nessas análises da formação continuada do município de Dois Vizinhos-PR, mas como pode-se perceber, é planejado por representações econômicas: “[...] É fundamental que a capacitação dos professores seja focada em práticas de sala e aula, com base nas habilidades exigidas nas avaliações nacionais e internacionais” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 7).

A educação não está suspensa, não deve estar em função exclusiva para o trabalho alienado, para se fechar em “práticas de sala de aula”, ela deve formar para a vida, mas a vida nessa conjuntura requer o reconhecimento da realidade, que vai muito além das “habilidades exigidas nas avaliações nacionais e internacionais”.

A frase: “A escola é o útero da sociedade”, foi proferida na palestra de Júlio César Furtado dos Santos, no sentido de dar valor para a escola, como algo que gera vida para a sociedade. Mas para realizar uma análise crítica é preciso questionar, qual sociedade? Pois, o que nasce desse útero, no caso, da escola, será reflexo do corpo que o sustenta, ou seja, da sociedade em que ela está inserida. Assim, essa escola dá vida e sustentação para a sociedade capitalista, mas também, não convém generalizar, pois mesmo com reflexos a longo prazo ela vem dando vida para as perspectivas contrárias a essa proposição, ou seja, antagônicas ao liberalismo, mas não consegue isso sozinha, e nem é possível esperar isso somente da escola, como também, ninguém tem o poder de julgá-la nessa situação, mas o que se pode, é desejar que “Professores precisam ser felizes e competentes, educar com amor”, sem exigir, pois não deveria ter, como se sabe, um grande número de professores em tratamento, que usam antidepressivos, muitos por consequência não de problemas pessoais, mas das relações que se desenvolvem no trabalho, no interior da escola, mas mesmo assim, como afirma o palestrante “precisam ser felizes e competentes”, mesmo num contexto que os deixam doentes.

Com isso, não se quer dizer que os professores não devam ter responsabilidade, e sim que, eles não devem ser responsabilizados por todos os problemas da educação e consequentemente, da sociedade. Pelas análises realizadas, os problemas, são, como já colocados, consequências do sistema capitalista.

3.1.3 Outras Formações

Essa categoria com a denominação “outras formações”, não tem uma característica própria, são formações com especificidades pontuais de temas diversos, mas que se fazem importantes na formação do professor e na análise desta pesquisa.

Quadro 4: Outras Formações

Formação Acadêmica	Título da Formação e Carga horária	Conteúdo da Formação
18/03/2016 - Claudionor Pereira de Souza		
	Plano de carreira do Magistério Municipal 4 horas	Estudo das alterações do Plano de carreira do Magistério Municipal.
11/03/2016 - Claudionor Pereira de Souza		
	Plano de carreira do Magistério Municipal 8 horas	Estudo e explanação das alterações do Plano de carreira do Magistério Municipal.
26/06/2015 - Fátima Maria Ortiz Lour Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9515322409134866		
- Graduação em Educação Artística - Especialização em Educação Artística	Formação Teatral 4 horas	- Técnicas para trabalhar introdutoriamente com o teatro em sala de aula
05/02/2015 - Angela Urio Liston Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3143311352792044		
- Graduação em Psicologia - Especialização em Psicoterapia Comportamental e Cognitiva - Especialização em Terapia Cognitiva	Rede de Proteção à Infância 4 horas	Exposição sobre questões que violam os direitos das crianças e adolescentes, enfatizando o abuso sexual. Alerta para algumas questões: Menor de 14 anos é estupro. Impossível a criança inventar um abuso sexual. Exploração sexual é violência sexual. Síndrome do segredo: barganha para não contar. Síndrome de adição: compulsão por sexo. A palestrante expôs a dificuldade que há na construção de provas na justiça, e mesmo quando se desconfia é imprescindível denunciar quatro tipos de violação: Violência física, violência psicológica, violência sexual e a negligência. Quanto menor a criança, maior o impacto. Sinais e sintomas: Comportamento sexual inadequado com brinquedos e objetos, pesadelos, distúrbios do sono, isolamento, retraídas, mudança de comportamento, medo de alguns lugares e pessoas, ataque de raiva, mudança nos hábitos alimentares, sinais próximos aos órgãos genitais, confunde papéis, comportamento regressivo, distúrbio de conduta, auto agressão (auto destrutivos), baixa concentração e atenção, fantasia o tempo todo, distorção dos pensamentos, baixo rendimento escolar, tem medo de falar em sexo, e/ou gostam de falar em sexo.
06/02/2014 - Rede de Proteção		

Rede de proteção à infância	Promotor, Conselho Tutelar e CREAS 2 horas	Apresentação dos órgãos da rede de proteção e suas funções. CRAS: Centro de Referência da Assistência Social – tem como objetivo a prevenção da violação dos direitos. CREAS: Destinado as pessoas que se encontram em situação de risco – tem como objetivo proteger os indivíduos e seus familiares. Em caso de possibilidade ou violação dos direitos, o primeiro passo e encaminhar para o Conselho Tutelar.
-----------------------------	---	--

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos certificados emitidos pela secretaria de educação da rede municipal de Dois Vizinhos-PR, anotações de professoras que a compõem, bem como, por informações do site de alguns palestrantes e currículo lattes dos mesmos.

Nessa categoria foram selecionadas cinco formações. Duas destas referem-se a estudos das alterações do Plano de Carreira, Cargos e Salários para os profissionais do magistério do município, em que os professores participaram das discussões. Havia uma comissão de professores que recebia as sugestões para mudanças e adequações, essas eram levadas até a comissão, previamente composta pela categoria, para serem discutidas e analisadas judicialmente, para posterior apresentação e debates em momentos coletivos com toda a categoria.

Isso possibilita que as decisões sejam descentralizadas, ou seja, democráticas, que não sejam estabelecidas por uma hierarquia que desconhece as condições do trabalho docente e que determine as necessidades dos professores. Esse tipo de encaminhamento, preza os professores como agentes políticos, com capacidade de decisão sobre suas próprias condições de trabalho.

Outra formação com conteúdo específico, foi ministrada pela diretora de teatro Fátima Maria Ortiz Lour, do grupo “Pé no Palco” de Curitiba-PR, em que os profissionais da educação tiveram a oportunidade de conhecer algumas técnicas para trabalhar, introdutoriamente, com o teatro em sala de aula. O teatro hoje, se conduzido de forma crítica nas salas de aula, além de abordar todos os tipos de artes, possibilita realizar uma confrontação com a realidade social.

E, por fim, dois momentos que trataram principalmente sobre a Rede de Proteção à Infância, em que se fez conhecer cada órgão que a compõe, assim como suas funções, de modo que os profissionais da educação possam, a partir desse conhecimento, contribuir nas situações em que estejam e/ou venham a ocorrer a violação dos direitos da criança e do adolescente.

Essas formações, mesmo de caráter diversos, contribuem de acordo com suas especificidades em diferentes aspectos no trabalho dos professores, em que não deixam de contextualizar a escola com as relações concretas.

3.1.4 Formação na Perspectiva Crítica

As formações na perspectiva crítica foram categorizadas a partir do critério da relação que estabelecem entre a sociedade e educação. Segundo Saviani (1987), teorias críticas são aquelas “que postulam não ser possível compreender a educação senão a partir de seus condicionantes sociais” (p. 19). O referido autor diferencia teorias crítico-reprodutivistas de teoria transformadora. As crítico-reprodutivistas foram importantes por evidenciarem os determinantes materiais da sociedade capitalista na escola. No entanto, por não terem uma proposta pedagógica, elidiram a História e a luta de classes. Saviani (2001) formula uma teoria crítica da educação a partir da seguinte questão: “é possível encarar a escola como uma realidade histórica, isto é, suscetível de ser transformada intencionalmente pela ação humana?” (p.35). A resposta é afirmativa, desde que a escola esteja articulada com os “interesses dos dominados”. Para não cair no idealismo de compreender a escola como redentora da sociedade e, por outro lado, nem cair no pessimismo ou impotência das teorias crítico-reprodutivistas, propõe-se o seguinte princípio da teoria crítica transformadora: “é necessário captar a natureza específica da educação o que nos levará a compreensão das complexas mediações pelas quais se dá sua inserção contraditória na sociedade capitalista” (p. 36).

Quadro 5: Formações na Perspectiva Crítica

Formação Acadêmica	Título da Formação e Carga horária	Conteúdo da Formação
05/02/2018 - Mário Sérgio Cortella ²² Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9036228618382563		
- Graduação em Filosofia - Mestrado em Educação - Doutorado em Educação	Gestão do Conhecimento 3 horas	Palestra com conteúdo com base no livro de sua autoria “Qual é a sua obra?”, com ênfase na coragem pessoal para enfrentar as mudanças ao longo da vida. Destacou que além da humildade o professor precisa ter coragem, sendo que a coragem não é a ausência de medo, mas ter a capacidade de enfrentar o medo, e é melhor escolher o medo e não o pânico. Sugestão de livros: “A sorte segue a coragem”, “Pensatas Pedagógicas”, “Família: Urgências e Turbulências”. Destacou que nascemos não prontos e vamos nos fazendo, e que só se é grande se se compreende que se é pequeno. Ressaltou que a esperança é do verbo esperar e não do verbo esperar. Proferiu a frase: “Olho

²² O filósofo foi classificado nessa perspectiva por considerarmos um grande intelectual, embora que em alguns momentos o próprio se coloca na ótica de motivação e auto-ajuda.

		por olho, e o mundo acabará cego”. (Mahatma Gandhi)
03/02/2017 - Sueli Ribeiro Comar Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/6006133117596626		
- Graduação em Pedagogia - Especialização em Administração Escolar, Supervisão e Orientação - Mestrado em Educação - Doutorado em Educação	Reorganização do Trabalho Pedagógico na Escola: Um Compromisso Teórico Prático a partir do Planejamento 4 horas	Ressaltou que a superação do senso comum pelo professor permite que este conheça os fenômenos da educação e a práxis permite nos tornarmos cada vez mais humanos. Para reorganizar o trabalho pedagógico é preciso: se reconhecer como trabalhador, perceber as mudanças na formação humana, ser autoridade na sala de aula em relação aos pais, saber que como professor não resolverá todos os problemas e saber diferenciar violência e incivilidade. Assim, depois de reconhecer que seu aluno precisa ser humanizado, entra em cena o planejamento e o trabalho coletivo. Enfatizou que a práxis é a possibilidade de dimensionar a sala de aula, e que existe um universo cultural que a criança não conhece, e se o professor não apresentar, ela não o conhecerá. E por fim, destacou que o planejamento precisa ter uma matriz formativa – precisa formar pessoas.
14/09/2015 - Rosangela Maria Bueno Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/2830983223411303		
- Graduação em Pedagogia - Especialização em Pedagogia Escolar - Especialização em Neuropsicologia - Especialização em Docência no Ensino Superior - Mestrado em Educação	Gestão Escolar 4 horas	Realizou contextualizações sobre Gestão Escolar: envolve a interação de todos os componentes que entram no concurso para uma determinada relação, sendo que no âmbito educacional é onde se concretizam as práticas da gestão. Gestão Escolar trata das incumbências do estabelecimento de ensino. O gestor precisa ter um ego controlado, ou seja, que não tenha sede de poder e sim sede de realização. A equipe de gestão desenvolve uma compreensão unitária, senso de equipe. O grande poder da equipe de gestão é um poder conjunto e compartilhado. Gestor com poder de competência: Conhece leis, questiona. Gestor de aparência: impõe, não conquista a equipe, não se envolve, não sabe negociar. Gestor é um eterno aprendiz do fazer humano. Diretor, coordenador, professores e demais funcionários, pertencem ao Sistema Estadual de Educação, portanto, vinculados e dependentes desse sistema. Apresentou os principais pesquisadores do assunto: José Querino Ribeiro, Vitor Paro, José Carlos Libâneo, Heloisa Lück, Ilma Passos Veiga.
02/07/2015 - Sandra Bozza Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9857142735135633		
- Graduação em Letras Português - Especialização em Educação, Desenvolvimento e Política Educativa - Mestrado em Ciências da Educação	O Ensino Adequado da Leitura 4 horas	Trabalhou o ensino da leitura não apenas como um aspecto técnico, mas em seu campo de letramento, uma vez que para lermos com ritmo, fluência e entonação, precisamos entender o texto, assim, deve ser ensinado na escola tudo que une e tudo que liberta. O que une é aquilo que integra cada indivíduo (Olivier Reboult) num espaço de cultura em determinada comunidade. <u>Já o que liberta é o que promove a aquisição do conhecimento, o despertar do espírito científico, a capacidade de julgamento</u>

		<u>próprio (matemática, filosofia, ciências, etc.)</u> Desenvolver o raciocínio e leiturizar exige clareza, reflexões, intencionalidade, compromisso e muito esforço por parte do professor. <u>“Trabalhar não é exclusivamente transformar um objeto ou uma situação em outra coisa. É também transformar a si mesmo no e pelo trabalho”.</u> Habilidades e competências: Relatar, analisar, sintetizar, inferir, comunicar-se com clareza e coerência, e utilizar a linguagem adequadamente em diferentes contextos.
29/05/2014 - Paulo Diel, Rosangela Maria Boeno, José Luiz Zanella e Vanice Schossler Sbardelotto		
Paulo Diel - Doutorado em Teologia Rosangela Maria Boeno - Mestrado em Educação José Luiz Zanella - Doutorado em Educação Vanice Schossler Sbardelotto - Mestrado em Educação	Concepções Pedagógicas 4 horas	Mesa redonda para exposição de forma sucinta das concepções pedagógicas. Pedagogia Tradicional: Pedagogia baseada em princípios hierárquicos, o professor é quem tem o poder. Escola “fria”, não tem emoções, não tem romance, poetas. Concepção Histórico-Crítica: O professor precisa ter conhecimento teórico-metodológico. Precisa ensinar o conteúdo concreto. As leis do funcionamento da natureza, da sociedade. Dominar o que há de mais avançado. Converter o conhecimento elaborado em conhecimento escolar. Precisa encontrar meios didáticos adequados. O aluno precisa aprender o que é importante para vida em sociedade. Aprender normas, regras, onde exige disciplina, dedicação, onde o aluno precisa assimilar, memorizar, compreender. Concepção Pós Crítica (contemporânea): O professor precisa traçar plano, processo do que vai ensinar, discutir – isso coletivamente. Selecionar o material que realmente traga um referencial para aquilo que vai ensinar, ser um grande conhecedor de tudo o que vai ensinar e muito mais, o arsenal de conhecimentos precisa ser vasto.
06/03/2014 - Vanice Schossler Sbardelotto		
Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4576535991559238		
- Graduação em Pedagogia - Especialização em Fundamentos da Educação - Mestrado em Educação	Teorias Pós-Críticas: A Influência do Multiculturalismo na Educação Brasileira 4 horas	Exposição sobre as teorias Pós-Críticas. As ideias pedagógicas difundidas nos diferentes períodos são formuladas e difundidas a partir de um contexto social amplo, que inclui organização social, econômica, política, cultural de um determinado tempo e espaço. O conjunto das políticas neoliberais tiveram alcance em todos os espaços da vida social, produzindo um conjunto ideológico chamado de pós-modernismo. A pós-modernidade converte-se em ideóloga da burguesia em tempos de acumulação flexível. Quatro pilares para educação pós-moderna (Jacques Delors): Aprender a conhecer; Aprender a ser; Aprender a conviver; e Aprender a fazer, de forma que os indivíduos sejam convencidos de que o mais importante do que adquirir conhecimentos é adquirir a capacidade de constante aquisição de conhecimentos. A burguesia nega a ciência porque ela os beneficia, aí surge o irracionalismo, não há conhecimento que deva

		ser ensinado na escola. Ação educativa com foco na cultura local/individual. Valorização do saber empírico, mediato. Difusão de saberes pragmáticos. Repúdio à verdade histórica. Descontextualização do conhecimento
19/09/2013 - Solange Todero Von Onçay Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/3970224004667361		
- Graduação em Pedagogia - Especialização em Formação de Educadores em Educação e Desenvolvimento - Especialização em Pedagogia Social - Mestrado em Educação - Doutorado em Antropologia Social	Educação Libertadora 4 horas	Exposição sobre a concepção da Educação Libertadora. O que é libertador na escola? A concepção libertadora tem como princípio a emancipação humana de seus sujeitos, entendendo a escola como um espaço para uma ação dialogada, uma escola que vai além do trabalho específico com o conhecimento, mas com o desenvolvimento de atitudes e valores, considerando o contexto em que o educando está inserido, para que haja compreensão da realidade. Utiliza o método da dialética, baseado na contradição. Pontos positivos: desenvolvimento de um aluno crítico, reflexivo, solidário e consciente; desenvolver o educando de forma integral; a compreensão de que a sala de aula não é o único espaço para a construção do conhecimento; a relação de solidariedade estabelecida. Pontos negativos: A dificuldade do professor desenvolver sua prática e despertar para uma conscientização verdadeira do aluno. Que a escola e a sociedade trabalhem de forma integrada para que possam juntos pensar no desenvolvimento do aluno. Prática que vê o ser humano como ser humano. O que liberta é o conhecimento, ter condições de fazer uma leitura de mundo das condições aos alunos para ampliar seu acervo com autonomia. Sugestão de livro: “Cuidado Escola” (Claudio Cecon). A educação nunca é neutra
08/08/2013 - Glauber Sartori Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/1745792892392853		
- Graduação em Pedagogia - Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional - Mestrado em Educação	Escola Tecnicista 4 horas	Exposição sobre a Escola Tecnicista. Linha conservadora, vem de uma ideia de levantar a técnica para buscar o resultado, transformando o professor em executor. Teoria do comportamento (repetição), com passos determinados, recompensas ou esforços. Controle ou modelagem de comportamento: Planejamento rígido e objetivos a cumprir. Professor: Planejador, aplicador, controlador, busca pela técnica perfeita, eficiente/eficaz. Aluno: Reprodutor, condicionado, responsivo, acrítico, competente. Metodologia: Modelos, treino, repetição, erro como processo, separação de conteúdos, do básico para o avançado, busca pela qualidade e controle. Avaliação: Verificação da resposta, eficácia, focada nos objetivos, processual num sistema de pré-teste ou pós-teste, verificação do comportamento.
26/07/2013 - Márcia Aparecida Baldini Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4517010259716037		
- Graduação em Programa Capacitação Docência em nível Superior	Financiamento da Educação,	Exposição sobre as políticas educacionais, explanando principalmente, sobre o financiamento da educação.

- Graduação em Pedagogia - Especialização em Administração, Supervisão e Orientação Educacional - Mestrado em Educação	Prestação de Contas e Controle Social 4 horas	
20/06/2013 - Clésio Antônio Acilino Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/5471605366267648		
- Graduação em Educação Física - Especialização em Educação Física Escolar - Mestrado em Educação - Doutorado em Educação	Escola Nova 4 horas	Exposição sobre a Escola Nova. Surgimento de uma nova educação, uma nova sociedade. Não se queria mais uma velha educação, que ocorria nos conventos (escolástica). A escola nova não conseguiu se instituir como hegemônica, ela se manifestou. A pedagogia nova tinha outras práticas como por exemplo o trabalho, não achava importante que a criança ficasse sentada durante 4 horas. Formar a criança intelectualmente, emocionalmente, sensivelmente, biopsicossocial. É uma escola da não passividade, que valoriza a experiência, a criança, precisa fazer para que desenvolva o pensamento reflexivo. Pensamento reflexivo é quando a criança consegue explicar algo racionalmente (o que está acontecendo). O mediador físico do conhecimento não é somente o professor. Por que a pedagogia da escola nova foi tão criticada? Saviani diz, que o professor desloca o trabalho no método, alarga o tempo da atividade, fazendo uma fissura no ensinar os conhecimentos.
09/05/2013 - Paulo Diel Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/8223654074516629		
- Graduação em Estudos Sociais - Graduação em Teologia - Mestrado em Teologia - Doutorado em Teologia	Concepção Pedagógica Tradicional 4 horas	Exposição sobre a concepção filosófica tradicional. A concepção tradicional quer preservar o que já está dado, a concepção liberal quer criticar e destruir a tradicional para libertar o indivíduo e a concepção revolucionária quer destruir as outras duas. O perigo do liberalismo é a desintegração social. Problema: Como manter a ordem social numa economia capitalista liberal? Características concepção tradicional: Escola: Está organizada de forma hierárquica, imita a vida e a sociedade, a autoridade é determinante, escola disciplinada, disciplinadora e descontextualizada. Professor e aluno: o professor detém a autoridade, o aluno é considerado uma tábula rasa, um adulto em miniatura, e a relação é unilateral do professor para o aluno, uma vez que quem conhece tem poder para essa concepção. Conhecimento: É adquirido de forma gradual e hierárquica, e se valoriza a inteligência (aluno que consegue captar o que o professor ensina e reproduzir em uma prova). Os fins justificam os meios. Sociedade e homem: O homem possui uma essência e a sociedade é uma gaiola que atua sobre o indivíduo. Avaliação: Não se faz avaliação, se faz exame, e este é excludente, competitivo, provoca medo, e se avalia a inteligência e não o conhecimento. O fracasso no exame é culpa do aluno, mas o sucesso é mérito do professor

11/04/2013 - José Luiz Zanella

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2956130454620999>

- Graduação em Filosofia
- Especialização para Educadores de Jovens e Adultos
- Mestrado em Educação
- Doutorado em Educação

Fundamentos
Filosóficos

4 horas

Discute a relevância do professor compreender a relação que há entre a pedagogia e a filosofia, pois é muito importante o educador ter a percepção filosófica, política e pedagógica, que permite a superação da alienação. Pensar na autonomia dos professores. A educação busca o poder, e é universal
O conhecimento se constitui no ser humano quando se tem compressão. “Quando dou comida aos pobres, dizem que sou santo, quando pergunto porque são pobres, chamam-me de comunista”. (Dom Hélder Câmara)

Fonte: Quadro organizado pela autora a partir dos certificados emitidos pela secretaria de educação da rede municipal de Dois Vizinhos-PR, anotações de professoras que a compõem, bem como, por informações do site de alguns palestrantes, currículo lattes dos mesmos e, pelo livro: “Concepções pedagógicas: da concepção tradicional às teorias pós-modernas” como resultado do projeto de capacitação desenvolvido pela Universidade.

Foram identificadas como formações na perspectiva crítica, 32% das 38 formações analisadas, ou seja, 12 formações desse grupo. Destas, 8 estão concentradas em um conjunto de grupos de estudos e palestras realizadas entre o mês de abril de 2013 a março de 2014, como resultado de uma parceria entre a Secretaria de Educação do município e a UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Dois Vizinhos-PR.

A primeira etapa versou sobre as concepções pedagógicas, que fez parte do Projeto de Extensão “Formação Continuada de Docentes e Gestores da Educação Básica”, através de uma parceria com a UTFPR. No total foram realizadas oito palestras presenciais sobre as concepções pedagógicas e, no encerramento, uma Mesa Redonda, com falas referentes a todas as concepções. A formação ocorreu também por meio de grupos de estudos, que correspondem 40% da carga horária total da formação, realizada nas instituições de ensino. Nessa etapa da formação os professores utilizaram como referência os materiais sugeridos pelos palestrantes.

O projeto de extensão da universidade, citado anteriormente, foi oferecido de forma gratuita para o município, e havia planos de ambas as partes de dar continuidade, no entanto, isso não ocorreu. As formações ofereceram nas exposições e estudos, reflexões sobre as diferentes concepções pedagógicas que constituíram a educação no Brasil em seu percurso histórico, permitindo aos professores a compreensão das diferentes concepção de mundo, pois quando não se tem essa compreensão, e não se tem definido uma concepção na qual acredita-se, permite-se que as ações sejam influenciadas por concepções contraditórias com a realidade do próprio contexto.

É importante destacar que, exceto nos anos que ocorreram essas formações em parceria com a Universidade (2013-2014), nos outros anos, houve apenas uma formação nessa perspectiva, ou seja, crítica. E, no ano de 2016 não ocorreu nenhuma nessa perspectiva. Com tais informações registradas nesse estudo é possível sustentar que a tendência crítica na formação continuada do município de Dois Vizinhos, vem enfraquecendo, perdendo espaço nas discussões pedagógicas, ao contrário da perspectiva liberal/meritocrática que ganha força. O que permite afirmar que a ideologia liberal e a meritocracia são tendências na formação continuada do referido município. Esta tendência se manifesta em 55 % das formações, ou seja, de forma direta e explícita na perspectiva meritocrática em 23% e, de forma indireta, nas teorias da aprendizagem em 32%. A formação continuada, que traz consigo a possibilidade de superação da ideologia dominante, acaba por reforçá-la, perpetuando todo esse aparato em sala de aula, caracterizando a escola como instrumento de alienação das futuras gerações.

Em oposição a esta tendência, o estudo ora proposto defende a posição que é indispensável que o professor se aproprie dos conhecimentos que possibilitem estabelecer a relação que há entre a educação e a sociedade concreta, pois sem isso a sua atuação se caracterizará como reprodutora das condições sociais que também o atinge. Assim, quando isso não se estabelece na formação inicial, na continuada deve ter, como princípio, essa tarefa e, na perspectiva crítica, se encontram os alicerces fundamentais para a superação das relações hegemônicas.

Nesse processo faz-se necessário, portanto, uma formação continuada que possibilite aos professores conhecerem a verdade sobre a realidade e a sociedade, pois a verdade que muitas vezes é apresentada, está vestida por interesses antagônicos aos dos trabalhadores. Essa formação teria que mudar a concepção de mundo do educador e, a partir disso, orientar suas ações. Sem isso, corre-se o risco de se manter um ecletismo na educação, ou seja, a alienação, além de ser mantida, será reproduzida pelos docentes.

Dito isso, nessas condições, a presente pesquisa, longe de fazer uma crítica apenas, pretende contribuir na superação da ideologia da meritocracia na formação continuada e no trabalho dos professores do município de Dois Vizinhos. Seria uma hipocrisia realizar apenas uma crítica pois, seria uma contradição, uma vez que se pertence a essa categoria e também se luta por ela. Da mesma maneira que defende uma escola pública que propicie aos alunos a apropriação dos conhecimentos sistematizados para uma melhor leitura de mundo, pois para muitos é o único espaço que poderão ter alguma esperança para um futuro melhor.

À primeira vista, parece que com isso, se está dando mais responsabilidade para os professores, (não os responsabilizando) mas se faz isso por acreditar no potencial de agentes políticos, como intelectuais orgânicos dos oprimidos, uma vez também que, as mudanças não ocorreram por iniciativa dos que defendem esse sistema econômico, assim, elas devem partir das condições dadas, e que a formação continuada possa se constituir nesse espaço de resistência.

Desse modo, esta pesquisa, como uma primeira aproximação, desvelou a tendência de formação meritocrática na formação continuada de professores na rede municipal de Dois Vizinhos-PR, a qual confirma a tendência hegemônica oriunda dos organismos internacionais e da política educacional do Estado brasileiro. Em oposição a esta tendência, defende-se que os professores tomem conhecimento do que significa a formação de professores na perspectiva da meritocracia e lutem por uma outra política de formação continuada que lhes possibilite instrumentalizarem-se teórica e metodologicamente na leitura crítica de mundo.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada apresenta-se como instrumento contra hegemônico diante da política educacional de viés meritocrático na formação de professores no contexto educacional brasileiro. Diante de todas as limitações e consequências que os docentes precisam enfrentar, há ainda uma responsabilização por tais políticas, em que a meritocracia não é utilizada somente para conferir mérito, mas de certa forma, também para responsabilizar e como um mecanismo para camuflar o que realmente ocasiona os problemas sociais.

A sustentação da meritocracia no liberalismo se deve ao fato de que este, ao entender que as condições de igualdade estão dadas, acredita que as desigualdades sociais são justas, porém, ela se torna injusta com muitos seres humanos e insensível para com todos, inclusive com os que a defendem, pois os desumaniza, favorece uma minoria, esconde as verdadeiras necessidades humanas, mercantiliza os sujeitos, vende seus sonhos e, os explora, e o pior de tudo, os faz acreditar que isso tudo é natural, até mesmo as desigualdades sociais, e que tudo depende exclusivamente deles, inclusive estar em uma situação de pobreza.

Dessa forma, não se pode tomar e ter a igualdade no sentido liberal como algo que irá resolver os problemas sociais. Não adianta, por exemplo, lutar apenas pelo acesso à educação escolar, pois ela não é a única condição necessária para superar a hierarquia social e as condições de exploração, da forma como se apresenta a organização da sociedade capitalista, que através de diferentes relações dissemina os valores necessários para manter sua hegemonia e, para isso, tem como parâmetro o capital, e não as verdadeiras necessidades humanas.

O liberalismo defende que o sistema capitalista é o mais compatível com a natureza humana, pois acredita que há valores que são naturais do homem, que são conciliáveis com o seu funcionamento, como o egoísmo, por exemplo e, com isso irá ainda estimular o individualismo e a competição. Mas, se a sociedade se constituísse com outro tipo de organização, que estivesse em função do indivíduo (de todos), os princípios da organização social produziria e reproduziria valores essencialmente humanos, porque acreditamos que o homem se constitui histórico-socialmente, e este não é um animal.

Quando se atende aos interesses pessoais na percepção liberal, se está atendendo os interesses do sistema capitalista, que são os interesses da burguesia e da direita, dos que erguem a bandeira da liberdade, a qual é utilizada para responsabilizar os indivíduos pelo fracasso, enquanto que os sujeitos são livres apenas para serem explorados e, com

isso, poder satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência. Essa exploração irá atender economicamente a liberdade dos opressores, isso que eles acreditam que ninguém deve atender ninguém, que cada um deve agir por si. Mas em contrapartida, reagem quando a discussão é sobre a taxação de impostos que irá satisfazer as necessidades dos que são explorados e marginalizados por eles próprios.

Uma das condições da sustentação do sistema capitalista requer a falta de empregos para manter os salários baixos e, com isso, aumentar o lucro. Não há uma igualdade como defendem, mas não se pode esquecer que essa é uma escolha do indivíduo, por isso que as desigualdades sociais são justas, conforme suas visões. Dizem que o que defendem não é a igualdade de resultados, mas de oportunidades. E se não há oportunidade de trabalho para todos? Isso sustenta afirmar que não há igualdade de oportunidades. Mas mesmo assim, essas ideias são legitimadas como verdade e, para isso, é utilizada a alienação de seus princípios e da ideologia da meritocracia.

Nesse terreno de legitimação, os liberais irão lamentar os problemas sociais, mas suas ações não se efetivarão com efeito para acabar com elas, uma vez que para isso, seria necessário acabar com o sistema capitalista. Suas ações estão dispostas a reproduzir suas ideologias, e para evidenciá-las não é uma tarefa fácil, ainda mais quando há tanta hegemonia, elas portanto, são tão camufladas e ainda defendidas também por aqueles que sofrem suas consequências. Como exemplo, cita-se a ideologia da meritocracia, que para ser visível como tal, foi necessário analisar suas contradições, na investigação de seus fundamentos ontológicos, epistemológicos e políticos.

A meritocracia se justifica como uma ideologia em seus fundamentos ontológicos ao apresentar o ser humano definido pela sua natureza biológica, em que tem valores imutáveis e, com essa característica, irá buscar o que é melhor pra si, fazendo suas escolhas, e como todos nascem com as mesmas disposições nessa perspectiva, os resultados são reflexos das escolhas de cada um. É um tipo de homem que Kosik (1976) chamou de “*homo oeconomicus*”, como um homem que é parte do sistema, com as características necessárias para mantê-lo. Sistema que foi caracterizado quando já havia um sistema, o que lhe deu esse caráter de ordem natural e espontânea como apontado pelo autor.

Da concepção ontológica, derivou sua epistemologia, na medida que algumas concepções do pensamento burguês analisam a realidade como a soma de fatores, em que os problemas se explicam por estes, em que a totalidade se compreende pela soma de um conjunto de fatores que constitui a sociedade, o que para eles, explica o comportamento dos indivíduos.

A própria estrutura econômica é considerada um fator nessa concepção, mas essa é uma estrutura e não pode ser explicada simplesmente como um fator, que nesse caso coloca a realidade social como resultado da práxis humana, o que vai justificar os problemas sociais como consequências das escolhas dos indivíduos e não como consequência da estrutura econômica.

É na gênese da perspectiva liberal que a dimensão política da meritocracia é identificada, em decorrência da concepção de natureza humana em que supõe-se que o melhor é que cada um faça suas opções de acordo com o mercado, de acordo com a concepção do Estado liberal, em que este conduz o equilíbrio, na realização do bem comum. Esse Estado liberal, como defendido por Eduardo O. C. Chaves (2007), se estabelece pela defesa da liberdade individual, e que o Estado deveria apenas garanti-la. Mas, o mesmo autor coloca que, em vez de fazer isso, ele vem tirar tal liberdade, na medida, por exemplo, que obriga todos a pagar impostos. O ideal para ele então, seria um Estado mínimo. Essa liberdade assim, não seria do indivíduo, mas do mercado também.

Como somos livres para fazermos nossas escolhas sem interferir na liberdade do outro, na mesma medida somos responsabilizados por elas. Para essa concepção, a liberdade deve ser garantida para todos, e a aquisição de bens pelo indivíduo, como se vivessem em um contexto em que todos estivessem nas mesmas condições de escolhas, que não é o caso do Estado brasileiro. É difícil falar em igualdade quando não se considera as desigualdades e os privilégios e assim, permite afirmar que a liberdade formal não é a liberdade real.

Os liberais acreditam que cada um deve prover o que precisa para seu sustento, pois cada um deve ser responsável pelo o que necessita. Neste sentido, são contra os direitos sociais, e os diferenciam de direitos individuais. No entanto, sem descontextualizar da condição real da sociedade no momento histórico, o acesso aos direitos individuais só podem ser atingidos para a maioria da população através dos direitos sociais. Até mesmo a educação, como um direito social, não deve ser garantida para eles, uma vez que cada um deve buscar o que precisa, e ela deve ser regulada pelo Estado, ou seja, não defendem a escola pública, ao contrário, são favoráveis a iniciativa privada. O que se assim fosse, excluiria com maior intensidade as camadas mais pobres da população, tirando-lhes as poucas possibilidades para melhorar suas condições de vida.

Com isso, reconhecem que o sistema liberal gera desigualdades econômicas e sociais, mas não as consideram injustas, ou seja, são justas à medida que os que estão em

uma condição desigual não se esforçaram para superá-la. Entendem que é uma escolha de cada um, individual, mesmo que não haja mais espaço para todos, mesmo assim, esses indivíduos, são culpados pela justificativa dos fundamentos da meritocracia.

Para os liberais, com as novas exigências da nova fase do capitalismo, esses ideais precisavam continuar a ser legitimados, e, com isso, trouxeram novas atribuições para o trabalho docente, em que a meritocracia se torna o escudo e o troféu na mercantilização de tudo, através de novas estratégias, porém mantendo o mesmo objetivo: gerar lucro e concentrar a riqueza nas mãos de poucos. Se configuram mudanças desencadeadas com o neoliberalismo, em que o Estado abre as portas para a iniciativa privada e, com isso, até os direitos sociais passam a ser serviços privatizados. Com a Revolução da micro eletrônica, se exige, além das funções manuais, as funções intelectuais dos trabalhadores, ou seja, o seu pensar, sua imaginação e criatividade e, nesse contexto, como a produção e o consumo se alteraram (a produção determina o consumo), é necessário que o trabalhador ainda seja flexível, polivalente, devendo se adequar às mudanças para garantir o emprego, porém o desemprego já se faz necessário para manter a lei da oferta e procura de capital humano, e já não desencadeia grandes crises.

Nessas condições, a escolaridade, mesmo que elevada, permite aos sujeitos competir por um emprego apenas, e não o garante. Agora, como empresário de si próprio, terá que buscar todas as habilidades e competências para poder competir nesse mercado, sem que seja necessário para isso ter o conhecimento. O que exigirá do professor apenas propor situações problemas, sem necessariamente dar aula, negando aos alunos até mesmo os fundamentos científicos.

Nesse novo contexto, a meritocracia se fortaleceu para justificar as novas configurações de acumulação de capital pela exploração do trabalho vivo. Para isso, encobre o desemprego estrutural de tal modo que não se conteste o sistema capitalista, apenas os indivíduos que estão desempregados, que não se conteste a crise, uma vez que ela se desencadeia pelo excesso de direitos, segundo a perspectiva liberal.

Valle (2013) apresenta que o mérito “é considerado, portanto, como a única maneira legítima de produzir desigualdades justas” (p.668). O que para Hayek, citado por Melo (2007) não indica um problema do capital, mas sim uma falta de competências dos indivíduos ao não serem competitivos, pois sem os ricos, que ao acumularem riquezas, permitem a sustentação e produção de trabalho, os indivíduos poderiam até ser mais pobres, uma vez que não existiria o crescimento que os donos dos meios de produção proporcionam.

De fato, produzem trabalho, mas com isso também o desemprego, tão necessário para manter os salários baixos e, com ele, tarefas degradantes que nesse momento histórico, segundo essa ideologia, uma parcela da população poderia até ser descartada. A escolarização nesse contexto, mesmo que muitas vezes até elevada, só permitirá competir por uma vaga de emprego, e com a flexibilização do consumo, do trabalho, das leis, a formação do trabalhador se rende a mesma linha de pensamento. É a formação polivalente, em que não vai explorar apenas as funções manuais, mas como também, já afirmado, o trabalho pensante do trabalhador. Isso se configura numa pedagogia das competências e habilidades, ou seja, a nova teoria do capital humano, preparando o indivíduo para a instabilidade, e com isso para a responsabilização de seus resultados. “[...] As competências são utilizadas para justificar privilégios, pois aparecem como consequência do mérito pessoal; assim como a falta dessas é utilizada para justificar as desigualdades, de modo que os trabalhadores são responsabilizados por elas” (SOUZA, 2011, p. 165).

O trabalho docente formará os alunos na polivalência, que enfatiza o aprendizado de diferentes tarefas parciais e fragmentadas, sem ter a compreensão da totalidade. Formação essa que também é exigida para o trabalho do professor, e defendida pela ONG Parceiros da Educação.

Com isso, a escola, segundo Bourdieu (1998), se caracteriza como escola conservadora em relação às desigualdades. Na realidade, a escola sempre cumpriu essa função, mas nesse momento histórico se intensificou. Essa posição não é da escola, mas sim a ela foi conferida.

O próprio Estado brasileiro está submetido a determinados gerenciamentos por uma hierarquia de organismos que controlam o desenvolvimento do capitalismo. Essa “rede” de organismos liberais irá atuar em todas as esferas da sociedade, legitimando os seus ideais para a perpetuação do sistema, e a educação é protagonista nessa função de defesa desses interesses. Um desses organismos é a ONG Parceiros da Educação, que é financiada por corporações empresariais que atuam na reprodução da visão da educação como um subsistema do aparato produtivo. Essas organizações, têm poder na constituição das próprias políticas para a educação, como no Plano Nacional de Educação.

Isso acontece, porque segundo Coutinho (2005) as ONGs se reconfiguraram ao estabelecerem parcerias com o Estado e/ou empresas, com o discurso de atuarem sem fins lucrativos, com ações filantrópicas, mas na realidade elas mantêm “relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital” (p. 58). Portanto, muito diferente de como se constituíam essas ONGs na década de 70, pois o

caráter de formação política já não existe. Hoje, atuam para desfocar os indivíduos da luta de classes, com ações que não possibilitam a sociedade civil perceber quem são seus verdadeiros opressores, se atendo com problemas subjetivos, mas, sem ir além destes, para não evidenciar que são consequências de um sistema social-econômico, que despotencializa qualquer estratégia de reforma mais radical. Esses grupos sustentam a visão de generosidade, bondade e neutralidade política, mas ao contrário, possuem interesses diferentes desses que aparentemente apresentam.

Essas ONGs, com o seu poder atuam até mesmo na definição das políticas para a educação, o que pode ser evidenciado no PNE (2014-2024), em que encontram-se propostas da ONG Parceiros da Educação, que responsabiliza de forma isolada a escola e os professores pelos resultados da educação e, além disso, procura moldar a educação aos interesses da formação do capital humano de acordo com as necessidades do mercado. O documento enfatiza a universalização da educação, mas não do emprego, e apontam que a educação de baixa qualidade é a principal causa do alto grau de violência, baixo IDH, em que não se proporciona a milhões de crianças e adolescentes a chance de desenvolver seu potencial e com isso, serão submetidos à marginalidade e a trabalhos degradantes. Entretanto, é preciso dizer mais uma vez: isso não é consequência apenas da educação, pois essa educação de baixa qualidade também é consequência do sistema que a gera.

Para superar os problemas destacados da educação foi analisada a proposta da ONG Parceiros da Educação sobre a reestruturação da formação e da carreira do magistério em que manifesta a relação da meritocracia com o trabalho docente, e que a qualificação dos professores é determinante na aprendizagem dos alunos, assim como, o comprometimento, a competência e dedicação destes, em que o professor precisa ser selecionado de acordo com isso, e ser estimulado a “um contínuo aperfeiçoamento para progredir em uma carreira meritocrática” (PARCEIROS DA EDUCAÇÃO, 2010, p.5).

Assim, propõe-se uma estruturação pela meritocracia, como nas empresas se estrutura, pois o “objetivo é organizar a educação como os negócios são organizados: o que é bom para o mercado é bom para a educação” (FREITAS, 2011, p. 3). Até mesmo a carreira dos professores concursados é visto como uma barreira nessa organização empresarial pretendida, pois como assegura a estabilidade, desfavorece a meritocracia. Assim, o documento propõe a criação de uma nova carreira paralela e voluntária, e a capacitação dos professores da rede em boas práticas nas salas de aula e a contínua melhoria salarial. Essa nova carreira se estrutura totalmente na meritocracia, da seleção, contratação, atuação até os resultados, sem garantia de estabilidade, o que só

tornará a escola um espaço de competição, fraude e pressão, tanto de professores quanto de alunos, pois o importante nessa visão são os resultados, que nem sempre representam a aquisição dos conhecimentos.

Não conferir os objetivos da educação para a construção dos conhecimentos é atender às novas exigências do trabalho pela educação, o que é coerente com o que Freitas (2012) denominou de neotecnicismo, que se ancora nos pilares da responsabilização e meritocracia “com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições)” (p. 383).

Dentro do neotecnicismo, a formação continuada dos professores, é discutida pela ONG Parceiros da Educação, que visa a melhoria salarial na premiação por mérito. A referida formação defendida é focada em práticas de sala de aula e com base no que é exigido nas avaliações de grande escala, o que descontextualiza a escola da realidade concreta, forma para o trabalho alienado e “esquece outras dimensões da matriz formativa, como a criatividade, as artes, a afetividade, o desenvolvimento corporal e a cultura (FREITAS, 2012, p. 389).

Até mesmo o repasse de verbas estaria pautado no cumprimento de metas de aprendizagem dos alunos, ou seja, na meritocracia, não somente por fazer “merecer”, mas com punição também pelo não cumprimento de metas e programas.

As propostas da ONG Parceiros da Educação foram desenvolvidas em 2010, e no Plano Nacional de Educação 2014-2024, é possível verificar como ganharam força como resultado de pressões das corporações empresariais. O PNE propõe assegurar condições para a efetivação da gestão associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, como valorizar o mérito das instituições que melhorarem o desempenho no IDEB; propõe também o repasse de transferências para entes federados que aprovaram legislação que considere a nomeação de diretores de escola, critérios técnicos de mérito e desempenho. Assim, como apresentado por Fiorese (2016), as propostas têm o propósito de compensar, responsabilizar e punir professores e diretores. A educação brasileira deve ser avaliada, mas com o propósito de trazer melhorias, avançar, e não para punir, pois nesses moldes somente haverá maior precarização.

Dispostas essas condições e, com poucas perspectivas efetivas para as mudanças desejadas, a formação continuada se apresenta com grande potencial e poderia ser um instrumento utilizado para romper com essa tendência, visto que os municípios possuem ainda uma autonomia para propor e organizar tais momentos. No entanto, não é o que acontece, pois a formação continuada no município de Dois Vizinhos, segue fortemente uma tendência de formação meritocrática, assim como também, não segue apenas essa, o

que permite definir, que há um certo ecletismo. Portanto, não há definição dos pressupostos teóricos e dos fundamentos filosóficos que embasam a prática dos professores duovizinhenses.

Dentro desta perspectiva de formação, algumas são explicitamente focadas na meritocracia, e outras classificadas no conjunto de formações na perspectiva da teoria da aprendizagem. Portanto, ambas se apoiam em questões singulares da educação que não possibilitam ir além na superação das relações de poder, estabelecendo uma fragmentação ao enfatizar as necessidades de cada uma nas inúmeras questões.

A maior parte das formações oferecidas pelo município, pertence à teoria liberal da educação, pois seus pressupostos se baseiam na Pedagogia da Escola Nova e suas variantes, situando-se no âmbito das teorias não-críticas; dão ênfase no método do aprender a aprender, e por mais que não deixe tão evidente a reprodução da ideologia da meritocracia, o conteúdo de sua teoria se apresenta fortemente ancorado nessa perspectiva. Como se a escola estivesse separada da sociedade, as práticas não possuem embasamento para contextualizar com a realidade concreta, uma vez que nem têm esse objetivo. Por esse caráter, conservam as relações da sociedade burguesa, o que permitiu Sanfelice (2010) nomeá-las de “Pedagogia da Hegemonia”.

A formação continuada que poderia ser a possibilidade de superação dessa pedagogia da hegemonia, acaba por apenas reforçá-la, perpetuando todo esse aparato para a sala de aula, que caracteriza a escola como instrumento de alienação das futuras gerações. Esta tendência se manifesta de forma direta e explícita na perspectiva da formação meritocrática em 23%, e de forma indireta nas teorias da aprendizagem em 32%; ou seja, a meritocracia se encontra em 55% das formações oferecidas pelo município de Dois Vizinhos durante o período analisado.

Destaca-se que é indispensável que o professor se aproprie dos conhecimentos que possibilitem estabelecer a relação que há entre a educação e a sociedade concreta, pois sem isso, a sua atuação se caracterizará como reprodutora das condições sociais que também o atinge. Assim, quando isso não se estabelece na formação inicial, a formação continuada deve ter essa tarefa e, na perspectiva crítica se encontram os alicerces fundamentais para a superação das relações hegemônicas, pois, possibilita conhecer a verdade sobre a realidade e a sociedade, consolida uma concepção de mundo do educador que não seja antagônica com seu contexto, pois sem isso há grandes chances de se manter um ecletismo e a alienação.

Com tudo o que foi exposto, espera-se que esta pesquisa possa contribuir na elevação da qualidade da formação continuada e no trabalho dos docentes, e que essas

ações, fortaleçam também uma escola pública que propicie aos seus alunos a apropriação dos conhecimentos sistematizados para uma melhor leitura de mundo. Isso não significa dar mais responsabilidade aos professores, mas sim acreditar que a educação libertadora se faz com eles, até que as mudanças não ocorram em conjunto. Eles possuem um grande potencial, mesmo que seja um processo a longo prazo. Sem responsabilizar os professores nesse processo, acredita-se que a formação continuada deles, tem muito a contribuir e que ela pode vir a constituir-se num espaço de resistência. Posto isso, espera-se que os docentes tomem conhecimento do significado da formação na perspectiva meritocrática e em conjunto busquem a perspectiva de formação continuada que lhes possibilite instrumentalizarem-se teórica e metodologicamente na leitura crítica de mundo, pois quando se determina uma concepção de mundo, isso não reflete somente nas relações de trabalho, mas como algo indissociável, da vida, é o que esta pesquisa também buscou, que é levar os docentes a repensarem também algumas questões de suas existências, de sua vida pessoal, para que não sejam usados como meros instrumentos de consumo e reprodução de tais ideologias que os oprimem.

Se a luta é por uma sociedade justa e democrática, essa não é a que se apoia na ideologia da meritocracia, pois esta se sustenta na condição de que alguns ganham e outros perdem, o que não nos parece nada justo, e tampouco democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. L. **O Liberalismo e a Produção da Escola Pública**. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (orgs). **Liberalismo e Educação**. Campinas, SP - HISTEDBR, 2007 – (Col. Educação Contemporânea).
- ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, Livia. **Igualdade e Meritocracia: A ética do desempenho nas sociedades modernas**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BASILIO, Ana Luiza. **Professor Uber: a precarização do trabalho invade as salas de aula**. 28 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/professor-uber-a-precariozacao-do-trabalho-invade-as-salas-de-aula>> Acesso em 13 ago. 2018.
- BRASIL. Lei 1.305 de 25 de Julho de 2014. **Plano Nacional de Educação e dá Outras Providências**. Ministério da Casa Civil. Brasília: 2014.
- BOENO, Rosângela Maria, DIEHL, Paulo Fernando e DESBESSEL, Renata da Silva (Orgs.). **Concepções pedagógicas: da concepção tradicional às teorias pós-modernas**. / Departamento de Educação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos – PR. Vol. 1, n. 1 (2016) – Curitiba – Editora UTPR, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades sociais frente à escola e à cultura**. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (Org.) **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CHAVES, Eduardo O. C. **O liberalismo na Política, Economia e Sociedade e suas Implicações para a Educação – uma defesa**. In: LOMBARDI, J. C. & SANFELICE, J. L. (orgs). **Liberalismo e Educação**. Campinas, SP - HISTEDBR, 2007 – (Col. Educação Contemporânea).
- CHAUÍ, Marilena. **A tragédia neoliberal e a meritocracia, por Marilena Chauí**. Youtube, 15 de fev. de 2017. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=5jNea8b3hUE>>. Acesso em: 29 ago. 2017.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: F. Alves. 1980.
- COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos**. Lutas Sociais nº 13/14 – 1º Semestre, 2005.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio Júnior: dicionário escolar da língua portuguesa**. Coordenação de Marian Baird Ferreira e Margarida dos Anjos; ilustrações Axel Sande – 2º ed. – Curitiba: Positivo, 2011, (p.263).
- FIGLIOLINI, Gilmar. **Plano Nacional de Educação (2014 – 2024): Política de Formação de Professores da Educação Básica**. 2016. 160 f. Tese. Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo?** III Seminário de Educação Brasileira promovido pelo CEDES no Simpósio PNE: Diretrizes para avaliação e regulação da Educação Nacional, 2011.

_____. Luiz Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da Escola Improdutiva.** 7.ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

_____. **Contexto e sentido ontológico, epistemológico e político da inversão da relação educação e trabalho para trabalho e educação.** Revista Contemporânea de Educação, vol. 10, n. 20, julho/dezembro de 2015.

GENTILI, Pablo. **Educar para o emprego: A desintegração da promessa integradora.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: Perspectivas do final do século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002.

HARVEY, David. **As Contradições Mutáveis.** In: **17 Contradições e o Fim do Capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho.** In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002.

LOMBARDI, José Claudinei e SANFELICE, José Luis (orgs.). **Liberalismo e educação em debate.** Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008, (Prefácio p.45-50 e p.237-272)

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2008. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008, (Prefácio p.45-50 e p.237-272)

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach).** 10. ed . Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MELO, Adriana Almeida Sales de. **Apontamentos para a crítica do projeto Neoliberal de sociedade e de Educação no Brasil.** ETD - Educação Temática Digital, Campinas, v.3, n.1, p.63-79, dez. 2001

_____. **A mundialização da educação: consolidação do projeto neoliberal na América Latina.** Brasil e Venezuela. Maceió: EDUFAL, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

NASSIF, Luis. **Na reforma do Ensino Médio, espaços de honra são de fundações bilionárias.** 05 set. 2016. Disponível em <https://jornalggn.com.br/noticia/na-reforma-do-ensino-medio-espacos-de-honra-sao-de-fundacoes-bilionarias> Acesso em: 10 jul. 2017.

PARCEIROS DA EDUCAÇÃO. Disponível em:
<<http://www.parceirosdaeducacao.org.br/>> Acesso em 10 de ago. 2017.

_____. **A transformação da qualidade da Educação Básica pública no Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://www.parceirosdaeducacao.org.br/application/assets/pdf/a-transformacao-da-qualidade.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2017.

POLITZER, Georges. **Princípios elementares da filosofia.** 2ªed. São Paulo: Centauro, 2001.

SANFELICE, José Luis. **A nova pedagogia da hegemonia no contexto da globalização.** Rev. Filosofia e Educação (Online), ISSN 1984-9605. Revista Digital do Paideia. Volume 2, Número 2, outubro de 2010, março de 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** Campinas: Autores Associados, 1987.

_____. **Escola e democracia.** 34. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação.** In: LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval, SANFELICE, José Luís (orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação.** 3. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005.

_____. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

_____. **O neoprodutivismo e suas variantes: neoescolanovismo, neoconstrutivismo, neotecnicismo.** In: **história das ideias pedagógicas no Brasil.** 3. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SOUZA, Aparecida Neri de. **Relações de trabalho docente: Emprego e precarização do trabalho.** 2011, In: PINO, Ivany Rodrigues e ZAN, Dirce Djanira Pacheco e (Orgs.). **Plano Nacional da Educação (PNE): questões e embates emblemáticos.** Brasília, DF: Inep, 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. <<https://www.todospelaeducacao.org.br>> Acesso em 09 de ago. 2017.

VALLE, Ione Ribeiro. **(In) Justiça escolar: estaria em xeque a concepção clássica de democratização da educação?** Educ. Pesqui., São Paulo, v.39, n.3, p.659-671, jul./set. 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A “globalização” e os impasses do neoliberalismo.** In: VIZENTINI, Paulo G. Fagundes; CARRION, R. (org.). **Globalização, Neoliberalismo, Privatizações: quem decide esse jogo?** Porto Alegre: UFRGS, p. 34-52, 1998.

ZANELLA, José Luiz. **A política educacional numa sociedade de classes: a negação da educação.** IN PAUTA – Interdisciplinaridade e Pensamento Científico, v. III, p. 45-62, 2005.

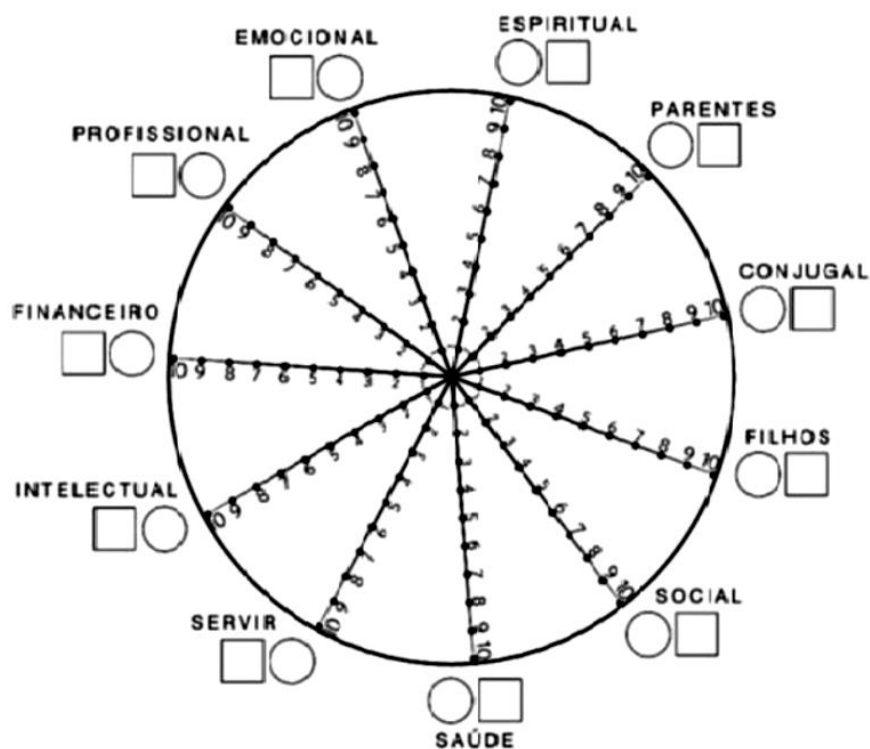
ANEXOS

Anexo 1: Material fornecido na Formação “O Poder da Ação” realizada em 2017.



MAAS – MAPA DE AUTO AVALIAÇÃO SISTÊMICO

NOME: _____ DATA: _____



1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

ACORDE

ONDE EU E MINHA VIDA ESTAMOS?

Assinale como você sinceramente se percebe hoje no contexto de autonomia de SER, FAZER e TER o melhor:

- () Como capitão do barco da sua vida
- () Como o marinheiro a espera de ordens
- () Como o diretor do filme da sua vida
- () Como um coadjuvante que espera sua vez de entrar em cena
- () Como o escritor do livro da sua vida
- () Como um personagem a espera do próximo capítulo

AJA

Em quais áreas da minha vida me percebo na zona de conforto?

Como será minha vida se continuar, por ação ou por omissão, na zona de conforto?

Você está agindo na direção de seus objetivos e com ações consistentes? Pense nas cinco primeiras ações que mudarão drasticamente sua vida para melhor e escreva:

- 1ª

- 2ª

- 3ª

- 4ª

- 5ª

AUTORRESPONSABILIDADE

Eu sou o único responsável pela vida que tenho levado. Eu estou onde me coloquei. A vida que tenho levado é absolutamente mérito meu, seja pelas minhas ações conscientes ou inconscientes, pela qualidade de meus pensamentos, meus comportamentos e minhas palavras. Por mais doloroso que seja, fui eu quem levei minha vida ao ponto em que está hoje. Sendo assim, só eu poderei mudar as circunstâncias.

Autorresponsabilidade é a crença de que eu sou o único responsável pela vida que tenho levado; sendo assim sou o único que posso muda-la.

As seis leis para a conquista da autorresponsabilidade

1ª Se for criticar as pessoas, cale-se! Quando paramos de criticar, nosso foco passa a ser a solução e não o problema.

2ª Se for reclamar das circunstâncias, dê sugestão! A característica mais forte e perigosa da reclamação é a fuga da autorresponsabilidade. Não reclamar é diferente de calar diante de um erro.

3ª Se for buscar culpados, busque a solução! Enquanto você não abolir essas justificativas e desculpas intelectuais da sua vida, nada vai mudar. RESPONSABILIDADE # CULPA

4ª Se for se fazer de vítima, faça-se de vencedor! Não se coloque em situações de sofrimento e inferioridade.

Formação na infância: “Quando sofro, fico doente, eu passo a ser amado(a), amparado, querido; quando estou bem ninguém liga para mim”.

O afeto e a atenção obtidos dessa maneira são fugazes. Em pouco tempo, as outras pessoas retomam seus afazeres, esperando que a outra pessoa faça a mesma coisa. Contudo ela está tão envolvida em sua vitimização que apenas fica à deriva, aguardando a próxima oportunidade de se apresentar como grande sofredora das circunstâncias.

5ª Se for justificar os seus erros, aprenda com eles! Sem o processo de reconhecimento dos erros, não há como conquistarmos mais. “Não existem erros, apenas resultados”.

6ª Se for julgar alguém, julgue a atitude dessa pessoa. Quando julgamos uma pessoa, criamos barreiras em vez de pontes.

FOCO

Relacione os dois maiores problemas da sua vida que precisam ser resolvidos:

1. _____
2. _____

Relacione os dois mais importantes sonhos ou objetivos que deseja conquistar:

1. _____
2. _____

As circunstâncias movem o seu foco dos objetivos para coisas sem importância? () Sim () Não

Quanto tempo ao longo do dia? _____

Quais os principais fatores de sua distração? _____

QUESTIONE

Se faça Perguntas Poderosas de Sabedoria (PPS)

1. Orientadas para o futuro (Fazem com que você pense e repense)
2. Orientadas para ação e reflexão (Produzem boas respostas e ação real)
3. Orientadas para solução (geram novas possibilidades)
4. Orientadas para metas e objetivos (criam espaço para flexibilidade)
5. Orientadas para a autorresponsabilidade (fornecem respostas e soluções poderosas)

“Você não é o que diz ser, nem o que gostaria de ser, muito menos o que os outros acham que você é. Você é os resultados da sua vida!”